

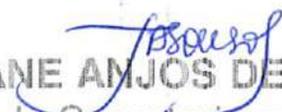


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMARCA DE ALMEIRIM
VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO

TERMO DE ABERTURA DO
XXX VOLUME

Nesta data, procedo à abertura do **XXX Volume** do processo do processo nº **0002487-69.2019.8.14.9100** – **Classe: Recuperação Judicial**, iniciando às fls. 5.801. Do que, para constar, lavro o presente termo.

Distrito de Monte Dourado, 09 de julho de 2019.


JOSANE ANJOS DE SOUSA
Diretora de Secretária em Exercício
Portaria nº 012/2019- G.J.

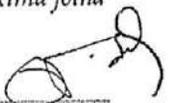
Consoante referido, o capital social foi parcialmente integralizado neste ato, em moeda corrente nacional, no montante de R\$ 2.100,00 (dois mil, cem reais), devendo o saldo remanescente ser integralizado no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da realização da presente Assembléia, em moeda corrente nacional.

Informou então, o Sr. Presidente, ser indispensável proceder-se à eleição dos membros da Diretoria, sugerindo que não se instalasse, por enquanto, o Conselho Fiscal. Foi aprovada a sugestão do Sr. Presidente relativamente a não instalação do Conselho Fiscal.

Procedeu-se à eleição da Diretoria, tendo sido eleitos: **Diretor Presidente: JOSÉ RICARDO MARTINS CORDEIRO**, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade RG. n.º 5.115.996 IFP/RJ e do CPMF/MF. n.º 617.962.207-87, residente e domiciliado à Rua dos Oitis, n.º 44, Apartamento n.º 501, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e **Diretor, sem designação especial, Sr. JOÃO EDUARDO PERES**, brasileiro, casado, bacharel em ciências contábeis, portador da cédula de identidade RG. n.º 14.423.427 SSP/SP. e do CPF/MF. n.º 042.551.018-25, residente e domiciliado à Rua Joaquim Lage, n.º 186, Bairro de Vila Prudente, Município de São Paulo, Estado de São Paulo. Permaneceram vagas as 03 (três) outras vagas da Diretoria, correspondentes aos Diretores sem designação especial. Em seguida foi fixada uma verba máxima mensal, para remuneração da Diretoria, equivalente nesta data à R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) para o cargo de Diretor Presidente e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para o cargo de Diretores, sem designação especial, respectivamente, quantia esta que será reajustada mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. Os diretores ora eleitos, exercerão seus mandatos até a assembléia geral que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 2001, declarando, neste ato, não estarem impedidos de exercer atividades mercantis.

A seguir o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso para tratar de outros assuntos de interesse social. Como ninguém se manifestou, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário a lavratura da presente ata que, após lida, foi aprovada e assinada pelos presentes.

As assinaturas encontram-se na próxima folha



JARI EMPREENDIMENTO S.A.

Folha das assinaturas

Presidente:



José Ricardo Martins Cordeiro
JOSÉ RICARDO MARTINS CORDEIRO

Secretário:



João Eduardo Peres
JOÃO EDUARDO PERES

Acionista:

Saga Investimento e Participações Ltda.
José Ricardo Martins Cordeiro
João Eduardo Peres

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Barbara Rosenberg
Visto:
Adv.: **BARBARA ROSENBERG**
OAB/SP n.º: 156.832

Oficial de Registro Civil das
Pessoas Naturais e Tabelião
de Notas do Distrito de Aldeia
- Comarca de Barueri
R. Po. Danzetta Y de Lima, 39 - Vl. São Francisco
Tels.: (011) 7290-2164 / 3076 - Fax: (011) 3228

RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) *João Ricardo Martins Cordeiro*
João Eduardo Peres
Barbara Rosenberg
13 JAN 2000



Em test. da verdade
 Ivo Trevisano - Oficial / Tabelião
 Abel Jesus dos Santos - Substituto
 Ass. Baptista Pereira - Esc. Autorizada
 Rosalinda L. dos Santos - Esc. Aut.
Recebemos por firma
SÍLOS PAGOS PV VERBA GUIA
(válida somente com o selo de autenticidade)

JAN 21 2009

68652100204 88721910
* 68652100173989 *

SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE DEFESA CONSUMIDORA E PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR
SUB SECRETARIA DE DEFESA CONSUMIDORA E PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR

[Handwritten signature]

[Faint handwritten text]

[Faint handwritten text]

JARI EMPREENDIMENTO S.A.

JARI EMPREENDIMENTO S.A.

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Saga Investimento e Participações do Brasil Ltda., pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF. nº 02.053.186/0001-72, estabelecida à Rodovia Índio Tibiriçá, nº 12.999 - Parte - Bairro das Palmeiras, Município de Suzano, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu diretor Sr. Sérgio Antonio Garcia Amoroso, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade RG. nº 7.731.467 SSP-SP e do CPF/MF. nº 761.086.608-30, residente e domiciliado à Alameda Peru, nº 631, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, declara subscrever neste ato 20.998 (Vinte mil, novecentos e noventa e oito) ações ordinárias nominativas da empresa Jari Empreendimento S.A., localizada à Alameda Madeira, 222, 10º andar, Bairro Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, como segue:

DESCRIÇÃO	TOTAL DAS AÇÕES	AÇÕES INTEGRALIZADAS	AÇÕES À INTEGRALIZAR
Ações ordinárias Nominativas, sem Valor nominal	<u>20.998</u>	<u>2.098</u>	<u>18.900</u>
	20.998	2.098	18.900

Este documento integra à Ata da Constituição de sociedade anônima, realizada em 12 de Janeiro de 2000.

Barueri, (S.P.), 12 de Janeiro de 2000

SAGA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES DO BRASIL LTDA.
Sérgio Antonio Garcia Amoroso

Presidente:

JOSE RICARDO MARTINS CORDEIRO

Secretário:

JOÃO EDUARDO FERES

JARI EMPREENDIMENTO S.A.

JARI EMPREENDIMENTO S.A.

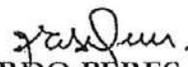
BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

JOÃO EDUARDO PERES, brasileiro, casado, bacharel em ciências contábeis, portador da cédula de identidade RG. nº 14.423.427/SSP-SP. e CPF/MF. nº 042.551.018-25, residente e domiciliado à Rua Joaquim Lage, nº 186, Bairro de Vila Prudente, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, declara subscrever neste ato 1 (uma) Ação ordinária nominativa, da empresa **Jari Empreendimento S.A.**, localizada à Alameda Madeira, nº 222, Bairro Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, como segue:

DESCRIÇÃO	TOTAL DAS AÇÕES	AÇÕES INTEGRALIZADAS	AÇÕES À INTEGRALIZAR
Ações ordinárias Nominativas, sem Valor nominal	<u>1</u> 1	<u>1</u> 1	<u>0</u> 0

Este documento integra à Ata da Constituição de sociedade anônima, realizada em 12 de Janeiro de 2000.

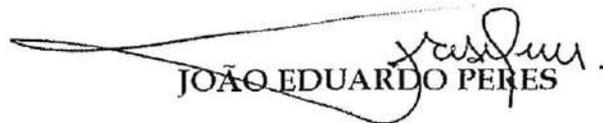
Barueri, (S.P.), 12 de Janeiro de 2000


JOÃO EDUARDO PERES

Presidente:


JOSÉ RICARDO MARTINS CORDEIRO

Secretário:


JOÃO EDUARDO PERES

JARI EMPREENDIMENTO S.A.

JARI EMPREENDIMENTO S.A.

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

JOSÉ RICARDO MARTINS CORDEIRO, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade RG nº 5.115.996 IFP/RJ e do CPF/MF nº 617.962.207-87, residente e domiciliado à Rua dos Oitis, nº 44, Apartamento nº 501, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, declara subscrever neste ato 1 (uma) Ação ordinária nominativa, da empresa **Jari Empreendimento S.A.**, localizada à Alameda Madeira, nº 222, Bairro Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, como segue:

DESCRIÇÃO	TOTAL DAS AÇÕES	AÇÕES INTEGRALIZADAS	AÇÕES À INTEGRALIZAR
Ações ordinárias Nominativas, sem Valor nominal	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>0</u>
	1	1	0,

Este documento integra à Ata da Constituição de sociedade anônima, realizada em 12 de Janeiro de 2000.

Barueri, (S.P.), 12 de Janeiro de 2000


JOSE RICARDO MARTINS CORDEIRO

Presidente:


JOSE RICARDO MARTINS CORDEIRO

Secretário:


JOÃO EDUARDO PERES

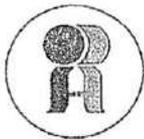
JAN 31 2000

RECEBUEMOS N.º 00175999 *

RECEBUEMOS N.º 00175999 *

RECEBUEMOS N.º 00175999 *





COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO
112586/02-8

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO

5812 Jm



JARI EMPREENDIMENTO S.A.

JARI EMPREENDIMENTO S/A

C.N.P.J./MF. n.º 03.619.854/Q001-49
NIRE. 35.300.175.999

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2001**

- 01) REALIZAÇÃO E LOCAL:** Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e um às 11:00 horas, em sua sede social, localizada à Alameda Madeira, n.º 222, 10º andar, Município de Barueri, Estado de São Paulo;
- 02) COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: **João Eduardo Peres**, Secretário: **Sergio Antonio Garcia Amoroso**;
- 03) PRESENÇA:** Acionistas representando 100% do capital votante e do capital atual, conforme assinaturas apostas no livro de presença de acionistas;
- 04) PUBLICAÇÕES:** a) Dispensada a publicação do Aviso aos Acionistas previsto pelo art. 133 da Lei 6.404/76, nos termos do § 4º do mesmo art. 133; b) Dispensada a publicação do Balanço e demais demonstrações financeiras, nos termos do art. 294, inciso II, da Lei 6.404/76. c) Dispensada a publicação de avisos de convocação pela empresa nos termos do art. 124, § 4º da Lei 6.404/76;

05) ORDEM DO DIA:

I. Assembléia Geral Ordinária:

- a) Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2000 e destinação dos resultados do exercício;

II Assembléia Geral Extraordinária:

- b) Mudança de endereço da sede social da Companhia, com a conseqüente alteração do Artigo 2º do estatuto Social;
- c) Apreciação do pedido de renúncia do Sr. José Ricardo Martins Cordeiro ao cargo de Diretor Presidente;
- d) Eleição do novo Diretor Presidente;



JARI EMPREENDIMENTO S.A.

e) Ratificação da assinatura do "Aditivo n.º 2 ao Contrato n.º 95.2.053.5.1, de 29/03/1995", celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES e Jari Empreendimento S.A.

f) Outros assuntos de interesse da sociedade;

06) DELIBERAÇÕES: A Assembléia, por votação unânime:

I. Assembléia Geral Ordinária:

- 6.1) Aprovou o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2000;
- 6.2) Aprovou a destinação do lucro do exercício, que após a constituição da reserva legal, ficará consignado no grupo do patrimônio líquido, na conta de lucros acumulados, ficando à disposição dos acionistas.

II. Assembléia Geral Extraordinária:

- 6.3) Modificou o endereço da sede administrativa, passando da Alameda Madeira, n.º 222, 10º andar, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, para Alameda Mamoré, n.º 989, 25º andar, Alphaville, CEP. n.º 06454-030, Município de Barueri, Estado de São Paulo. O Artigo 2º do Estatuto Social, por conseguinte, passa a apresentar a seguinte redação: "**Artigo 2º - A sociedade terá sua sede à Alameda Mamoré, n.º 989, 25º andar, Alphaville, CEP. n.º 06454-030, Município de Barueri, Estado de São Paulo, podendo sua administração estabelecer filiais, depósitos, escritórios, agências ou sucursais em qualquer ponto do território nacional ou no exterior.**";
- 6.4) Aceitou o pedido de renúncia do Sr. José Ricardo Martins Cordeiro ao cargo de Diretor Presidente, comunicada nesta data e agradeceram ao referido diretor os trabalhos realizados.
- 6.5) Tendo em vista a renúncia *suprereferida* elegeu como novo **Diretor Presidente**, com mandato até a assembléia geral que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 2001, o Sr. **Sergio Antonio Garcia Amoroso**, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de Identidade RG n.º 7.731.467-SSP/SP, inscrito no CPF/MF n.º 761.086.608-30, residente e domiciliado à Alameda Peru, 631, Residencial II, Bairro Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo.
- 6.6) Ratificou a assinatura do "Aditivo n.º 2 ao Contrato n.º 95.2.053.5.1, de 29 de março de 1995", na forma das minutas aprovadas pela Decisão de Diretoria do BNDES n.º 534 de 03/12/2001, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES e Jari Empreendimento S.A., tendo

[Handwritten signatures and initials]



JARI EMPREENDIMENTO S.A.

Jari Celulose S.A., SAGA Investimentos e Participações do Brasil Ltda.,
Companhia do Jari, Jari International Inc. e Jari Overseas Ltd. como
fiadoras.

- 07) ANEXOS:** Encontra-se em ANEXO à presente ata o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2000, em cumprimento ao disposto no art. 294, II da Lei 6.404/76.
- 08) DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE SOCIAL:** Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2000; a Carta de Renúncia do Sr. José Ricardo Martins Cordeiro.
- 09) DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:** O Diretor Presidente ora eleito declara não estar incurso em qualquer crime que o impeça de exercer atividades mercantis
- 10) ENCERRAMENTO, APROVAÇÃO E ASSINATURAS:** A seguir o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso para tratar de outros assuntos de interesse social. Como ninguém se manifestou, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário a lavratura da presente ata que, após lida, foi aprovada e assinada pelos presentes.

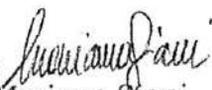
Barueri, 28 de dezembro de 2001. **Presidente** – Sr. João Eduardo Peres. **Secretário** – Sr. Sergio Antonio Garcia Amoroso – **Acionistas:** Saga Investimento e Participações Ltda., João Eduardo Peres e José Ricardo Martins Cordeiro.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.


JOÃO EDUARDO PERES
Presidente


SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO
Secretário



Visto: 
Adv.: Mariana Siani
OAB/RJ 100623





JARI EMPREENDIMENTO S.A.

140300

**LISTA DE PRESENÇA DOS ACIONISTAS DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E
EXTRORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2001**

Nome do Acionista	N.º de ações
Saga Investimento e Participações Ltda. Sêrgio Antônio Garcia Amoroso	20.998
João Eduardo Peres	1
José Ricardo Martins Cordeiro	1
Total Geral	21.000

Este documento integra a Ata da Assembléia Geral Ordinária Realizada em 14 de dezembro de 2001.

João Eduardo Peres
JOÃO EDUARDO PERES
Presidente

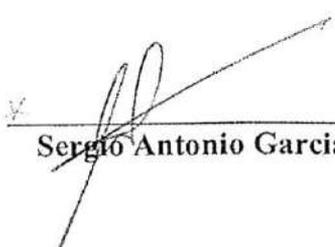
Sergio Antonio Garcia Amoroso
SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO
Secretário

JARI
140302

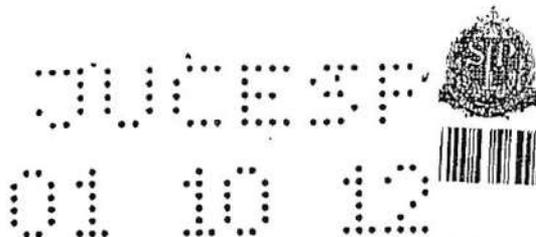
DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O Diretor Presidente ora eleito, Sr. **Sergio Antonio Garcia Amoroso**, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de Identidade RG nº 7.731.467-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 761.086.608-30, residente e domiciliado à Alameda Peru, 631, Residencial II, Bairro Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, para todos os fins e efeitos de direito, em vista da sua eleição para o cargo de Diretor Presidente **JARI EMPREENDIMENTOS S.A.**, com sede à Alameda Mamoré, n.º 989, 25º andar, Alphaville, CEP. n.º 06454-030, Município de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.619.854/0001-49, realizada na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2001, declara não estar incurso em qualquer crime que o impeça de exercer atividade mercantil.

Barueri/SP, 28 de dezembro de 2001.



Sergio Antonio Garcia Amoroso



VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
JUCESP PROTOCOLO 5817 JA
2.030.600/12-0



JARI EMPREENDIMENTO S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 03.619.854/0001-49
NIRE nº 35.300.175.999

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2012**

REALIZAÇÃO E LOCAL: Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, às 10:00 horas, em sua sede social, localizada na Alameda Mamoré, nº 989, 25º andar, Alphaville, município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06454-030.

CONVOCAÇÕES: Dispensada a convocação prévia pela imprensa nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei 6.404/76, e suas atualizações (LSA).

PRESENÇA: Acionistas representando 100% do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: **Sergio Antonio Garcia Amoroso**; Secretário: **Jorge Francisco Henriques**.

ORDEM DO DIA:

- (i) Re-ratificar o endereço da sede social da Companhia;
- (ii) Outros assuntos de interesse da sociedade.

DELIBERAÇÕES: A Assembléia Geral, por votação unânime dos presentes, aprova integralmente:

- (i) A re-ratificação do endereço da sede social da Companhia, passando da Alameda Mamoré, n.º 989, 25º andar, Alphaville, CEP. n.º 06454-030, Município de Barueri, Estado de São Paulo, para a Alameda Mamoré, nº 989, 25º andar, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06454-040. O artigo 2º do Estatuto Social, por conseguinte, passa a apresentar a seguinte redação:

VBe

D



JUCESP

VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO
Folha: n.º 5818 JP

01 10 12

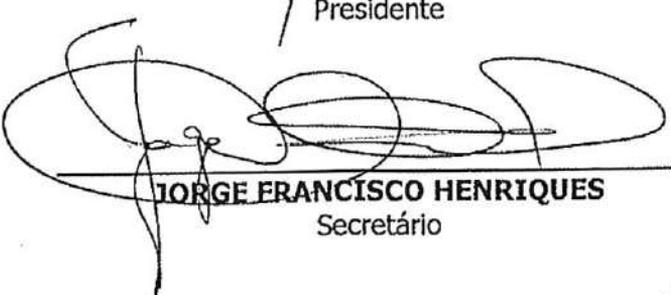
"Art. 2º - A Sociedade terá sua sede na Alameda Mamoré, nº 989, 25º Andar, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP: 06454-040, podendo sua administração estabelecer filiais, depósitos, escritórios, agências ou sucursais em qualquer ponto do território nacional ou no exterior".

ENCERRAMENTO, APROVAÇÃO E ASSINATURAS: A seguir o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso para tratar de outros assuntos de interesse social. Como ninguém tenha se manifestado, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário a lavratura da presente ata que, após lida, foi aprovada e assinada pelos presentes.

Barueri/ SP, 17 de setembro de 2012. **Presidente** – Sergio Antonio Garcia Amoroso. **Secretário** – Jorge Francisco Henriques. **Acionistas** - Saga Investimento e Participações do Brasil S.A., por Sergio Antonio Garcia Amoroso.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.


SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO
Presidente


JORGE FRANCISCO HENRIQUES
Secretário

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO, CIENCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SAO PAULO
SECRETARIA GERAL
BISELA SISTEMA CESCHIN
423.818/12-0
SECRETARIA GERAL



JUCESP





JARI SP
01 10 12

JARI EMPREENDIMENTO S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 03.619.854/0001-49
NIRE nº 35.300.175.999

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: nº 5819 JM

LISTA DE PRESENÇA DOS ACIONISTAS

Nome do Acionista	Nº de ações	%
Saga Investimento e Participações do Brasil S.A.	21.000	100%
Total	21.000	100%

Este documento integra a Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17 de setembro de 2012.

Barueri/ SP, 17 de setembro de 2012.



SAGA INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO BRASIL S.A.

Sergio Antonio Garcia Amoroso
Diretor Presidente



JARI EMPREENDIMENTO S/A, CNPJ :
03.619.854/0001-49

PROCURAÇÃO “AD JUDICIA”

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

JARI EMPREENDIMENTOS S/A, sociedade empresária inscrita no CNPJ/MF n.º 03.619.854/0001-49, com sede na Alameda Mamoré, n.º 989, 25º andar, Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP 06454-040, neste ato representada por seu representante legal, pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus bastante procuradores os advogados **DR. RENATO DE LUIZI JÚNIOR**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP sob o n.º. 52.901; **DR. VICENTE ROMANO SOBRINHO**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP sob o n.º. 83.338; **DR. FERNANDO FIOREZZI DE LUIZI**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/BA n.º 36.254; **DR. GERALDO GOUVEIA JUNIOR**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP 182.188, e **DR. CRISTIANO GUSMAN**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob n.º 186.004, todos com escritório na Avenida Paulista, n.º 1.048, 9º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01311-200, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judicium et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-o, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, assim como, representá-la perante credores, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, especialmente para requerer os benefícios da Recuperação Judicial, conforme previsto pela Lei n.º. 11.101/05, bem como representar a outorgante perante seus credores, com o propósito específico de notificá-los e/ou contranotificá-los seja judicial ou extrajudicialmente.



JARI EMPREENDIMENTOS S/A

JARI EMPREENDIMENTO S/A, CNPJ :
03.619.854/0001-49

CUSTAS JUDICIAIS

JARI EMPREENDIMENTO S/A, CNPJ :
03.619.854/0001-49

(REQUISITOS DO ART. 48, DA LEI 11.101/05)

CERTIDÕES JUDICIAIS



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS

Nº 2019.0002065889

COMARCA DE MONTES DOURADOS
 Nº 5824 JM

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo / Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **JARI EMPREENDIMENTO S/A**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **03.619.854/0001-49**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 2 (dois) dias do mês de maio de 2019, às 16:25.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) Certidões e/ou informações a respeito do(s) processo(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente na respectiva Secretaria do Órgão Julgador, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver localizado, conforme endereços disponibilizados em nosso site;
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **f2abdb5 69f167de c7581758 b5075ef4 6f9f4895**, no endereço **http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- d) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- e) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) constantes dos aludidos documentos;
- h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- i) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) A pesquisa abrange registros desde 30/03/1989 até a presente data, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul;
- l) Esta certidão abrange os processos em tramitação no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 2º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região / Secretaria Judiciária
 seju@trf3.jus.br - Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



02/05/2019

2554942

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Forma n. 5825 JM

CERTIDÃO Nº: 3400063**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, no período de 10 (dez) anos anteriores a 01/05/2019, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

JARI EMPREENDIMENTO S/A, CNPJ: 03.619.854/0001-49, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos em tramitação cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI n.º 22/2019.

Esta certidão aponta os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em grau de recurso, e não aponta os processos distribuídos há mais de 10 anos da data limite, ainda que estejam em andamento.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e as filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 2 de maio de 2019.

PEDIDO Nº: 2554942





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

02/05/2019

2555191

VARA DISTRITAL DE
MONTE COLARADO
Fol. 5826jm

CERTIDÃO Nº: 3400310

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 01/05/2019, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

JARI EMPREENDIMENTO S/A, CNPJ: 03.619.854/0001-49, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 2 de maio de 2019.

PEDIDO Nº: 2555191





1 8 3 3 9 6 9 5 3 3 H 1 I G t h w U

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Processo n.º 5827/2019

CERTIDÃO DE AÇÃO TRABALHISTA EM TRAMITAÇÃO

Dados Pesquisados:

CNPJ: 03.619.854/0001-49

Nome: JARI EMPREENDIMENTO S.A.

Certidão n° 403635 / 2019

CERTIFICA-SE que em pesquisa aos registros eletrônicos armazenados nos Sistemas de Acompanhamento e Informações Processuais do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, até 01/05/2019, **NÃO CONSTA** ação trabalhista em tramitação em face da pessoa natural ou jurídica identificada acima, de acordo com os dados fornecidos pelo solicitante.

IMPORTANTE

- A validade da presente certidão está condicionada à conferência do nome e do CPF/CNPJ indicado, bem como à verificação de sua autenticidade pelo recebedor em <https://www.trtsp.jus.br/valida-certidao> em até 90 (noventa) dias após a sua expedição;
- A informação do n° do CPF/CNPJ e do nome indicado acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão;
- Estão compreendidos nesta certidão, no caso de pessoa jurídica, todos os seus estabelecimentos, agência ou filiais vinculados à raiz do CNPJ;
- Certidão emitida gratuitamente.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS
ADJUNTOS**

Nº 2019.0002065814

VARA DISTRITAL DE
MONTE DO RADO
FOL. 1.º - 5828
J

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente na Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária de São Paulo, com sede em São Paulo / Capital e jurisdição no Estado de São Paulo, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **JARI EMPREENDIMENTO S/A**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **03.619.854/0001-49**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 2 (dois) dias do mês de maio de 2019, às 16:22.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) Certidões e/ou informações a respeito do(s) processo(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente na respectiva Secretaria do Órgão Julgador, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver localizado, conforme endereços disponibilizados em nosso site;
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **3a772ffc c05e9f79 57fc0117 ee3cbf57 521aa1f6**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- d) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- e) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) constantes dos aludidos documentos;
- h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- i) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) A pesquisa abrange registros desde 25/04/1967 até a presente data, na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo;
- l) Esta certidão abrange os processos em tramitação no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 1º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Núcleo de Apoio Judiciário
admsp-nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225-8666

PRINCESA

Doc. 1.17

PRINCESA S/A, CNPJ: 13.976.015/0001-31

Art. 51, II

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS
AOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS
(2014-2015-2016) E ESPECIALMENTE
LEVANTADAS PARA O PEDIDO

- **BALANÇO PATRIMONIAL;**
- **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ACUMULADOS;**
- **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DESDE O ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL;**
- **RELATÓRIO GERENCIAL DE FLUXO DE CAIXA E DE SUA PROJEÇÃO;**

FRINCESA S.A.

Período: 01/05/2019 A 31/05/2019

Titulo	Saldo Inicial	Debito	Crédito	Saldo Final
01.000.000 - ATIVO	78.398.745,86D	150,00	21.987,82	78.376.508,04D
01.100.000 - ATIVO CIRCULANTE	11.867,13D	150,00	102,89	11.914,24D
01.110.000 - DISCONTIVEL	0,00	150,00	102,89	47,11D
01.112.000 - BANCO CONTRA MOVIMENTO	0,00	150,00	102,89	47,11D
01.112.100 - BANCO CONTRA MOVIMENTO	0,00	150,00	102,89	47,11D
01.112.602 - BANCO BRASIL C/C 5705-3	0,00	150,00	102,89	47,11D
01.120.000 - REALIZAVEL A CURTO PRAZO	11.867,13D	0,00	0,00	11.867,13D
01.121.000 - CREDITOS	11.867,13D	0,00	0,00	11.867,13D
01.121.800 - IMPOSTOS A RECUPERAR	11.867,13D	0,00	0,00	11.867,13D
01.121.804 - PIS A RECUPERAR	2.116,83D	0,00	0,00	2.116,83D
01.121.805 - COFINS A RECUPERAR	9.750,30D	0,00	0,00	9.750,30D
01.200.000 - REALIZAVEL A LONGO PRAZO	73.829.706,16D	0,00	21.884,93	73.807.821,23D
01.210.000 - CREDITOS	73.829.706,16D	0,00	21.884,93	73.807.821,23D
01.212.000 - OUTROS VALORES	933,74D	0,00	0,00	933,74D
01.212.100 - DEPOSITOS EFETUADOS EM JUízo	933,74D	0,00	0,00	933,74D
01.212.102 - PROCESSOS CIVIS	933,74D	0,00	0,00	933,74D
01.214.000 - CONTAS A RECEBER	52.255.912,46D	0,00	0,00	52.255.912,46D
01.214.100 - CONTAS A RECEBER	52.255.912,46D	0,00	0,00	52.255.912,46D
01.214.105 - CREDITOS A RECEBER	52.255.912,46D	0,00	0,00	52.255.912,46D
01.215.000 - OUTROS CREDITOS	21.572.859,96D	0,00	21.884,93	21.550.975,03D
01.215.200 - EMPRESTIMOS A CONTROLADAS/CONTROLADORAS	21.572.859,96D	0,00	21.884,93	21.550.975,03D
01.215.201 - MARQUESA S.A.	21.572.859,96D	0,00	21.884,93	21.550.975,03D
01.300.000 - PERMANENTE	4.557.172,57D	0,00	0,00	4.557.172,57D
01.340.000 - IMOBILIZADO FLORESTAL	4.557.172,57D	0,00	0,00	4.557.172,57D
01.342.000 - ARRENDAMENTO FLORESTAL	4.557.172,57D	0,00	0,00	4.557.172,57D
01.342.100 - ARRENDAMENTO FLORESTAL	4.557.172,57D	0,00	0,00	4.557.172,57D
01.342.113 - FLORESTAS ARRENDADAS 2004	227.478,92D	0,00	0,00	227.478,92D
01.342.114 - FLORESTAS ARRENDADAS 2005	524.939,10D	0,00	0,00	524.939,10D
01.342.115 - FLORESTAS ARRENDADAS 2006	606.868,00D	0,00	0,00	606.868,00D
01.342.116 - FLORESTAS ARRENDADAS 2007	10.524,12D	0,00	0,00	10.524,12D
01.342.120 - FLORESTAS ARRENDADAS 2011	20.102,65D	0,00	0,00	20.102,65D
01.342.123 - FLORESTAS ARRENDADAS 2014	769.202,62D	0,00	0,00	769.202,62D
01.342.124 - FLORESTAS ARRENDADAS 2015	420.421,62D	0,00	0,00	420.421,62D
01.342.125 - FLORESTAS ARRENDADAS 2016	134.529,63D	0,00	0,00	134.529,63D
01.342.199 - FLORESTAS - ATIVO BIOLOGICO	1.009.885,75D	0,00	0,00	1.009.885,75D
01.342.127 - FLORESTAS ARRENDADAS 2024	833.219,16D	0,00	0,00	833.219,16D
02.000.000 - PASSIVO	78.422.738,21C	61.595,03	44.395,36	78.405.538,54C
02.100.000 - PASSIVO CIRCULANTE	2.118.384,98C	43.469,86	44.395,36	2.119.310,48C
02.110.000 - EXIGIVEL A CURTO PRAZO	2.118.384,98C	43.469,86	44.395,36	2.119.310,48C
02.112.000 - IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUICOES	1.057.266,64C	43.469,86	43.375,36	1.057.172,14C
02.112.100 - IMPOSTOS A RECOLHER	501.756,16C	21.734,93	21.734,93	501.756,16C
02.112.103 - IRRF - SERVS. TERCEIROS A RECOLHER	227.339,86C	0,00	0,00	227.339,86C
02.112.105 - INSS - PRESTACAO SERVICIO	273.269,93C	0,00	0,00	273.269,93C
02.112.106 - PIS/COFINS/CSLL SOBRE SERVICIOS	3.022,52C	0,00	0,00	3.022,52C
02.112.107 - ISS A RECOLHER	297.036,26C	0,00	0,00	297.036,26C
02.112.199 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR	1.117,59C	21.734,93	21.734,93	1.117,59C
02.112.300 - IMPOSTOS E CONTRIBUICOES PARCELAMENTOS	255.510,48C	21.734,93	21.640,43	255.415,98C
02.112.302 - PARCELAMENTO IMPOSTOS FEDERAIS	243.259,58C	20.612,08	20.468,40	243.115,99C
02.112.315 - FREQ. ESPEC. REGUL. TRIBUT. Lei 13.496/17	12.250,90C	1.122,85	1.172,03	12.330,05C
02.113.000 - FORNECEDORES	247.623,46C	0,00	0,00	247.623,46C
02.113.100 - FORNECEDORES	247.623,46C	0,00	0,00	247.623,46C
02.113.101 - FORNECEDORES DO PAIS	247.623,46C	0,00	0,00	247.623,46C
02.116.000 - OUTRAS CONTAS A PAGAR	613.494,68C	0,00	1.020,00	614.514,68C
02.116.400 - OUTRAS CONTAS A PAGAR	613.494,68C	0,00	1.020,00	614.514,68C
02.116.401 - SERVICIOS DIVERSOS A PAGAR	190.384,89C	0,00	0,00	190.384,89C
02.116.406 - OUTRAS CONTAS A PAGAR	623.109,99C	0,00	1.020,00	624.129,99C

FSL/07/19 - 1.00.01.096

Título	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
02.200.000 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	305.502,93C	18.125,17	0,00	287.377,76C
02.210.000 - IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	305.502,93C	18.125,17	0,00	287.377,76C
02.213.000 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELAMENTOS	305.502,93C	18.125,17	0,00	287.377,76C
02.213.100 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELAMENTOS	305.502,93C	18.125,17	0,00	287.377,76C
02.213.102 - PARCELAMENTO IMPOSTOS FEDERAIS	305.502,93C	18.125,17	0,00	287.377,76C
02.400.000 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	75.998.850,30C	0,00	0,00	75.998.850,30C
02.410.000 - CAPITAL REALIZADO	71.997.306,17C	0,00	0,00	71.997.306,17C
02.411.000 - CAPITAL REALIZADO	71.997.306,17C	0,00	0,00	71.997.306,17C
02.411.100 - CAPITAL SOCIAL	71.997.306,17C	0,00	0,00	71.997.306,17C
02.411.101 - CAPITAL SOCIAL	71.997.306,17C	0,00	0,00	71.997.306,17C
02.420.000 - RESERVAS DE CAPITAL	9.065.324,27C	0,00	0,00	9.065.324,27C
02.423.000 - RESERVA DE LUCROS	9.065.324,27C	0,00	0,00	9.065.324,27C
02.423.100 - RESERVA DE LUCROS	9.065.324,27C	0,00	0,00	9.065.324,27C
02.423.101 - RESERVA LEGAL	9.065.324,27C	0,00	0,00	9.065.324,27C
02.430.000 - LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	5.063.780,14D	0,00	0,00	5.063.780,14D
02.431.000 - LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	5.063.780,14D	0,00	0,00	5.063.780,14D
02.431.100 - LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	5.063.780,14D	0,00	0,00	5.063.780,14D
02.431.102 - PREJUÍZOS ACUMULADOS	5.063.780,14D	0,00	0,00	5.063.780,14D
03.000.000 - RESULTADO DO EXERCÍCIO	23.992,35D	4.638,15	0,00	28.630,50D
03.100.000 - RESULTADO OPERACIONAL	23.992,35D	4.638,15	0,00	28.630,50D
03.110.000 - CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	59,62D	0,00	0,00	59,62D
03.115.000 - GASTOS GERAIS DE FABRICAÇÃO	59,62D	0,00	0,00	59,62D
03.115.100 - GASTOS GERAIS DE FABRICAÇÃO	59,62D	0,00	0,00	59,62D
03.115.121 - AGUA/LUZ/ESGOTO	59,62D	0,00	0,00	59,62D
03.410.000 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS	14.473,02D	1.020,00	0,00	15.493,02D
03.515.000 - DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	14.473,02D	1.020,00	0,00	15.493,02D
03.515.100 - DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	14.230,02D	1.020,00	0,00	15.250,02D
03.515.103 - SERVIÇOS DE ASSES. CONSULT. E AUDITORIA	7.750,00D	0,00	0,00	7.750,00D
03.515.114 - DESPESAS JURÍDICAS E CONTABILITARIAS	6.406,18D	0,00	0,00	6.406,18D
03.515.121 - AGUA/LUZ/ESGOTO	73,84D	0,00	0,00	73,84D
03.515.140 - PROCESSOS TRABALHISTAS	0,00	1.020,00	0,00	1.020,00D
03.525.200 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	243,00D	0,00	0,00	243,00D
03.525.299 - OUTRAS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	243,00D	0,00	0,00	243,00D
03.710.000 - RESULTADOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	9.459,71D	3.618,15	0,00	13.077,86D
03.711.000 - DESPESAS FINANCEIRAS	9.459,71D	3.618,15	0,00	13.077,86D
03.711.100 - DESPESAS FINANCEIRAS	9.459,71D	3.618,15	0,00	13.077,86D
03.711.103 - DESPESAS BANCARIAS	293,77D	102,89	0,00	396,66D
03.711.110 - JUROS S/ IMPOSTOS EM ATRASO/PARCELADOS	9.165,94D	3.515,26	0,00	12.681,20D
		66.383,18	66.383,18	
	Total de Débitos			
	Total de Créditos			
01	-	78.398.745,86D		78.376.908,04D
02	-	78.422.738,21C		78.405.538,54C
03	-	23.992,35D		28.630,50D
Lucros e Perdas		23.992,35D		28.630,50D
01/02		23.992,35C		28.630,50C

Sergio Antonio Garcia Amoroso
 Diretor - Presidente

Robson Ederaldo de Mello
 CRC 1SP 189409/O-4

Princesa S/A.
CNPJ - 13.976.015/0001-31

Demonstrações do resultado
Em milhares de reais, exceto quando indicado

	31 de maio de 2019	31 de dezembro de 2018
Receita líquida de vendas	-	511
Custo das vendas	-	(505)
Prejuízo bruto	-	6
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(15)	(101)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias	(15)	(95)
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	-	13
Despesas financeiras	(13)	(64)
Resultado financeiro líquido	(13)	(51)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(28)	(146)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-
Prejuízo líquido do exercício	(28)	(146)
Prejuízo líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expressos em R\$ por ação) - lucro básico e diluído	(0,001)	(0,006)

Princesa S/A.
 CNPJ - 13.976.015/0001-31

Demonstração do fluxo de caixa
 Em milhares de reais

	31 de maio de 2019	31 de dezembro de 2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos tributos	(28)	(146)
Ajustes		
Encargos financeiros sobre parcelamentos	10	48
Variações no ativos e passivos		
Contas a receber	-	706
Adiantamentos fornecedores	-	7
Impostos a recuperar	-	(12)
Depósito Judicial	-	(1)
Outras contas a receber	-	30
Fornecedores	7	(15.118)
Impostos e contribuições a recolher	57	(160)
Outras contas a pagar	-	(79)
Caixa proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais	46	(14.725)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais	46	(14.725)
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Partes relacionadas	284	14.859
Gastos incorridos com ativos biológicos	(219)	51
Caixa líquido gerado (aplicado nas) das atividades de investimentos	65	14.910
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Ingresso de parcelamento	-	28
Amortização de impostos parcelados	(111)	(215)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(111)	(187)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	(2)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	-	2
No final do exercício	-	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	(2)

Princesa S/A.
CNPJ - 13.976.015/0001-31

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2015	71.997	10.346	9.065	5.591		96.999
Resultado abrangente do exercício:						
Prejuízo líquido do exercício					(11.861)	(11.861)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		(8.864)			8.864	
Absorção dos prejuízos acumulados				(2.997)	2.997	
Em 31 de dezembro de 2016	71.997	1.482	9.065	2.594		85.138
Resultado abrangente do exercício:						
Prejuízo líquido do exercício		(1.482)			(7.511)	(8.993)
Absorção dos prejuízos acumulados				(2.594)	2.594	
Em 31 de dezembro de 2017	71.997	-	9.065	-	(4.917)	76.145
Resultado abrangente do exercício:						
Prejuízo líquido do exercício					(140)	(140)
Em 31 de dezembro de 2018	71.997	-	9.065	-	(5.063)	75.999
Resultado abrangente do exercício:						
Prejuízo líquido do exercício					(28)	(28)
Em 31 de maio de 2019	71.997	-	9.065	-	(5.091)	75.971


Sergio Antonio Garcia Amoroso
Diretor - Presidente


Robson Ederaldo de Mello
CRC 1SP 189/09/O-4

Princesa S/A.
CNPJ - 13.976.015/0001-31

VARA DISTRITAL DE
 MONTE DOURADO
 Folha: n.º 5837 Jm.

Balanço patrimonial
 Em milhares de reais

Ativo	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	5
Contas a receber	744	
Contratos a receber		98
Adiantamentos fornecedores	3.114	3.101
Impostos a recuperar	14	
Outras contas a receber	8.188	7.625
	<u>12.065</u>	<u>10.829</u>
Não circulante		
Partes relacionadas	16.090	14.537
Créditos a receber	61.256	65.423
	<u>77.346</u>	<u>79.960</u>
Imobilizado	4.312	17.032
Ativo biológico	12.446	19.096
	<u>16.758</u>	<u>36.128</u>
Total do ativo	<u><u>106.169</u></u>	<u><u>126.917</u></u>
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores	573	603
Financiamentos	18.230	14.732
Impostos e contribuições a recolher	636	1.874
Impostos parcelados	195	
Outros recebimentos antecipados		2.500
Outras contas a pagar	808	1.876
	<u>20.442</u>	<u>21.585</u>
Não circulante		
Financiamentos		8.333
Impostos parcelados	584	
	<u>584</u>	<u>8.333</u>
Total do passivo	<u>21.026</u>	<u>29.918</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	71.997	71.997
Ajustes de avaliação patrimonial	1.482	10.346
Reservas de lucros	11.664	14.656
	<u>85.143</u>	<u>96.999</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>106.169</u></u>	<u><u>126.917</u></u>

Princesa S/A.
CNPJ - 13.976.015/0001-31

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5838 Jon.

Demonstrações do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Receita líquida de vendas	8.968	3.814
Custo das vendas	(9.345)	(12.217)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	1.472	(47.559)
Prejuízo bruto	1.095	(55.962)
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(243)	(371)
Outras despesas operacionais, líquidas	(10.007)	(74.463)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias	(9.155)	(130.796)
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	2.857	349
Despesas financeiras	(5.558)	(6.541)
	(2.701)	(6.192)
Resultado das participações societárias		
Equivalência patrimonial		(170)
		(170)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(11.856)	(137.158)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(107)
Prejuízo líquido do exercício	(11.856)	(137.265)
Prejuízo líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expressos em R\$ por ação) - lucro básico e diluído	(0,486)	(5,623)

Princesa S/A.
CNPJ - 13.976.015/0001-31

Demonstração do fluxo de caixa
Em milhares de reais

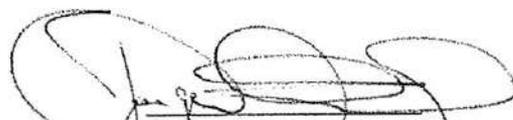
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do tributos	(11.856)	(137.158)
Ajustes		
Exaustão	304	11.659
Ajuste do valor justo de ativo biológico	(1.472)	47.559
Perda na venda de ativo biológico		198.628
Equivalência patrimonial		170
Encargos financeiros sobre parcelamentos	263	
Encargos financeiros sobre financiamentos	4.814	6.526
Variações no ativos e passivos		
Contas a receber	(744)	
Contratos a receber	98	3.583
Adiantamentos fornecedores	(13)	(3.101)
Impostos a recuperar	(14)	
Outras contas a receber	3.604	(11.792)
Fornecedores	(30)	(467)
Impostos e contribuições a recolher	(1.238)	1.257
Impostos parcelados		
Contratos a pagar		(10.428)
Outros recebimentos antecipados	(2.500)	2.500
Outras contas a pagar	(1.068)	334
Caixa proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais	(9.852)	109.270
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.142)
Pagamento de juros sobre financiamentos		
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais	(9.852)	108.128
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Partes relacionadas	(1.553)	24.739
Gastos incorridos com ativos biológicos	(348)	(4.073)
Aumento imobilizado e ativo biológicos - incorporação Duquesa S.A		(41.438)
Baixa de investimentos - incorporação Duquesa S.A		47.302
Venda de imobilizado e ativo biológico	20.886	
Distribuição de dividendos		(73.126)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) das atividades de investimentos	18.985	(46.596)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Ingresso de parcelamento	816	
Amortização de impostos parcelados	(100)	
Amortização de financiamentos	(9.649)	(61.528)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(9.133)	(61.528)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	4
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	5	1
No final do exercício	5	5
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	4

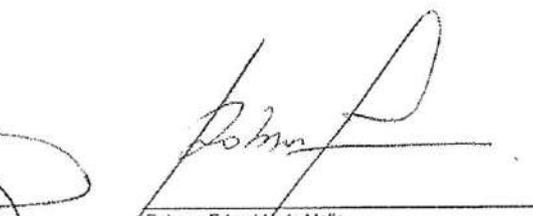
D

Princesa S/A.
CNPJ - 13.976.015/0001-31

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Ações em tesouraria	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros			
Em 31 de dezembro de 2014	71.997	55.388	9.065	170.940			307.390
Resultado abrangente do exercício:							
Prejuízo líquido do exercício						(137.265)	(137.265)
Absorção dos prejuízos acumulados				(137.265)		137.265	
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido		(45.042)		45.042			
Contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas							
Distribuição de dividendos				(73.126)			(73.126)
Ações em tesouraria					61.256		61.256
Venda de ações em tesouraria					(61.256)		(61.256)
Em 31 de dezembro de 2015	71.997	10.346	9.065	5.591			96.999
Resultado abrangente do exercício:							
Prejuízo líquido do exercício						(11.856)	(11.856)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		(8.864)				8.864	
Absorção dos prejuízos acumulados				(2.992)		2.992	
Em 31 de dezembro de 2016	71.997	1.482	9.065	2.599			85.143


Diretor
Jorge Francisco Henriques


Robson Ederaldo de Mello
CRC ISP 189409/O-4

Princesa S/A.
CNPJ - 13.976.015/0001-31

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: nº 5847/2017

Balanço patrimonial
Em milhares de reais

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2	5
Contas a receber	706	744
Adiantamentos fornecedores	1.839	3.114
Impostos a recuperar	-	14
Outras contas a receber	30	8.188
	<u>2.577</u>	<u>12.065</u>
Não circulante		
Partes relacionadas	31.373	16.090
Créditos a receber	61.256	61.256
	<u>92.629</u>	<u>77.346</u>
Imobilizado	4.312	4.312
Ativo biológico	14.201	12.446
	<u>18.513</u>	<u>16.758</u>
Total do ativo	<u>113.719</u>	<u>106.169</u>
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores	16.186	577
Financiamentos	-	18.230
Impostos e contribuições a recolher	894	637
Impostos parcelados	243	195
Outros recebimentos antecipados	12.011	-
Outras contas a pagar	79	809
	<u>29.413</u>	<u>20.448</u>
Não circulante		
Impostos parcelados	539	583
	<u>539</u>	<u>583</u>
Total do passivo	<u>29.952</u>	<u>21.031</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	71.997	71.997
Ajustes de avaliação patrimonial	1.482	1.482
Reservas de lucros	10.288	11.659
	<u>83.767</u>	<u>85.138</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>113.719</u>	<u>106.169</u>

Princesa S/A.
CNPJ - 13.976.015/0001-31

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5842 J.º

Demonstrações do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receita líquida de vendas	15.198	8.968
Custo das vendas	(14.668)	(9.345)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	1.472
Prejuízo bruto	<u>530</u>	<u>1.095</u>
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(271)	(243)
Outras despesas operacionais, líquidas	(166)	(10.007)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias	<u>93</u>	<u>(9.155)</u>
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	1.865	2.857
Despesas financeiras	(3.329)	(5.563)
	<u>(1.464)</u>	<u>(2.706)</u>
Resultado das participações societárias		
Equivalência patrimonial		-
		-
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(1.371)</u>	<u>(11.861)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente		-
Prejuízo líquido do exercício	<u>(1.371)</u>	<u>(11.861)</u>
Prejuízo líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expressos em R\$ por ação) - lucro básico e diluído	<u>(0,056)</u>	<u>(0,486)</u>

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n. 5843

Princesa S/A.
CNPJ - 13.976.015/0001-31

Demonstração do fluxo de caixa
Em milhares de reais

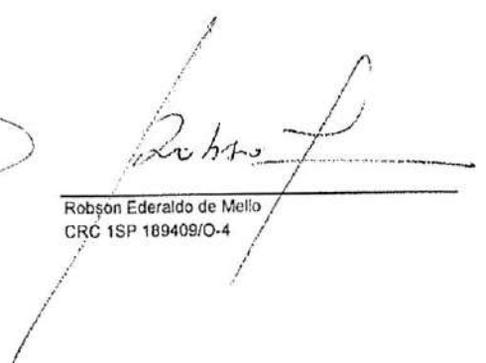
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do tributos	(1.371)	(11.861)
Ajustes		
Exaustão	81	304
Ajuste do valor justo de ativo biológico	-	(1.472)
Encargos financeiros sobre parcelamentos	112	263
Encargos financeiros sobre financiamentos	3.057	4.819
Variações no ativos e passivos		
Contas a receber	38	(744)
Contratos a receber	-	98
Adiantamentos fornecedores	1.275	(13)
Impostos a recuperar	14	(14)
Outras contas a receber	8.158	3.604
Fornecedores	15.609	(30)
Impostos e contribuições a recolher	257	(1.238)
Outros recebimentos antecipados	12.011	(2.500)
Outras contas a pagar	(730)	(1.068)
Caixa proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais	38.511	(9.852)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais	38.511	(9.852)
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Partes relacionadas	(15.283)	(1.553)
Gastos incorridos com ativos biológicos	(1.836)	(348)
Venda de imobilizado e ativo biológico	-	20.886
Caixa líquido gerado (aplicado nas) das atividades de investimentos	(17.119)	18.985
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Ingresso de parcelamento	131	616
Amortização de impostos parcelados	(239)	(100)
Amortização de financiamentos	(21.287)	(9.649)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(21.395)	(9.133)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3)	-
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	5	5
No final do exercício	2	5
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3)	-

Princesa S/A.
CNPJ - 13.976.015/0001-31

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Ações em tesouraria	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros			
Em 31 de dezembro de 2015	71.997	10.346	9.065	5.591			96.999
Resultado abrangente do exercício:							
Prejuízo líquido do exercício						(11.861)	(11.861)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		(8.864)				8.864	
Absorção dos prejuízos acumulados				(2.997)		2.997	
Em 31 de dezembro de 2016	71.997	1.482	9.065	2.594			85.138
Resultado abrangente do exercício:							
Prejuízo líquido do exercício						(1.371)	(1.371)
Absorção dos prejuízos acumulados				(1.371)		1.371	
Em 31 de dezembro de 2017	71.997	1.482	9.065	1.223			83.767


Diretor
Jorge Francisco Henriques


Robson Ederaldo de Mello
CRC 1SP 189409/O-4

Princesa S/A.
CNPJ - 13.976.015/0001-31

Demonstrações do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receita líquida de vendas	511	15.197
Custo das vendas	(505)	(14.937)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	(1.100)
Prejuízo bruto	<u>6</u>	<u>(840)</u>
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(101)	(514)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	(5.240)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias	<u>(95)</u>	<u>(6.594)</u>
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	13	1.867
Despesas financeiras	(64)	(4.266)
Resultado financeiro líquido	<u>(51)</u>	<u>(2.399)</u>
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(146)</u>	<u>(8.993)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-
Prejuízo líquido do exercício	<u>(146)</u>	<u>(8.993)</u>
Prejuízo líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expressos em R\$ por ação) - lucro básico e diluído	<u>(0,006)</u>	<u>(0,368)</u>

Princesa S/A.
CNPJ - 13.976.015/0001-31

Demonstração do fluxo de caixa
Em milhares de reais

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do tributos	(146)	(8.993)
Ajustes		
Exaustão	-	81
Ajuste do valor justo de ativo biológico	-	1.100
Resultado da venda de ativos	-	5.240
Encargos financeiros sobre parcelamentos	48	112
Encargos financeiros sobre financiamentos	-	3.057
Variações no ativos e passivos		
Contas a receber	706	38
Contratos a receber	-	9.000
Adiantamentos fornecedores	7	3.107
Impostos a recuperar	(12)	14
Depósito Judicial	(1)	
Outras contas a receber	30	8.158
Fornecedores	(15.118)	15.596
Impostos e contribuições a recolher	(160)	268
Outras contas a pagar	(79)	(730)
Caixa proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais	(14.725)	36.048
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais	(14.725)	36.048
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Partes relacionadas	14.859	(20.604)
Gastos incorridos com ativos biológicos	51	(3.322)
Venda de imobilizado e ativo biológico	-	9.270
Caixa líquido gerado (aplicado nas) das atividades de investimentos	14.910	(14.656)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Ingresso de parcelamento	28	131
Amortização de impostos parcelados	(215)	(239)
Amortização de financiamentos	-	(21.287)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(187)	(21.395)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2)	(3)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2	5
No final do exercício	-	2
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2)	(3)

Princesa S/A.
CNPJ - 13.976.015/0001-31

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2015	<u>71.997</u>	<u>10.346</u>	<u>9.065</u>	<u>5.591</u>		<u>96.999</u>
Resultado abrangente do exercício:						
Prejuízo líquido do exercício					(11.861)	(11.861)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		(8.864)			8.864	
Absorção dos prejuízos acumulados				(2.997)	2.997	
Em 31 de dezembro de 2016	<u>71.997</u>	<u>1.482</u>	<u>9.065</u>	<u>2.594</u>		<u>85.138</u>
Resultado abrangente do exercício:						
Prejuízo líquido do exercício		(1.482)			(7.511)	(8.993)
Absorção dos prejuízos acumulados				(2.594)	2.594	
Em 31 de dezembro de 2017	<u>71.997</u>	<u>-</u>	<u>9.065</u>	<u>-</u>	<u>(4.917)</u>	<u>76.145</u>
Resultado abrangente do exercício:						
Prejuízo líquido do exercício					(146)	(146)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>71.997</u>	<u>-</u>	<u>9.065</u>	<u>-</u>	<u>(5.063)</u>	<u>75.999</u>


Sergio Antonio Garcia Amoroso
Diretor - Presidente


Robson Ederaldo de Mello
CRC 1SP 189409/O-4

Princesa S/A.
CNPJ - 13.976.015/0001-31

VARA DISTRICTAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5849 JB.

Balço patrimonial
Em milhares de reais

Ativo	30 de abril de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante		
Impostos a recuperar	12	12
	<u>12</u>	<u>12</u>
Não circulante		
Créditos a receber	52.256	52.256
Partes relacionadas	21.573	21.835
Depósitos Judiciais	1	1
	<u>73.830</u>	<u>74.092</u>
Ativo biológico	4.557	4.338
	<u>4.557</u>	<u>4.338</u>
Total do ativo	<u>78.399</u>	<u>78.442</u>

Passivo e patrimônio líquido	30 de abril de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante		
Fornecedores	1.061	1.055
Impostos e contribuições a recolher	802	745
Impostos parcelados	256	261
	<u>2.119</u>	<u>2.061</u>
Não circulante		
Impostos parcelados	305	382
	<u>305</u>	<u>382</u>
Total do passivo	<u>2.424</u>	<u>2.443</u>

Patrimônio líquido		
Capital social	71.997	71.997
Reservas de lucros	3.978	4.002
	<u>75.975</u>	<u>75.999</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>78.399</u>	<u>78.442</u>

Princesa S/A.
CNPJ - 13.976.015/0001-31

Demonstrações do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	30 de abril de 2019	31 de dezembro de 2018
Receita líquida de vendas	-	511
Custo das vendas	-	(505)
Prejuízo bruto	-	6
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(15)	(101)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias	(15)	(95)
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	-	13
Despesas financeiras	(9)	(64)
Resultado financeiro líquido	(9)	(51)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(24)	(146)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-
Prejuízo líquido do exercício	(24)	(146)
Prejuízo líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expressos em R\$ por ação) - lucro básico e diluído	(0,001)	(0,006)

Princesa S/A.
CNPJ - 13.976.015/0001-31

Demonstração do fluxo de caixa

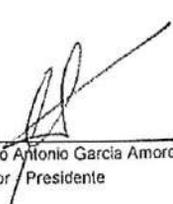
Em milhares de reais

	30 de abril de 2019	31 de dezembro de 2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do tributos	(24)	(146)
Ajustes		
Encargos financeiros sobre parcelamentos	9	48
Variações no ativos e passivos		
Contas a receber	-	706
Adiantamentos fornecedores	-	7
Impostos a recuperar	-	(12)
Depósito Judicial	-	(1)
Outras contas a receber	-	30
Fornecedores	6	(15.118)
Impostos e contribuições a recolher	57	(160)
Outras contas a pagar	-	(79)
Caixa proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais	48	(14.725)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais	48	(14.725)
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Partes relacionadas	262	14.859
Gastos incorridos com ativos biológicos	(219)	51
Caixa líquido gerado (aplicado nas) das atividades de investimentos	43	14.910
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Ingresso de parcelamento	-	28
Amortização de impostos parcelados	(91)	(215)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(91)	(187)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	(2)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	-	2
No final do exercício	-	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	(2)

Princesa S/A.
CNPJ - 13.976.015/0001-31

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2015	71.997	10.346	9.065	5.591		96.999
Resultado abrangente do exercício:						
Prejuízo líquido do exercício					(11.861)	(11.861)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		(8.864)			8.864	
Absorção dos prejuízos acumulados				(2.997)	2.997	
Em 31 de dezembro de 2016	71.997	1.482	9.065	2.594		85.138
Resultado abrangente do exercício:						
Prejuízo líquido do exercício		(1.482)			(7.511)	(8.993)
Absorção dos prejuízos acumulados				(2.594)	2.594	
Em 31 de dezembro de 2017	71.997	-	9.065	-	(4.917)	76.145
Resultado abrangente do exercício:						
Prejuízo líquido do exercício					(146)	(146)
Em 31 de dezembro de 2018	71.997	-	9.065	-	(5.063)	75.999
Resultado abrangente do exercício:						
Prejuízo líquido do exercício					(24)	(24)
Em 30 de abril de 2019	71.997	-	9.065	-	(5.087)	75.975


Sergio Antonio Garcia Amoroso
Diretor / Presidente


Robson Ederaldo de Mello
CRC 1SP 189409/O-4

Titulo	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
01.000.000 - ATIVO	78.403.623,20D	4.875,27	9.751,61	78.398.745,86D
01.100.000 - ATIVO CIRCULANTE	11.867,20D	0,00	1,07	11.867,13D
01.110.000 - DISPONIVEL	1,07D	0,00	1,07	0,00
01.112.000 - BANCO CONTA MOVIMENTO	1,07D	0,00	1,07	0,00
01.112.100 - BANCO CONTA MOVIMENTO	1,07D	0,00	1,07	0,00
01.112.002 - BANCO BRASIL C/C 5705-3	1,07D	0,00	1,07	0,00
01.120.000 - REALIZAVEL A CURTO PRAZO	11.867,13D	0,00	0,00	11.867,13D
01.121.000 - CREDITOS	11.867,13D	0,00	0,00	11.867,13D
01.121.800 - IMPOSTOS A RECUPERAR	11.867,13D	0,00	0,00	11.867,13D
01.121.804 - PIS A RECUPERAR	2.116,83D	0,00	0,00	2.116,83D
01.121.805 - COFINS A RECUPERAR	9.750,30D	0,00	0,00	9.750,30D
01.300.000 - REALIZAVEL A LONGO PRAZO	73.834.581,43D	4.875,27	9.750,54	73.829.706,16D
01.210.000 - CREDITOS	73.834.581,43D	4.875,27	9.750,54	73.829.706,16D
01.212.000 - OUTROS VALORES	933,74D	0,00	0,00	933,74D
01.212.100 - DEPOSITOS EFETUADOS EM JUIZO	933,74D	0,00	0,00	933,74D
01.212.102 - PROCESSOS CIVEIS	933,74D	0,00	0,00	933,74D
01.214.000 - CONTAS A RECEBER	52.255.912,46D	0,00	0,00	52.255.912,46D
01.214.100 - CONTAS A RECEBER	52.255.912,46D	0,00	0,00	52.255.912,46D
01.214.105 - CREDITOS A RECEBER	52.255.912,46D	0,00	0,00	52.255.912,46D
01.215.000 - OUTROS CREDITOS	21.577.735,23D	4.875,27	9.750,54	21.572.859,96D
01.215.200 - EMPRESTIMOS A CONTROLADAS/CONTROLADORAS	21.577.735,23D	4.875,27	9.750,54	21.572.859,96D
01.215.201 - MARQUESA S.A.	21.577.735,23D	0,00	4.875,27	21.572.859,96D
01.215.202 - SAGA INVESTIM. E PARTIC. DO BRASIL S A	0,00	4.875,27	4.875,27	0,00
1.300.000 - PERMANENTE	4.557.172,57D	0,00	0,00	4.557.172,57D
01.340.000 - IMOBILIZADO FLORESTAL	4.557.172,57D	0,00	0,00	4.557.172,57D
01.342.000 - ARRENDAMENTO FLORESTAL	4.557.172,57D	0,00	0,00	4.557.172,57D
01.342.100 - ARRENDAMENTO FLORESTAL	4.557.172,57D	0,00	0,00	4.557.172,57D
01.342.110 - FLORESTAS ARRENDADAS 2004	227.478,92D	0,00	0,00	227.478,92D
01.342.114 - FLORESTAS ARRENDADAS 2005	524.939,10D	0,00	0,00	524.939,10D
01.342.115 - FLORESTAS ARRENDADAS 2006	606.868,80D	0,00	0,00	606.868,80D
01.342.116 - FLORESTAS ARRENDADAS 2007	10.524,12D	0,00	0,00	10.524,12D
01.342.120 - FLORESTAS ARRENDADAS 2011	20.102,85D	0,00	0,00	20.102,85D
01.342.123 - FLORESTAS ARRENDADAS 2014	769.202,62D	0,00	0,00	769.202,62D
01.342.124 - FLORESTAS ARRENDADAS 2015	420.421,62D	0,00	0,00	420.421,62D
01.342.125 - FLORESTAS ARRENDADAS 2016	134.529,63D	0,00	0,00	134.529,63D
01.342.199 - FLORESTAS - ATIVO BIOLOGICO	1.009.885,75D	0,00	0,00	1.009.885,75D
01.342.127 - FLORESTAS ARRENDADAS 2024	833.219,16D	0,00	0,00	833.219,16D
02.000.000 - PASSIVO	78.417.631,42C	5.992,86	11.099,65	78.422.738,21C
02.100.000 - PASSIVO CIRCULANTE	3.115.772,63C	5.992,86	8.605,21	2.118.384,98C
02.110.000 - EXIGIVEL A CURTO PRAZO	2.115.772,63C	5.992,86	8.605,21	2.118.384,98C
02.112.000 - IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUICOES	1.055.224,05C	1.117,59	3.160,18	1.057.266,64C
02.112.100 - IMPOSTOS A RECOLHER	800.638,57C	0,00	1.117,59	801.756,16C
02.112.103 - INRF - SERV. TERCEIROS A RECOLHER	227.339,86C	0,00	0,00	227.339,86C
02.112.105 - INSS - PRESTACAO SERVICOS	273.269,93C	0,00	0,00	273.269,93C
02.112.106 - PIS/COFINS/CSLL SOBRE SERVICOS	3.022,52C	0,00	0,00	3.022,52C
02.112.107 - ISS A RECOLHER	297.006,26C	0,00	0,00	297.006,26C
02.112.159 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR	0,00	0,00	1.117,59	1.117,59C
02.112.300 - IMPOSTOS E CONTRIBUICOES PARCELAMENTOS	254.585,48C	1.117,59	2.042,59	255.510,48C
02.112.302 - PARCELAMENTO IMPOSTOS FEDERAIS	241.290,95C	0,00	1.968,63	243.259,58C
02.112.315 - PROG. ESPEC. REGUL. TRIBUT LEI 13.496/17	13.294,53C	1.117,59	73,96	12.250,90C
02.113.000 - FORNECEDORES	247.623,46C	0,00	0,00	247.623,46C
02.113.100 - FORNECEDORES	247.623,46C	0,00	0,00	247.623,46C
02.113.101 - FORNECEDORES NO PAIS	247.623,46C	0,00	0,00	247.623,46C
02.116.000 - OUTRAS CONTAS A PAGAR	812.925,12C	4.875,27	5.445,03	813.494,88C
02.116.400 - OUTRAS CONTAS A PAGAR	812.925,12C	4.875,27	5.445,03	813.494,88C
02.116.401 - SERVICOS DIVERSOS A PAGAR	190.384,89C	0,00	0,00	190.384,89C

FGL307AB - 1.00.01.096

PRINCESSA S.A.

Período: 01/04/2019 A 30/04/2019

Balancete
06/06/2019 - 09:48

Título	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
02.110.000 - OUTRAS CONTAS A PAGAR	623.540,23C	4.875,27	5.445,03	623.109,99C
02.200.000 - EXIGIVEL A LONGO PRAZO	303.008,49C	0,00	2.494,44	305.502,93C
02.210.000 - IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	303.008,49C	0,00	2.494,44	305.502,93C
02.213.000 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELAMENTOS	303.008,49C	0,00	2.494,44	305.502,93C
02.213.100 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELAMENTOS	303.008,49C	0,00	2.494,44	305.502,93C
02.213.102 - PARCELAMENTO IMPOSTOS FEDERAIS	303.008,49C	0,00	2.494,44	305.502,93C
02.400.000 - PATRIMONIO LIQUIDO	75.998.856,30C	0,00	0,00	75.998.856,30C
02.410.000 - CAPITAL REALIZADO	71.997.306,17C	0,00	0,00	71.997.306,17C
02.411.000 - CAPITAL REALIZADO	71.997.306,17C	0,00	0,00	71.997.306,17C
02.411.100 - CAPITAL SOCIAL	71.997.306,17C	0,00	0,00	71.997.306,17C
02.411.101 - CAPITAL SOCIAL	71.997.306,17C	0,00	0,00	71.997.306,17C
02.420.000 - RESERVAS DE CAPITAL	9.065.324,27C	0,00	0,00	9.065.324,27C
02.423.000 - RESERVA DE LUCROS	9.065.324,27C	0,00	0,00	9.065.324,27C
02.423.100 - RESERVA DE LUCROS	9.065.324,27C	0,00	0,00	9.065.324,27C
02.423.101 - RESERVA LEGAL	9.065.324,27C	0,00	0,00	9.065.324,27C
02.430.000 - LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	5.063.780,14D	0,00	0,00	5.063.780,14D
02.431.000 - LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	5.063.780,14D	0,00	0,00	5.063.780,14D
02.431.100 - LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	5.063.780,14D	0,00	0,00	5.063.780,14D
02.431.102 - PREJUÍZOS ACUMULADOS	5.063.780,14D	0,00	0,00	5.063.780,14D
03.000.000 - RESULTADO DO EXERCÍCIO	14.009,22D	9.983,13	0,00	23.992,35D
03.100.000 - RESULTADO OPERACIONAL	14.009,22D	9.983,13	0,00	23.992,35D
03.110.000 - CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	59,62D	0,00	0,00	59,62D
03.115.000 - GASTOS GERAIS DE FABRICAÇÃO	59,62D	0,00	0,00	59,62D
03.115.100 - GASTOS GERAIS DE FABRICAÇÃO	59,62D	0,00	0,00	59,62D
03.115.121 - AGUA/LUZ/ESGOTO	59,62D	0,00	0,00	59,62D
03.410.000 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS	9.027,99D	5.445,03	0,00	14.473,02D
03.515.000 - DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	9.027,99D	5.445,03	0,00	14.473,02D
03.515.100 - DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	9.027,99D	5.202,03	0,00	14.230,02D
03.515.103 - SERVIÇOS DE ASSES. CONSULT. E AUDITORIA	7.750,00D	0,00	0,00	7.750,00D
03.515.114 - DESPESAS JURÍDICAS E CARTÓRIOS	1.204,15D	5.202,03	0,00	6.406,18D
03.515.121 - AGUA/LUZ/ESGOTO	73,84D	0,00	0,00	73,84D
03.525.000 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	243,00	0,00	243,00D
03.525.299 - OUTRAS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	243,00	0,00	243,00D
03.710.000 - RESULTADOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	4.921,61D	4.538,10	0,00	9.459,71D
03.711.000 - DESPESAS FINANCEIRAS	4.921,61D	4.538,10	0,00	9.459,71D
03.711.100 - DESPESAS FINANCEIRAS	4.921,61D	4.538,10	0,00	9.459,71D
03.711.103 - DESPESAS BANCARIAS	297,70D	1,07	0,00	298,77D
03.711.110 - JUROS S/ IMPOSTOS EM ATRASO/PARCELADOS	4.628,91D	4.537,03	0,00	9.165,94D
Total de Débitos		20.851,26		
Total de Créditos			20.851,26	
01	-	78.403.622,20D		78.398.745,66D
02	-	78.417.631,42C		78.422.738,21C
03	-	14.009,22D		23.992,35D

Lucros e Perdas
01/02

Robson Ederaldo de Mello
CRC 1SP 189409/O-4

Sergio Antonio Garcia Amoroso
Diretor - Presidente

Última página

FGL307AB - 1.00.01.096

PRINCESA S/A, CNPJ: 13.976.015/0001-31

Art. 51, VII

EXTRATOS ATUALIZADOS DAS CONTAS BANCÁRIAS



Consultas - Extrato de conta corrente

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Exatidão 5856 jm
02/05/2019 15:55:45

Cliente - Conta atual

Agência 3132-1
Conta corrente 5705-3 PRINCESA S.A.
Período do extrato 04 / 2019

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag origem	Lote Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
29/03/2019		0000	00000 000 Saldo Anterior			1,07 C
02/04/2019		0000	13113 231 Tar Manuten Conta Ativa Tarifa referente a 02/04/2019	820.920.700.131.262	1,07 D	0,00 C
30/04/2019		0000	13013 375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	698,34 D	
30/04/2019		0000	13013 807 Estorno de Débito	42.151	698,34 C	
30/04/2019		0000	13013 375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	2.043,59 D	
30/04/2019		0000	13013 807 Estorno de Débito	42.151	2.043,59 C	
30/04/2019		0000	13013 375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	571,89 D	
30/04/2019		0000	13013 807 Estorno de Débito	42.151	571,89 C	
30/04/2019		0000	13013 375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	1.117,45 D	
30/04/2019		0000	13013 807 Estorno de Débito	42.151	1.117,45 C	
30/04/2019		0000	13013 375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	4.957,81 D	
30/04/2019		0000	13013 807 Estorno de Débito	42.151	4.957,81 C	
30/04/2019		0000	13013 375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	526,47 D	
30/04/2019		0000	13013 807 Estorno de Débito	42.151	526,47 C	
30/04/2019		0000	13013 375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	1.707,80 D	
30/04/2019		0000	13013 807 Estorno de Débito	42.151	1.707,80 C	
30/04/2019		0000	13013 375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	1.671,67 D	
30/04/2019		0000	13013 807 Estorno de Débito	42.151	1.671,67 C	
30/04/2019		0000	13013 375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	3.222,99 D	
30/04/2019		0000	13013 807 Estorno de Débito	42.151	3.222,99 C	
30/04/2019		0000	13013 375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	525,55 D	
30/04/2019		0000	13013 807 Estorno de Débito	42.151	525,55 C	
30/04/2019		0000	13013 375 Pagamento de DARF/RFB	3.941	1.117,59 D	
30/04/2019		0000	13013 807 Estorno de Débito	3.941	1.117,59 C	
30/04/2019		0000	00000 999 S A L D O			0,00 C

OBSERVAÇÕES:

Há tarifas pendentes de cobrança. Total em
02/05/2019 R\$ 50,91. Sujeito à cobrança
quando ocorrer saldo positivo na conta corrente.
Procure sua agência.

Transação efetuada com sucesso por: J4493941 SANDRA APARECIDA DE OLIVEIRA LIMA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Extrato de conta corrente

Cliente - Conta atual

Agência 3132-1
Conta corrente 5705-3 PRINCESA S.A.
Período do extrato 03 / 2019

Lançamentos

Dt. balancete	Df. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
28/02/2019		0000	00000	000 Saldo Anterior			60,94 C
06/03/2019		0000	13113	231 Tar Manuten Conta Ativa	850.650.700.128.244	51,98 D	8,96 C
				Tarifa referente a 06/03/2019			
11/03/2019		0000	14175	976 TED-Crédito em Conta	9.736.213	20.000,00 C	
				341 0912 20531348000112 TIMBER IX PART			
11/03/2019		0000	13105	393 TED Transf.Eletr.Disponiv	31.101	20.000,00 D	
				237 1833 35412905870 FRANCINE PANTALEA			
11/03/2019		0000	13113	310 Tar DOC/TED Eletrônico	880.701.200.047.531	8,96 D	0,00 C
				Tarifa referente a 11/03/2019			
12/03/2019		3132	99026	870 Transferência recebida	663.132.000.101.027	55.000,00 C	
				12/03 3132 101027-1 MARQUESA S A			
12/03/2019		3132	99026	870 Transferência recebida	663.132.000.101.027	100,00 C	
				12/03 3132 101027-1 MARQUESA S A			
12/03/2019		3132	99026	470 Transferência enviada	660.420.000.021.354	21.886,17 D	
				12/03 0420 21354-3 CAIO AUGUSTO S			
12/03/2019		0000	13105	393 TED Transf.Eletr.Disponiv	31.201	32.825,67 D	
				237 1860 22964151806 ALEXANDRE CAMPOS			
12/03/2019		0000	13105	375 Impostos	31.202	21,00 D	
				DARF - 13.976 015/0001-31 -6621			
12/03/2019		0000	13105	375 Impostos	31.203	358,15 D	
				SEFAZ/SP-AMBIENTEPAG			
12/03/2019		0000	13113	170 Tarifa Transf Recurso-E/I	810.711.200.241.588	1,18 D	
				Tarifa referente a 12/03/2019			
12/03/2019		0000	13113	310 Tar DOC/TED Eletrônico	810.711.200.357.979	7,83 D	0,00 C
				Tarifa referente a 12/03/2019			
20/03/2019		3132	99026	870 Transferência recebida	663.132.000.101.027	1.500,00 C	
				20/03 3132 101027-1 MARQUESA S A			
20/03/2019		0000	13113	310 Tar DOC/TED Eletrônico	820.790.901.630.556	1,22 D	
				Cobr parc tarif pend ref a 11/03/2019			
20/03/2019		0000	13113	310 Tar DOC/TED Eletrônico	820.790.901.630.944	2,35 D	1.496,43 C
				Cobr parc tarif pend ref a 12/03/2019			
21/03/2019		3132	99026	870 Transferência recebida	663.132.000.101.027	30,00 C	
				21/03 3132 101027-1 MARQUESA S A			
21/03/2019		0000	13105	393 TED Transf.Eletr.Disponiv	32.101	1.500,00 D	
				033 0768 023323768000100 CONTILEUS ASS			
21/03/2019		0000	13113	310 Tar DOC/TED Eletrônico	810.801.200.441.437	10,18 D	16,25 C
				Tarifa referente a 21/03/2019			
25/03/2019		3132	99026	870 Transferência recebida	663.132.000.101.027	820,00 C	
				25/03 3132 101027-1 MARQUESA S A			
25/03/2019		0000	13105	375 Impostos	32.501	42,00 D	
				DARF - 761.086.608-30 -6621			
25/03/2019		0000	13105	393 TED Transf.Eletr.Disponiv	32.502	783,00 D	
				237 0875 42476739200 MAURICIO BULHOES			
25/03/2019		0000	13113	310 Tar DOC/TED Eletrônico	880.841.200.059.136	10,18 D	1,07 C
				Tarifa referente a 25/03/2019			
29/03/2019		0000	13013	375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	1.113,25 D	
29/03/2019		0000	13013	807 Estorno de Débito	42.151	1.113,25 C	
29/03/2019		0000	13013	375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	1.701,38 D	
29/03/2019		0000	13013	807 Estorno de Débito	42.151	1.701,38 C	
29/03/2019		0000	13013	375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	695,71 D	
29/03/2019		0000	13013	807 Estorno de Débito	42.151	695,71 C	

29/03/2019	0000	13013 375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	3.210,87 D	
29/03/2019	0000	13013 807 Estorno de Débito	42.151	3.210,87 C	
29/03/2019	0000	13013 375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	4.939,15 D	
29/03/2019	0000	13013 807 Estorno de Débito	42.151	4.939,15 C	
29/03/2019	0000	13013 375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	1.665,38 D	
29/03/2019	0000	13013 807 Estorno de Débito	42.151	1.665,38 C	
29/03/2019	0000	13013 375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	2.034,85 D	
29/03/2019	0000	13013 807 Estorno de Débito	42.151	2.034,85 C	
29/03/2019	0000	13013 375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	569,44 D	
29/03/2019	0000	13013 807 Estorno de Débito	42.151	569,44 C	
29/03/2019	0000	13013 375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	523,18 D	
29/03/2019	0000	13013 807 Estorno de Débito	42.151	523,18 C	
29/03/2019	0000	13013 375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	524,10 D	
29/03/2019	0000	13013 807 Estorno de Débito	42.151	524,10 C	
29/03/2019	0000	13013 375 Pagamento de DARF/RFB	3.941	1.112,84 D	
29/03/2019	0000	13013 807 Estorno de Débito	3.941	1.112,84 C	1,07 C
31/03/2019	0000	00000 999 S A L D O			1,07 C

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: J4493941 SANDRA APARECIDA DE OLIVEIRA LIMA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678

Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Extrato de conta corrente

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5859
04/06/2019 18:00:57

Cliente - Conta atual

Agência 3132-1
Conta corrente 5705-3 PRINCESA S.A.
Período do extrato 05 / 2019

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lota	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
30/04/2019		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
16/05/2019		3132	99026	870 Transferência recebida	663.132.000.101.027	150,00 C	
				16/05 3132 101027-1 MARQUESA S A			
16/05/2019		0000	13113	231 Tar Manuten Conta Ativa	821.360.902.093.327	50,91 D	
				Cobr parc tarf pend ref a 02/04/2019			
16/05/2019		0000	13113	231 Tar Manuten Conta Ativa	821.360.902.100.765	51,98 D	47,11 C
				Tarifa pendente referente a 03/05/2019			
31/05/2019		0000	13013	375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	2.053,26 D	
31/05/2019		0000	13013	807 Estorno de Débito	42.151	2.053,26 C	
31/05/2019		0000	13013	375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	4.978,45 D	
31/05/2019		0000	13013	807 Estorno de Débito	42.151	4.978,45 C	
31/05/2019		0000	13013	375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	574,59 D	
31/05/2019		0000	13013	807 Estorno de Débito	42.151	574,59 C	
31/05/2019		0000	13013	375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	3.236,41 D	
31/05/2019		0000	13013	807 Estorno de Débito	42.151	3.236,41 C	
31/05/2019		0000	13013	375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	1.678,63 D	
31/05/2019		0000	13013	807 Estorno de Débito	42.151	1.678,63 C	
31/05/2019		0000	13013	375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	528,16 D	
31/05/2019		0000	13013	807 Estorno de Débito	42.151	528,16 C	
31/05/2019		0000	13013	375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	701,24 D	
31/05/2019		0000	13013	807 Estorno de Débito	42.151	701,24 C	
31/05/2019		0000	13013	375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	529,09 D	
31/05/2019		0000	13013	807 Estorno de Débito	42.151	529,09 C	
31/05/2019		0000	13013	375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	1.122,11 D	
31/05/2019		0000	13013	807 Estorno de Débito	42.151	1.122,11 C	
31/05/2019		0000	13013	375 Pagamento de DARF/RFB	42.151	1.714,91 D	
31/05/2019		0000	13013	807 Estorno de Débito	42.151	1.714,91 C	
31/05/2019		0000	13013	375 Pagamento de DARF/RFB	3.941	1.122,85 D	
31/05/2019		0000	13013	807 Estorno de Débito	3.941	1.122,85 C	
31/05/2019		0000	00000	999 S A L D O			47,11 C

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: J4729233 KLEBER BUENO FREGATI.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouidoria BB 0800 729 5678

Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Extrato de conta corrente

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 58607

26/06/2019 15:21.23

Ciente - Conta atual

Agência 3132-1
Conta corrente 5705-3 PRINCESA S.A.
Período do extrato Mês atual

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
31/05/2019		0000	00000	000 Saldo Anterior			47,11 C
04/06/2019		0000	13113	231 Tar Manuten Conta Ativa	811.550.700.200.106	47,11 D	0,00 C
				Cobrança referente 04/06/2019			
18/06/2019		3132	99026	870 Transferência recebida	663.132.000.101.027	100,00 C	
				18/06 3132 101027-1 MARQUESA S A			
18/06/2019		0000	13113	231 Tar Manuten Conta Ativa	821.690.901.477.792	4,87 D	95,13 C
				Cobr parc ref a 04/06/2019			
26/06/2019		0000	00000	999 S A L D O			95,13 C

Lançamentos futuros

Data	Lançamento	Documento	Valor
28/06/2019	IMPOSTOS	42.151 R\$	531,81 D
28/06/2019	IMPOSTOS	42.151 R\$	1.722,29 D
28/06/2019	IMPOSTOS	3.941 R\$	1.128,31 D
28/06/2019	IMPOSTOS	42.151 R\$	577,40 D
28/06/2019	IMPOSTOS	42.151 R\$	1.126,94 D
28/06/2019	IMPOSTOS	42.151 R\$	4.999,88 D
28/06/2019	IMPOSTOS	42.151 R\$	2.063,31 D
28/06/2019	IMPOSTOS	42.151 R\$	704,26 D
28/06/2019	IMPOSTOS	42.151 R\$	530,88 D
28/06/2019	IMPOSTOS	42.151 R\$	1.685,86 D
28/06/2019	IMPOSTOS	42.151 R\$	3.250,34 D

Saldo	95,13 C
Juros	0,00
Data de Debito de Juros	28/06/2019
IOF	0,00
Data de Debito de IOF	01/07/2019

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: J4729233 KLEBER BUENO FREGATI.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678

Para deficientes auditivos 0800 729 0088

PRINCESA S/A, CNPJ: 13.976.015/0001-31

Art. 51, VIII

CERTIDÕES DOS CARTÓRIOS DE PROTESTOS
DAS COMARCAS SEDE E FILIAIS



1º Tabelião de Notas e Protesto de Letras e Títulos de Barueri

Comarca de Barueri - Estado de São Paulo
Ubiratan Pereira Guimarães - Tabelião
ALAMEDA GRAJAU, 279 - ALPHAVILLE - BARUERI



VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO
Folha: n.º 5862

Nº. PEDIDO:
208516/08/23

Certidão Negativa de Protesto

O TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE

BARUERI - SP, no uso de suas atribuições legais, **CERTIFICA** que pesquisados os índices de protesto deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** no período de **5 ANOS** anteriores a **06 de maio de 2019**, em nome de:

PRINCESA S.A
CNPJ 13976015000131

Grid of 14 columns and 20 rows of dots for stamping or recording.

Pesquisado por: ALEX DE LIMA PAULA

O referido é verdade e dou fé.
Barueri, 08 de maio de 2019.

Olmezia S.J. Ramparelli
Escritvente Autorizada



Pedido formulado por: FLAVIA SALGADO ESKINAZI - CPF 26492518837

1120945IA100010508051019S

Informações Importantes:

- Certidão válida somente no original.
- Os emolumentos foram recolhidos por guia.
- Certidão expedida no ato do pedido, sem ônus adicional para o requerente.
- Esta certidão só se refere ao nome e números como nela grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia no pedido respectivo.
- Solicite certidão de protesto pela Internet no site : www.tabelaioebarueri.com.br

Verifique o código de veracidade: **82300020851600238191** no site: www.tabelaioebarueri.com.br

Emolumentos	Ao Estado	Sefaz	Sinoreg	Trib. Just.	Sta.Casa	Ministério Público	ISS	Total
***** 7,94	***** 2,26	***** 1,54	***** 0,42	***** 0,55	***** 0,08	***** 0,38	***** 0,15	***** 13,32

Qualquer rasura, apagamento ou carimbo, especialmente no que se refere ao endereço de site na Internet, INVALIDARÁ esta certidão.



1º Tabelião de Notas e Protesto
de Letras e Títulos de Barueri

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5863 JM.

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

2º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

RUA MARIO PRANDINI, 353 - CENTRO - ITAPEVA/SP CEP: 18400-170 FONE: (15) 3521-2403

BEATRIZ FERNANDA LOURENÇO

TABELIÃ INTERINA



1240225440002003200712405

Folha: n.º 5864

C E R T I D ã O

Pedido Número: 2363

Certifico que, revendo em cartório a meu cargo os LIVROS COMPETENTES, destinados ao anexo de protesto, no período de CINCO(05) anos anterior a esta data, verifiquei, constar 002 protestos em nome de:

PRINCESA SA CNPJ: 13.976.015/0002-12

DT. PROT.	PROTESTO	LIVRO	FOLHA	ESPÉCIE	NÚMERO DO TÍTULO	VALOR DO TÍTULO	VENCIMENTO	MOTIVO PROTESTO	ENDOSSO
15/01/2019	36246	597	186	CDA	1259492358	749,52	23/11/2018	FALTA DE PAGAMENTO	
DEVEDOR...: PRINCESA S A CNPJ: 13.976.015/0002-12 PORTADOR...: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO AVENIDA RANGEL PESTANA, Nº 300 CREDOR...: GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO RUA PAMPLONA 227 6AA ANDAR 2 ICMS DECLARADO MES/ANO REF: 07/2018 CEDENTE...: GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO RUA PAMPLONA 227 6AA ANDAR									

DT. PROT.	PROTESTO	LIVRO	FOLHA	ESPÉCIE	NÚMERO DO TÍTULO	VALOR DO TÍTULO	VENCIMENTO	MOTIVO PROTESTO	ENDOSSO
24/11/2016	10622	468	104	DMI	2959/0002	2.797,50	08/11/2016	FALTA DE PAGAMENTO	M
DEVEDOR...: PRINCESA SA CNPJ: 13.976.015/0002-12 PORTADOR...: BANCO DO BRASIL S.A PRAÇA ANCHIETA, 52 CREDOR...: ROHRBACHER FLORESTAL RUA MANOEL TAVARES 148 TERREO CEDENTE...: COOPERATIVA CRED EMPRESARIOS ALTO VALE DO RIO									

A PRESENTE CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO PEDIDO RESPECTIVO.

É o que tenho a certificar, o referido é verdade e dou fé.

ITAPEVA, 20 DE MAIO DE 2019

EMOLUMENTOS	ESTADO	SEFAZ	R.CIVIL	T.JUSTIÇA	M.PÚBLICO	SANTA CASA	ISS	TOTAL
7,94	2,26	1,54	0,42	0,55	0,38	0,08	0,39	13,56

Esse documento foi assinado digitalmente por BEATRIZ FERNANDA LOURENÇO
 Se impresso, para conferência acesse o site <https://protestosp.com.br/valida> e informe o código P00-0027-4874-S082

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

ANDRE PINTO GARCIA - TABELIÃO

Fone: (015)3522-0975

RUA MÁRIO PRA NDINI, 439, CENTRO - ITAPEVA/SP - CEP: 18400170

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5857m.

CERTIDÃO

O 1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DA COMARCA DE ITAPEVA, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, a pedido de

*** PATRICIA PEDLOWSKI RG: 43935271X ***

que, revendo no cartório a seu cargo os LIVROS DE REGISTRO DE TERMOS DE PROTESTO deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** de títulos, letras ou documentos, de aceite ou responsabilidade em nome de:

*** PRINCESA SA ***

*** CNPJ 13.976.015/0004-84 ***

No período de 5 (CINCO) anos, até **17 de Maio de 2019**.

ITAPEVA, 20 de Maio de 2019 - 10:49:36.

Eu, JOELMA JEANE DOS SANTOS - SUBSTITUTA DO TABELIÃO, conferi, subscrevo e assino.

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QRCode impresso ou acesse o endereço eletrônico <https://selodigital.tsp.jus.br>



11211051A000002120051

Cartório	Estado	SEFAZ	Reg.Civil	Trib.Juizça	Sta.Casa	Minis tério Público	Imposto Municipal	TOTAL
7,94	2,26	1,54	0,42	0,55	0,08	0,38	0,39	13,56

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA MP nº 2200-2, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA.

1º TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

RUA MÁRIO PRANDINI, 439, CENTRO
ITAPEVA - SP
Tel.: (015)3522-0975

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5866

Página 1

CERTIDÃO Nº 9119

O 1º TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE ITAPEVA - SP, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, A PEDIDO DE: **PATRICIA PEDLOWSKI, RG: 43935271X**, que pesquisados os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO a seu cargo, no período de **5 (CINCO) anos anteriores a 17 de Maio de 2019**, deles verificou que em nome de:

PRINCESA SA

CNPJ 13.976.015/0002-12

CONSTA(M) 00003 (TRES) PROTESTO(S)

- 1) LIVRO: **436 - G** FOLHA: **173** DATA DO PROTESTO: **11/07/2016** FAIXA DE REFERÊNCIA: **26**
PROTOCOLO: **62** RECEPÇÃO: **06/07/2016** TIPO: **Com um** MOTIVO: **Falta de Pagamento**
SACADO: **PRINCESA S. A.** CNPJ **13.976.015/0002-12**
ENDEREÇO: **RUA QUINTO CAVANI, 101 E DISTRITO INDUSTRIAL 18410620 ITAPEVA**
TÍTULO: **DMI Nº 122074-1** EMISSÃO: **12/05/2016** VENCIMENTO: **27/06/2016**
ENDOSSO: **Mandato** ACEITE: **Sem Aceite** VALOR: **R\$26.000,00** SALDO: **R\$26.000,00**
APRESENTANTE: **BANCO BRADESCO SA**
ENDEREÇO: **AV YARA SN - CIDA DE DE DEUS - OSASCO**
CEDENTE: **STAR FACTORING FOMENTO E SERVICOS LTDA**
SACADOR: **J. RUFINUS DIESEL LTDA**
ENDOSSANTE: ****NÃO CONSTA****

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QRCode impresso ou acesse o endereço eletrônico <https://selodigital.isp.jus.br>



1121105IA000001820051

Este documento foi assinado digitalmente por JOELMA JEANE DOS SANTOS
Se impresso, para conferência acesse o site <https://protestosp.com.br/valida> e informe o código P00-0027-4874-S081

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA MP Nº 2200-2, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA.

PRINCESA SA**CNPJ 13.976.015/0002-12**

- 2) LIVRO: **444 - G** FOLHA: **41** DATA DO PROTESTO: **06/09/2016** FAIXA DE REFERÊNCIA: 26
 PROTOCOLO: **22** RECEPÇÃO: **01/09/2016** TIPO: **Comum** MOTIVO: **Falta de Pagamento**
 SACADO: **PRINCESA S. A.** CNPJ **13.976.015/0002-12**
 ENDEREÇO: RUA QUINTO CAVANI, 101 E DISTRITO INDUSTRIAL 18410620 ITAPEVA
 TÍTULO: **DMI Nº 122074-3** EMISSÃO: 12/05/2016 VENCIMENTO: 25/08/2016
 ENDOSSO: Mandato ACEITE: Sem Aceite VALOR: R\$26.000,00 SALDO: R\$26.000,00
 A PRESENTANTE: BANCO BRADESCO SA
 ENDEREÇO: AV YARA SN - CIDA DE DE DEUS - OSASCO
 CEDENTE: STAR FACTORING FOMENTO E SERVIÇOS LTDA
 SACA DOR: J. RUFINUS DIESEL LTDA
 ENDOSSANTE: ****NÃO CONSTA****
- 3) LIVRO: **453 - G** FOLHA: **173** DATA DO PROTESTO: **09/11/2016** FAIXA DE REFERÊNCIA: 20
 PROTOCOLO: **20** RECEPÇÃO: **04/11/2016** TIPO: **Comum** MOTIVO: **Falta de Pagamento**
 SACADO: **PRINCESA SA** CNPJ **13.976.015/0002-12**
 ENDEREÇO: RUA QUINTO CAVANI 101-E DISTRITO IND 18410620 ITAPEVA
 TÍTULO: **DMI Nº 2774/0001** EMISSÃO: 24/06/2016 VENCIMENTO: 22/10/2016
 ENDOSSO: Mandato ACEITE: Sem Aceite VALOR: R\$7.114,53 SALDO: R\$7.114,53
 A PRESENTANTE: BANCO DO BRASIL SA
 ENDEREÇO: AVENIDA SAO JOAO 32 18º ANDAR - SAO PAULO
 CEDENTE: COOPERATIVA CRED EMPRESARIOS ALTO VALE DO RIO
 SACA DOR: ROHRBACHER FLORESTAL
 ENDOSSANTE: ****NÃO CONSTA****

ITAPEVA, 20 de Maio de 2019 - 10:46:15.

Cartório	Estado	Carteira	Reg.Civil	Trib.Juizça	Sta.Casa	Ministério Público	Imposto Municipal	TOTAL
7,94	2,26	1,54	0,42	0,55	0,08	0,38	0,39	13,56

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QRCode impresso ou acesse o endereço eletrônico <https://selodigital.tjsp.jus.br>



11211051A000001820051

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA MP Nº 2200-2, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA.

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

ANDRE PINTO GARCIA - TABELIÃO

Fone: (015)3522-0975

RUA MÁRIO PRANDINI, 439, CENTRO - ITAPEVA/SP - CEP: 18400170

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5868

CERTIDÃO

O 1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DA COMARCA DE ITAPEVA, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, a pedido de

*** PATRICIA PEDLOWSKI RG: 43935271X ***

que, revendo no cartório a seu cargo os LIVROS DE REGISTRO DE TERMOS DE PROTESTO deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** de títulos, letras ou documentos, de aceite ou responsabilidade em nome de:

*** PRINCESA SA ***

*** CNPJ 13.976.015/0003-01 ***

No período de 5 (CINCO) anos, até **17 de Maio de 2019**.

ITAPEVA, 20 de Maio de 2019 - 10:49:49.

Eu, JOELMA JEANE DOS SANTOS - SUBSTITUTA DO TABELIÃO, conferi, subscrevo e assino.

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QRCode impresso ou acesse o endereço eletrônico <https://selodigital.tsp.jus.br>



1121105IA000002220051

Cartório	Estado	SEFAZ	Reg.Civil	Trib.Juizça	Sta.Casa	Minis tério Público	Imposto Municipal	TOTAL
7,94	2,26	1,54	0,42	0,55	0,08	0,38	0,39	13,56

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA MP nº 2200-2, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA.

Este documento foi assinado digitalmente por JOELMA JEANE DOS SANTOS
Se imprimir, para conferência acesse o site: <https://protestosp.com.br/valida> e informe o código P00-0027-4874-S100



OFICIAL DE REGISTRO DE IMOVEIS E ANEXOS DE ITAPEVA/SP

RUA TEÓFILO DAVID MUZEL, 585 - ITAPEVA - SP - Tel.: 3522-0208
LUIZ ANTONIO LAGES DE MAGALHAESSelo: 12000651A000001420051919G
<https://selodigital.tjsp.jus.br/>

SEQ. 24342

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO**CERTIDÃO**

5870 Jo.

O OFICIAL DE REGISTRO DE IMOVEIS E ANEXOS DE ITAPEVA/SP DA COMARCA DE ITAPEVA, NO
USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, CERTIFICA E DA FÉ,a pedido de: **PATRICIA PEDLOWSKI**, CPF 36948822860 RG 43935271X,
que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO a seu cargo, no período de CINCO ANOS
anteriores a 17 DE MAIO DE 2019, deles verificou que em nome de:**PRINCESA*SA*********CNPJ*13976015000212*********CONSTAM 0007 PROTESTOS**

1) LIVRO: 754 - G FOLHAS: 040 DATA DO PROTESTO: 08/08/2016 FAIXA DE REFERÊNCIA: 26
 PROTESTADO: PRINCESA SA DOC: CNPJ 13976015000212
 ESPÉCIE: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO NÚMERO DO TÍTULO: 122074-2
 EMISSÃO: 12/05/2016 VENCIMENTO: 25/07/2016 MOTIVO DO PROTESTO: PAGAMENTO
 VALOR TÍTULO: R\$ *****26.000,00 DECLARAÇÃO: NÃO CONSTA TIPO DE PROTESTO : COMUM
 VALOR PROTESTADO: R\$ *****26.000,00 TIPO DE ENDOSSO : MANDATO
 PORTADOR: BANCO BRADESCO. CNPJ 00000000000000
 END: AV. YARA, S/N - CIDADE DE DEUS - OSASCO - SP*****
 SACADOR: J RUFINUS DIESEL LTDA CNPJ 38936787000170
 FAVORECIDO: STAR FACTORING FOMENTO E SERVICOS LTDA

VALOR PARA CANCELAMENTO DESTES PROTESTOS: R\$ 2.392,50 (COM BASE NA UFESP E TABELA VIGENTE SUJEITO A ALTERAÇÃO).

2) LIVRO: 764 - G FOLHAS: 154 DATA DO PROTESTO: 26/10/2016 FAIXA DE REFERÊNCIA: 12
 PROTESTADO: PRINCESA SA DOC: CNPJ 13976015000212
 ESPÉCIE: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO NÚMERO DO TÍTULO: 2959/0001
 EMISSÃO: 13/09/2016 VENCIMENTO: 11/10/2016 MOTIVO DO PROTESTO: PAGAMENTO
 VALOR TÍTULO: R\$ *****2.797,50 DECLARAÇÃO: NÃO CONSTA TIPO DE PROTESTO : COMUM
 VALOR PROTESTADO: R\$ *****2.797,50 TIPO DE ENDOSSO : MANDATO
 PORTADOR: BANCO DO BRASIL S.A. CNPJ 00000000000000
 END: AVENIDA SÃO JOÃO, Nº 32 - 18º ANDAR - SÃO PAULO - SP*****
 SACADOR: ROHRBACHER FLORESTAL CNPJ 01643276000150
 FAVORECIDO: COOPERATIVA CRED EMPRESARIOS ALTO VALE DO RIO

VALOR PARA CANCELAMENTO DESTES PROTESTOS: R\$ 381,40 (COM BASE NA UFESP E TABELA VIGENTE SUJEITO A ALTERAÇÃO).

3) LIVRO: 767 - G FOLHAS: 036 DATA DO PROTESTO: 09/11/2016 FAIXA DE REFERÊNCIA: 20
 PROTESTADO: PRINCESA SA DOC: CNPJ 13976015000212
 ESPÉCIE: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO NÚMERO DO TÍTULO: 2774/0001
 EMISSÃO: 24/06/2016 VENCIMENTO: 22/10/2016 MOTIVO DO PROTESTO: PAGAMENTO
 VALOR TÍTULO: R\$ *****7.114,53 DECLARAÇÃO: NÃO CONSTA TIPO DE PROTESTO : COMUM
 VALOR PROTESTADO: R\$ *****7.114,53 TIPO DE ENDOSSO : MANDATO
 PORTADOR: BANCO DO BRASIL S.A. CNPJ 00000000000000
 END: AVENIDA SÃO JOÃO, Nº 32 - 18º ANDAR - SÃO PAULO - SP*****
 SACADOR: ROHRBACHER FLORESTAL CNPJ 01643276000150
 FAVORECIDO: COOPERATIVA CRED EMPRESARIOS ALTO VALE DO RIO

VALOR PARA CANCELAMENTO DESTES PROTESTOS: R\$ 1.005,96 (COM BASE NA UFESP E TABELA VIGENTE SUJEITO A ALTERAÇÃO).

CONTINUA PÁGINA: 2

Informações Importantes:

- Certidão válida somente no original.
- As custas foram recolhidas por guia.
- Verifique a sequência alfabética do nome certificado.
- Esta certidão só se refere ao nome e números como nela grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia no pedido respectivo.
- Qualquer rasura apagamento ou carimbo, especialmente no que se refere ao endereço de site na internet, invalidará esta certidão.
- Para solicitar certidões dos dez cartórios de protesto pela internet: www.protesto.net.br
- DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA MP nº 2200-2, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA.

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5877

OFICIAL DE REGISTRO DE IMOVEIS E ANEXOS DE ITAPEVA/SP

RUA TEÓFILO DAVID MUZEL, 585 - ITAPEVA - SP - Tel.: 3522-0208
LUIZ ANTONIO LAGES DE MAGALHAESSelo: 1200065IA000001420051919G
<https://selodigital.tjsp.jus.br/>

PRINCESA*SA***** CONTINUAÇÃO PÁGINA.:2

4) LIVRO: 768 - G FOLHAS: 104 DATA DO PROTESTO: 17/11/2016 FAIXA DE REFERÊNCIA: 14
PROTESTADO: PRINCESA SA DOC: CNPJ 13976015000212
ESPÉCIE: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO NÚMERO DO TÍTULO: 2982/0001
EMIÇÃO: 17/10/2016 VENCIMENTO: 30/10/2016 MOTIVO DO PROTESTO: PAGAMENTO
VALOR TÍTULO: R\$ *****3.357,00 DECLARAÇÃO: NÃO CONSTA TIPO DE PROTESTO: COMUM
VALOR PROTESTADO: R\$ *****3.357,00 TIPO DE ENDOSSO : MANDATO
PORTADOR: BANCO DO BRASIL S.A. CNPJ 00000000000000
END: AVENIDA SÃO JOÃO, Nº 32 - 18º ANDAR - SÃO PAULO - SP*****
SACADOR: ROHRBACHER FLORESTAL CNPJ 01643276000150
FAVORECIDO: COOPERATIVA CRED EMPRESARIOS ALTO VALE DO RIO

VALOR PARA CANCELAMENTO DESTE PROTESTO: R\$ 506,21 (COM BASE NA UFESP E TABELA VIGENTE SUJEITO A ALTERAÇÃO).

5) LIVRO: 774 - G FOLHAS: 162 DATA DO PROTESTO: 14/12/2016 FAIXA DE REFERÊNCIA: 14
PROTESTADO: PRINCESA SA DOC: CNPJ 13976015000212
ESPÉCIE: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO NÚMERO DO TÍTULO: 2982/0002
EMIÇÃO: 17/10/2016 VENCIMENTO: 27/11/2016 MOTIVO DO PROTESTO: PAGAMENTO
VALOR TÍTULO: R\$ *****3.357,00 DECLARAÇÃO: NÃO CONSTA TIPO DE PROTESTO : COMUM
VALOR PROTESTADO: R\$ *****3.357,00 TIPO DE ENDOSSO : MANDATO
PORTADOR: BANCO DO BRASIL S.A. CNPJ 00000000000000
END: AVENIDA SÃO JOÃO, Nº 32 - 18º ANDAR - SÃO PAULO - SP*****
SACADOR: ROHRBACHER FLORESTAL CNPJ 01643276000150
FAVORECIDO: COOPERATIVA CRED EMPRESARIOS ALTO VALE DO RIO

VALOR PARA CANCELAMENTO DESTE PROTESTO: R\$ 506,21 (COM BASE NA UFESP E TABELA VIGENTE SUJEITO A ALTERAÇÃO).

6) LIVRO: 778 - G FOLHAS: 061 DATA DO PROTESTO: 27/12/2016 FAIXA DE REFERÊNCIA: 12
PROTESTADO: PRINCESA SA DOC: CNPJ 13976015000212
ESPÉCIE: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO NÚMERO DO TÍTULO: 2959/0003
EMIÇÃO: 11/10/2016 VENCIMENTO: 06/12/2016 MOTIVO DO PROTESTO: PAGAMENTO
VALOR TÍTULO: R\$ *****2.797,50 DECLARAÇÃO: NÃO CONSTA TIPO DE PROTESTO : COMUM
VALOR PROTESTADO: R\$ *****2.797,50 TIPO DE ENDOSSO : MANDATO
PORTADOR: BANCO DO BRASIL S.A. CNPJ 00000000000000
END: AVENIDA SÃO JOÃO, Nº 32 - 18º ANDAR - SÃO PAULO - SP*****
SACADOR: ROHRBACHER FLORESTAL CNPJ 01643276000150
FAVORECIDO: COOPERATIVA CRED EMPRESARIOS ALTO VALE DO RIO

VALOR PARA CANCELAMENTO DESTE PROTESTO: R\$ 381,40 (COM BASE NA UFESP E TABELA VIGENTE SUJEITO A ALTERAÇÃO).

7) LIVRO: 781 - G FOLHAS: 068 DATA DO PROTESTO: 10/01/2017 FAIXA DE REFERÊNCIA: 14
PROTESTADO: PRINCESA SA DOC: CNPJ 13976015000212
ESPÉCIE: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO NÚMERO DO TÍTULO: 2982/0003
EMIÇÃO: 17/10/2016 VENCIMENTO: 25/12/2016 MOTIVO DO PROTESTO: PAGAMENTO
VALOR TÍTULO: R\$ *****3.357,00 DECLARAÇÃO: NÃO CONSTA TIPO DE PROTESTO : COMUM
VALOR PROTESTADO: R\$ *****3.357,00 TIPO DE ENDOSSO : MANDATO
PORTADOR: BANCO DO BRASIL S.A. CNPJ 00000000000000
END: AVENIDA SÃO JOÃO, Nº 32 - 18º ANDAR - SÃO PAULO - SP*****
SACADOR: ROHRBACHER FLORESTAL CNPJ 01643276000150
FAVORECIDO: COOPERATIVA CRED EMPRESARIOS ALTO VALE DO RIO

VALOR PARA CANCELAMENTO DESTE PROTESTO: R\$ 506,21 (COM BASE NA UFESP E TABELA VIGENTE SUJEITO A ALTERAÇÃO).

CONTINUA PÁGINA.: 3

Informações Importantes:

- Certidão válida somente no original.
- As custas foram recolhidas por guia.
- Verifique a sequência alfabética do nome certificado.
- DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA MP nº 2200-2, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA.
- Esta certidão só se refere ao nome e números como nela grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia no pedido respectivo.
- Qualquer rasura apagamento ou carimbo, especialmente no que se refere ao endereço de site na internet, invalidará esta certidão.
- Para solicitar certidões dos dez cartórios de protesto pela internet: www.protesto.net.br

2º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

RUA MARIO PRANDINI, 353 - CENTRO - ITAPEVA/SP CEP: 18400-170 FONE: (15) 3521-2403

BEATRIZ FERNANDA LOURENÇO

TABELIÃ INTERINA

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 58737



1240325140002367200519194

C E R T I D Ã O

Pedido Número: 2367

Certifico que, revendo em cartório a meu cargo os LIVROS COMPETENTES, destinados ao anexo de protesto, no período de CINCO(05) anos anterior a esta data, verifiquei, não constar protesto em nome de:

PRINCESA SA CNPJ: 13.976.015/0003-01

A PRESENTE CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO PEDIDO RESPECTIVO.

É o que tenho a certificar, o referido é verdade e dou fé.

ITAPEVA, 20 DE MAIO DE 2019

EMOLUMENTOS	ESTADO	SEFAZ	R.CIVIL	T.JUSTIÇA	M.PÚBLICO	SANTA CASA	ISS	TOTAL
7,94	2,26	1,54	0,42	0,55	0,38	0,08	0,39	13,56

Esse documento foi assinado digitalmente por BEATRIZ FERNANDA LOURENÇO
Se impresso, para conferência acesse o site <https://protestosp.com.br/valida> e informe o código P00-0027-4874-S101

TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

JAQUELINE TREVIZAN - TABELIÃ

Fone: (015)3552-4419

RUA DR. AUGUSTO DO AMARAL, 229 - APIAÍ/SP - CEP. 18320000

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5875

CERTIDÃO

O TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DA COMARCA DE APIAÍ, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, a pedido de

*** PATRICIA PEDLOWSKI RG: 43935271X ***

que, revendo no cartório a seu cargo os LIVROS DE REGISTRO DE TERMOS DE PROTESTO deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** de títulos, letras ou documentos, de aceite ou responsabilidade em nome de:

*** PRINCESA SA ***

*** CNPJ 13.976.015/0008-08 ***

No período de 22 de Julho de 2004, (Início do Serviço de Protesto), até **20 de Maio de 2019**.

APIAÍ, 21 de Maio de 2019 - 10:46:14.

Eu, JAQUELINE TREVIZAN - TABELIÃ, conferi, subscrevo e assino.



12466951A000001121051

Cartório	Estado	IPESP	Reg.Civil	Trib.Juizça	Sta.Casa	Ministério Público	Imposto Municipal	TOTAL
7,94	2,26	1,54	0,42	0,55	0,08	0,38	0,39	13,56

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA MP nº 2200-2, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA.

TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

LISIANE FARIAS FERREIRA - TABELIÃ

Fone: (015)3565-1679

RUA FREI PACIFICO DE MONTE FALCO, 1.096 - ITAPORANGA/SP - CEP: 18480000

VARA DISTRICTAL DE MONTE DOURADO
Folha: n.º 5896m

CERTIDÃO

O TABELIÃO NOTAS PROTESTOS DE ITAPORANGA DA COMARCA DE ITAPORANGA, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, a pedido de

*** PATRICIA PEDLOWSKI RG: 43935271X ***

que, revendo no cartório a seu cargo os LIVROS DE REGISTRO DE TERMOS DE PROTESTO deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** de títulos, letras ou documentos, de aceite ou responsabilidade em nome de:

*** PRINCESA SA ***

*** CNPJ 13.976.015/0005-65 ***

No período de 5 (CINCO) anos, até **17 de Maio de 2019**.

ITAPORANGA, 20 de Maio de 2019 - 17:08:18.

Eu, MERIELEN CRISTINA GÓES - ESCRIVENTE NOTARIAL, conferi, subscrevo e assino.

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QRCode impresso ou acesse o endereço eletrônico <https://selodigital.tjsp.jus.br>



12509651A000001320051

Cartório	Estado	SEFAZ	Reg.Civil	Trib.Juizça	Sta.Casa	Ministério Público	Imposto Municipal	TOTAL
7,94	2,26	1,54	0,42	0,55	0,08	0,38	0,15	13,32

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA MP nº 2200-2, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA.

Este documento foi assinado digitalmente por MERIELEN CRISTINA GÓES
Se impresso, para conferência acesse o site: <https://protestosp.com.br/valida> e informe o código P00-0027-4874-S096

2º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

RUA MARIO PRANDINI, 353 - CENTRO - ITAPEVA/SP CEP: 18400-170 FONE: (15) 3521-2403

BEATRIZ FERNANDA LOURENÇO

TABELIÃO INTERINA



124032514000236620010199

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO

5877

C E R T I D ã O

Pedido Número: 2366

Certifico que, revendo em cartório a meu cargo os LIVROS COMPETENTES, destinados ao anexo de protesto, no período de CINCO(05) anos anterior a esta data, verifiquei, não constar protesto em nome de:

PRINCESA SA CNPJ: 13.976.015/0004-84

A PRESENTE CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO PEDIDO RESPECTIVO.

É o que tenho a certificar, o referido é verdade e dou fé.

ITAPEVA, 20 DE MAIO DE 2019

EMOLUMENTOS	ESTADO	SEFAZ	R.CIVIL	T.JUSTIÇA	M.PÚBLICO	SANTA CASA	ISS	TOTAL
7,94	2,26	1,54	0,42	0,55	0,38	0,08	0,39	13,56

Esse documento foi assinado digitalmente por BEATRIZ FERNANDA LOURENÇO
Se impresso, para conferência acesse o site <https://protestosp.com.br/valida> e informe o código P00-0027-4874-S098



TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE TÍTULOS E LETRAS DA COMARCA DE PIRAJU

AV. DR. DOMINGOS TEODORO GALLO, 419, Cep: 18800-000 - Fone: (14)3351-1014



Nº Pedido: 2019.00.01-74

CERTIDÃO

O TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE TÍTULOS E LETRAS DE PIRAJU, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de: PATRICIA PEDLOWSKI que, pesquisados os índices de protesto, no PERÍODO DE 5 (Cinco) anos, em nome de:

VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO
Folha: n.º 58787

PRINCESA SA
CNPJ 13.976.015/0007-27 0



NÃO CONSTA PROTESTO

* * * * *
* * * * *
* * * * *
* * * * *
* * * * *

Eu, AMANDA ANDRADE VAZ - ESCRIVENTE, conferi.

Eu, AMANDA ANDRADE VAZ, subscrevo e Assino.

PIRAJU, 20 de MAIO de 2019

ASSINADO DIGITALMENTE
AMANDA ANDRADE VAZ
ESCRIVENTE



1261695IA000000620051919T

Tabelião	Estado	Sec. Faz.	Reg. Civil	Tribunal	Min. Púb.	SCM	Imposto Municipal	TOTAL
7,94	2,26	1,54	0,42	0,55	0,38	0,08	0,23	13,40

Informações:

20/05/2019 08:53:52

- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura do documento de identificação constante do código de barras acima.
- 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico <https://selodigital.tjsp.jus.br>

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA MP nº 2200-2, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA.

TABELIONATO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

(Nº do Pedido: 45/2019)

RUA JOSÉ PENA, 83 - CEP: 18740-000 - TAQUARITUBA - SP

CERTIDÃO

O TABELIONATO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE TAQUARITUBA, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, a pedido de

PATRICIA PEDLOWSKI CPF: 36948822860

revedo no cartório a seu cargo os LIVROS DE REGISTRO DE INSTRUMENTOS DE PROTESTO deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** de títulos, letras ou documentos, de aceite ou responsabilidade em nome de:

PRINCESA SA

*****CNPJ 13976015000999*** 0***

no período de 5 (Cinco) anos anterior a 20 de maio de 2019.

TABELIONATO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS, 20 de maio de 2019

Eu, -, conferi.

Eu, CIRA COSTA GOMES DE GÓES, subscrevo e Assino.

CIRA COSTA GOMES DE GÓES
ESCREVENTE



12609451A0000006200519192

A presente certidão só se refere ao nome e números como nela grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia no pedido respectivo. (Prov. C.G.J. 21/83).

Cartório	Estado	Sec. Faz.	Reg. Civil	Trib. Justiça	Min. Púb.	Sta. Casa	Imp. Municipal	TOTAL
7,94	2,26	1,54	0,42	0,55	0,38	0,08	0,23	13,40

**VERIFIQUE O NOME E DOCUMENTO GRAFADO NO CERTIFICADO
AS TAXAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR VERBA**

Chave de Segurança: D42E2368A9DE1072928B8A8A848CF11F6692F67EF4161F11080C0A74E52A276F9D

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico <https://selodigital.tjsp.jus.br>

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA MP nº 2200-2, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA.

TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

JAQUELINE TREVIZAN - TABELIÃ

Fone: (015)3552-4419

RUA DR. AUGUSTO DO AMARAL, 229 - APIAÍ/SP - CEP: 18320000

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º *5830m*

CERTIDÃO

O TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DA COMARCA DE APIAÍ, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, a pedido de

*** PATRICIA PEDLOWSKI RG: 43935271X ***

que, revendo no cartório a seu cargo os LIVROS DE REGISTRO DE TERMOS DE PROTESTO deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** de títulos, letras ou documentos, de aceite ou responsabilidade em nome de:

*** PRINCESA SA ***

*** CNPJ 13.976.015/0006-46 ***

No período de 22 de Julho de 2004, (Início do Serviço de Protesto), até **20 de Maio de 2019**.

APIAÍ, 21 de Maio de 2019 - 10:46:22.

Eu, JAQUELINE TREVIZAN - TABELIÃ, conferi, subscrevo e assino.



1246695IA000001221051

Cartório	Estado	IPESP	Reg.Civil	Trib.Juizça	Sta.Casa	Minis tório Público	Imposto Municipal	TOTAL
7,94	2,26	1,54	0,42	0,55	0,08	0,38	0,39	13,56

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA MP nº 2200-2, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA.

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

ANDRE PINTO GARCIA - TABELIÃO

Fone: (015)3522-0975

RUA MÁRIO PRA NDINI, 439, CENTRO - ITAPEVA/SP - CEP: 18400170

VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO

Folha: n.º 5881

CERTIDÃO

O 1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DA COMARCA DE ITAPEVA, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, a pedido de

*** PATRICIA PEDLOWSKI RG: 43935271X ***

que, revendo no cartório a seu cargo os LIVROS DE REGISTRO DE TERMOS DE PROTESTO deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** de títulos, letras ou documentos, de aceite ou responsabilidade em nome de:

*** PRINCESA SA ***

*** CNPJ 13.976.015/0011-03 ***

No período de 5 (CINCO) anos, até **17 de Maio de 2019**.

ITAPEVA, 20 de Maio de 2019 - 10:49:16.

Eu, JOELMA JEANE DOS SANTOS - SUBSTITUTA DO TABELIÃO, conferi, subscrevo e assino.

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QRCode impresso ou acesse o endereço eletrônico <https://selodigital.tsp.jus.br>



11211051A000002020051

Cartório	Estado	SEFAZ	Reg.Civil	Trib.Juстиça	Sta.Casa	Minis tério Público	Imposto Municipal	TOTAL
7,94	2,26	1,54	0,42	0,55	0,08	0,38	0,39	13,56

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA MP nº 2200-2, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA.

Este documento foi assinado digitalmente por JOELMA JEANE DOS SANTOS
Se impresso, para conferência acesse o site: <https://protestosp.com.br/valida> e informe o código P00-0027-4874-S089

TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

JAQUELINE TREVIZAN - TABELIÃ

Fone: (015)3552-4419

RUA DR. AUGUSTO DO AMARAL, 229 - APIAÍ/SP - CEP. 18320000

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5882

CERTIDÃO

O TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DA COMARCA DE APIAÍ, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, a pedido de

*** PATRICIA PEDLOWSKI RG: 43935271X ***

que, revendo no cartório a seu cargo os LIVROS DE REGISTRO DE TERMOS DE PROTESTO deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** de títulos, letras ou documentos, de aceite ou responsabilidade em nome de:

*** PRINCESA SA ***

*** CNPJ 13.976.015/0010-22 ***

No período de 22 de Julho de 2004, (Início do Serviço de Protesto), até **20 de Maio de 2019**.

APIAÍ, 21 de Maio de 2019 - 10:46:08.

Eu, JAQUELINE TREVIZAN - TABELIÃ, conferi, subscrevo e assino.



1246695IA000001021051

Cartório	Estado	IPESP	Reg.Civil	Trib.Juizça	Sta.Casa	Minis tério Público	Imposto Municipal	TOTAL
7,94	2,26	1,54	0,42	0,55	0,08	0,38	0,39	13,56

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA MP nº 2200-2, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA.

2º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

RUA MARIO PRANDINI, 353 - CENTRO - ITAPEVA/SP CEP: 18400-170 FONE: (15) 3521-2403

BEATRIZ FERNANDA LOURENÇO

TABELIÃ INTERINA

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5883



1240325140002365200109192

C E R T I D ã O

Pedido Número: 2365

Certifico que, revendo em cartório a meu cargo os LIVROS COMPETENTES, destinados ao anexo de protesto, no período de CINCO(05) anos anterior a esta data, verifiquei, não constar protesto em nome de:

PRINCESA SA CNPJ: 13.976.015/0011-03

A PRESENTE CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO PEDIDO RESPECTIVO.

É o que tenho a certificar, o referido é verdade e dou fé.

ITAPEVA, 20 DE MAIO DE 2019

EMOLUMENTOS	ESTADO	SEFAZ	R.CIVIL	T.JUSTIÇA	M.PÚBLICO	SANTA CASA	ISS	TOTAL
7,94	2,26	1,54	0,42	0,55	0,38	0,08	0,39	13,56

Esse documento foi assinado digitalmente por BEATRIZ FERNANDA LOURENÇO
Se impresso, para conferência acesse o site <https://protestosp.com.br/valida> e informe o código P00-0027-4874-S090

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

ANDRE PINTO GARCIA - TABELIÃO

Fone: (015)3522-0975

RUA MÁRIO PRANDINI, 439, CENTRO - ITAPEVA/SP - CEP: 18400170

PARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5884

CERTIDÃO

O 1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DA COMARCA DE ITAPEVA, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, a pedido de

*** PATRICIA PEDLOWSKI RG: 43935271X ***

que, revendo no cartório a seu cargo os LIVROS DE REGISTRO DE TERMOS DE PROTESTO deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** de títulos, letras ou documentos, de aceite ou responsabilidade em nome de:

*** PRINCESA SA ***

*** CNPJ 13.976.015/0012-94 ***

No período de 5 (CINCO) anos, até **17 de Maio de 2019**.

ITAPEVA, 20 de Maio de 2019 - 10:49:03.

Eu, JOELMA JEANE DOS SANTOS - SUBSTITUTA DO TABELIÃO, conferi, subscrevo e assino.

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QRCode impresso ou acesse o endereço eletrônico <https://selodigital.tsp.jus.br>



11211051A000001920051

Cartório	Estado	SEFAZ	Reg.Civil	Trib.Justiça	Sta.Casa	Minis tério Público	Imposto Municipal	TOTAL
7,94	2,26	1,54	0,42	0,55	0,08	0,38	0,39	13,56

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA MP nº 2200-2, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA.

Este documento foi assinado digitalmente por JOELMA JEANE DOS SANTOS
Se impresso, para conferência acesse o site: <https://protestosp.com.br/valida> e informe o código P00-0027-4874-S084

2º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

RUA MARIO PRANDINI, 353 - CENTRO - ITAPEVA/SP CEP: 18400-170 FONE: (15) 3521-2403

BEATRIZ FERNANDA LOURENÇO

TABELIÃ INTERINA

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5887



1240325140002364200519194

C E R T I D ã O

Pedido Número: 2364

Certifico que, revendo em cartório a meu cargo os LIVROS COMPETENTES, destinados ao anexo de protesto, no período de CINCO(05) anos anterior a esta data, verifiquei, não constar protesto em nome de:

PRINCESA SA CNPJ: 13.976.015/0012-94

A PRESENTE CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO PEDIDO RESPECTIVO.

É o que tenho a certificar, o referido é verdade e dou fé.

ITAPEVA, 20 DE MAIO DE 2019

EMOLUMENTOS	ESTADO	SEFAZ	R. CIVIL	T. JUSTIÇA	M. PÚBLICO	SANTA CASA	ISS	TOTAL
7,94	2,26	1,54	0,42	0,55	0,38	0,08	0,39	13,56

Esse documento foi assinado digitalmente por BEATRIZ FERNANDA LOURENÇO
Se impresso, para conferência acesse o site <https://protestosp.com.br/valida> e informe o código P00-0027-4874-S085

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

ANDRE PINTO GARCIA - TABELIÃO

Fone: (015)3522-0975

RUA MÁRIO PRANDINI, 439, CENTRO - ITAPEVA/SP - CEP: 18400170

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5888

CERTIDÃO

O 1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DA COMARCA DE ITAPEVA, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, a pedido de

*** PATRICIA PEDLOWSKI RG: 43935271X ***

que, revendo no cartório a seu cargo os LIVROS DE REGISTRO DE TERMOS DE PROTESTO deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** de títulos, letras ou documentos, de aceite ou responsabilidade em nome de:

*** PRINCESA SA ***

*** CNPJ 13.976.015/0014-56 ***

No período de 5 (CINCO) anos, até **17 de Maio de 2019**.

ITAPEVA, 20 de Maio de 2019 - 10:50:02.

Eu, JOELMA JEANE DOS SANTOS - SUBSTITUTA DO TABELIÃO, conferi, subscrevo e assino.

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QRCode impresso ou acesse o endereço eletrônico <https://selodigital.tsp.jus.br>



1121105IA000002320051

Cartório	Estado	SEFAZ	Reg.Civil	Trib.Juстиça	Sta.Casa	Ministério Público	Imposto Municipal	TOTAL
7,94	2,26	1,54	0,42	0,55	0,08	0,38	0,39	13,56

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA MP nº 2200-2, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA.

Este documento foi assinado digitalmente por JOELMA JEANE DOS SANTOS
Se impresso, para conferência acesse o site: <https://protestosp.com.br/valida> e informe o código P00-0027-4874-S105

1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
PAULIANA PINHEIRO DA CRUZ - TABELIÃ

Fone: (014)3732-2244

RUA SÃO PAULO, 1246 - AVARÉ/SP - CEP: 18700070

VARA DISTRITAL DE
 MONTE DOURADO
 Folha: n.º 5819

CERTIDÃO

O 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DA COMARCA DE AVARÉ, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, a pedido de

*** PATRICIA PEDLOWSKI RG: 43935271X ***

que, revendo no cartório a seu cargo os LIVROS DE REGISTRO DE TERMOS DE PROTESTO deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** de títulos, letras ou documentos, de aceite ou responsabilidade em nome de:

*** PRINCESA SA ***

*** CNPJ 13.976.015/0015-37 ***

No período de 5 (CINCO) anos, até **17 de Maio de 2019**.

AVARÉ, 20 de Maio de 2019 - 12:23:45.

Eu, RENNER PARIZZE LOURENCO - SUBSTITUTO DA TABELIÃ, conferi, subscrevo e assino.



1117575IA000000620051

Cartório	Estado	SEFAZ	Reg.Civil	Trib.Juizça	Sta.Casa	Minis tório Público	Imposto Municipal	TOTAL
7,94	2,26	1,54	0,42	0,55	0,08	0,38	0,23	13,40

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA MP nº 2200-2, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA.

Este documento foi assinado digitalmente por RENNER PARIZZE LOURENCO Se impresso, para conferência acesse o site: <https://protestosp.com.br/valida> e informe o código P00-0027-4874-S103

2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TITULOS DE AVARÉ

CELSO PIAGENTINI CRUZ - TABELIÃO

Fone: (014)3732-1000

LARGO SÃO JOÃO, 170 - AVARÉ/SP - CEP. 18700210

VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO
Folha: n.º 58907

CERTIDÃO

O 2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DA COMARCA DE AVARÉ, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, a pedido de

*** PATRICIA PEDLOWSKI RG: 43935271X ***

que, revendo no cartório a seu cargo os LIVROS DE REGISTRO DE TERMOS DE PROTESTO deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** de títulos, letras ou documentos, de aceite ou responsabilidade em nome de:

*** PRINCESA SA ***

*** CNPJ 13.976.015/0015-37 ***

No período de 5 (CINCO) anos, até **17 de Maio de 2019**.

AVARÉ, 20 de Maio de 2019 - 10:38:33.

Eu, RAPHAEL HELLMEISTER PORTES - ESCRIVENTE, conferi, subscrevo e assino.



1130015IA000000320051

Cartório	Estado	IPESP	Reg.Civil	Trib.Juizça	Sta.Casa	Ministério Público	Imposto Municipal	TOTAL
7,94	2,26	1,54	0,42	0,55	0,08	0,38	0,00	13,17

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA MP nº 2200-2, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA.

TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE
LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE ITARARÉ - SP

CNPJ 49.553.035/0001-47

DR. LUIZ ANTONIO ROCHA - TABELIÃO

RUA XV DE NOVEMBRO, 74 - CENTRO - FONE: (15) 3532-4116 / (15) 3531-2855

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5897 JB.

C E R T I D ã O

O TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E
TÍTULOS da Comarca de ITARARÉ, Estado de São
Paulo, na forma da Lei.

CERTIFICA E DÁ FÉ, atendendo a requerimento de
PATRICIA PEDLOWSKI, CPF 369.488.228-60, RG 43935271X, que revendo os
LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, do período de CINCO ANOS anteriores
a 20 de Maio de 2019, deles verificou que em nome de PRINCESA SA,
CNPJ 13.976.015/0013-75.

NÃO CONSTAM PROTESTOS

Pesquisado e conferido por: LUIZ ANTONIO ROCHA

ITARARÉ, 21 de Maio de 2019.

LUIZ ANTONIO ROCHA
TABELIÃO

Tabelião	Estado	Sec.Faz.	Reg.Civil	Tribunal	Min.Público	S.Casa	Município	Total
7,94	2,26	1,54	0,42	0,55	0,38	0,08	0,39	13,56

1147515IA000001021051919B

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do

QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico

<https://selodigital.tjsp.jus.br>



2º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

RUA MARIO PRANDINI, 353 - CENTRO - ITAPEVA/SP CEP: 18400-170 FONE: (15) 3521-2403

BEATRIZ FERNANDA LOURENÇO

TABELIÃ INTERINA

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5892



12403251AD00215030051917%

C E R T I D Ã O

Pedido Número: 2368

Certifico que, revendo em cartório a meu cargo os LIVROS COMPETENTES, destinados ao anexo de protesto, no período de CINCO(05) anos anterior a esta data, verifiquei, não constar protesto em nome de:

PRINCESA SA CNPJ: 13.976.015/0014-56

A PRESENTE CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO PEDIDO RESPECTIVO.

É o que tenho a certificar, o referido é verdade e dou fé.

ITAPEVA, 20 DE MAIO DE 2019

EMOLUMENTOS	ESTADO	SEFAZ	R. CIVIL	T. JUSTIÇA	M. PÚBLICO	SANTA CASA	ISS	TOTAL
7,94	2,26	1,54	0,42	0,55	0,38	0,08	0,39	13,56

Esse documento foi assinado digitalmente por BEATRIZ FERNANDA LOURENÇO
Se impresso, para conferência acesse o site <https://protestosp.com.br/valida> e informe o código P00-0027-4874-S106



VARA DISTRICTUAL
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5894 J.º

Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 13.976.015/0001-31 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

[Nova Consulta](#)

PRINCESA S/A, CNPJ: 13.976.015/0001-31

Art. 51, IX

RELAÇÃO DAS AÇÕES JUDICIAIS EM QUE
FIGURA COMO PARTE

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Ina: n. 888888888888

Relatório - processos cíveis - Princesa

Processo	Vara/Comarca	Natureza da Ação	Escritório	Autor	Réu
1002398-10.2016.8.26.0270	1ª Vara Cível de Itapeva/ SP	Ação de rescisão Contratual de Arrendamento Rural c/c Cobrança e Despejo por falta de pagamento com pedido de tutela de evidência.	GNOR	JOÃO AVELINO DOS SANTOS FILHO	Princesa S/A
1002551-33.2017.8.26.0068	5ª Vara Cível de Barueri/SP	Ação de despejo por falta de pagamento cumulada com cobrança	Jurídico Interno Alphaville	AGROPECUÁRIA G5 LTDA	Princesa S/A
1000342-65.2017.8.26.0691	Única Vara Cível de Buri/SP	Ação de Usucapião	Jurídico Interno Alphaville	Placidos Transportes Rodoviário Ltda	n/a
1002865-18.2018.8.26.0270	2ª Vara Cível de Itapeva/SP	Ação de Rescisão Contratual de Arrendamento Rural c/c cobrança e despejo por falta de pagamento com pedido de tutela de evidência	GNOR	LUCIANA SALETE LUCATELLI	Princesa S/A
1000596-06.2018.8.26.0270	2ª Vara Cível de Itapeva/SP	Ação Monitória	Jurídico Interno Alphaville	LARA TRANSPORTES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI	Princesa S/A
0004530-02.2018.8.16.0194	20ª Vara Cível de Curitiba/PR	Ação de Execução	GNOR	RODOPARANÁ IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA	Princesa S/A
0007753-60.2018.8.16.0191	20ª Vara Cível de Curitiba/PR	Embargos à execução	GNOR	Princesa S/A	RODOPARANÁ IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA
1004810-40.2018.8.26.0270	Juizado Especial Cível Itapeva/SP	Ação de Execução	Jurídico Interno Alphaville	ROHRBACHER FLORESTAL LTDA	Princesa S/A
1057633-08.2017.8.26.0114	6ª Vara Cível de Campinas/SP	Ação Monitória	Jurídico Interno - Alphaville	CONSULCAMP AUDITORIA E ASSESSORIA LTDA	Princesa S/A

Processo	Vara/Comarca	Natureza da Ação	Escritório	Autor	Réu
15940.720028/2018-51	Receita Federal do Brasil	Processo Administrativo	Guedes Nunes, Oliveira e Roquim Sociedade de Advogados	Receita Federal do Brasil	Princesa S.A., Santa Andrea e Marquesa S.A.

PRINCESA S/A, CNPJ: 13.976.015/0001-31

Art. 51, V

ATOS CONSTITUTIVOS ATUALIZADOS



JUCESP PROTOCOLO
2.238.276/15-4



JUCESP
PRINCESA S.A.
J/MF Nº 13:976.015/0001-31
NIRE 35.300.396.235
Companhia Fechada

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5901 Jm.

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2015.**

1) DATA, HORA E LOCAL: Aos 23 dias do mês de novembro de 2015, às 17:00 horas, na sede social da Princesa S.A., estabelecida na Alameda Mamoré, nº 989, 25º andar, Parte, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP: 06454-040.

2) CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da única acionista, representando a totalidade do capital social, a saber: Marquesa S.A.

3) COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: Sergio Antonio Garcia Amoroso; Secretário: João Antonio Pereira Prestes.

4) ORDEM DO DIA:

- (a) Aceitar os pedidos de renúncia de membro da Diretoria;
- (b) Aceitar os pedidos de renúncia dos membros do Conselho de Administração;
- (c) Discutir sobre a extinção do Conselho de Administração da Companhia, com a consequente destituição de todos os seus membros;
- (d) Discutir a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia;
- (e) Eleição da Diretoria;
- (f) Outros assuntos de interesse da Companhia.

5) DELIBERAÇÕES: O presidente deu por instalada a Assembleia, leu a Ordem do Dia, o que foi aprovado por unanimidade pelos presentes, aprovando integralmente o que segue:

(a) O pedido de renúncia apresentado pelo Sr. **José Pinto da Rocha Jorge Ferreira**, português, casado, engenheiro florestal, portador da cédula de Identidade RG nº 53.442.443-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 215.669.748-52, residente e domiciliado na Avenida Prefeito Paulo Novaes, nº 470, Centro, Avaré/SP - CEP 18705-000, eleito nos termos da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 02 de Novembro de 2013, devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, sob o nº 011.295/14-4, em sessão de 08/01/2014, mediante o recebimento da carta de renúncia, recebidas nesta data, manifestando sua intenção de deixar o cargo de Diretor da Companhia. A acionista agradece ao Diretor, ora renunciante pela dedicação e serviços prestados à Companhia, ratificando todos os atos por ele praticados até a presente data e outorgando-lhe ampla, rasa e geral quitação;

(b) Os pedidos de renúncia dos membros do Conselho de Administração Srs. **José Pinto da Rocha Jorge Ferreira**, qualificado acima e **Antônio Manuel Henrique Jorge Ferreira**, português, casado, empresário, portador da cédula de identidade RNE nº V512162-8-CGPI-DIREX/DPF e inscrito no CPF/MF sob o nº 226.019.568-79, residente e domiciliado na Alameda Frida Elza Scheuber Brantes, nº 203, Residencial Village, Município de Avaré, Estado de São Paulo, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, realizada em 04 de Agosto de 2014, devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, sob o nº 493.948/14-4, em sessão de 05/12/2014, mediante o recebimento das cartas de renúncias, recebidas nesta data, manifestaram suas intenções de deixar os respectivos cargos na Diretoria e no Conselho de Administração da Companhia. A acionista reitera seus sinceros agradecimentos aos Conselheiros que ora renunciam, pela dedicação e serviços prestados à Companhia, ratificando todos os atos por eles praticados até a presente data e outorgando-lhes ampla, rasa e geral quitação;

(c) Considerando o quanto deliberado no item "b", acima, a acionista decide extinguir o Conselho de Administração da Companhia, ficando automática e imediatamente destituídos de suas funções a totalidade de seus membros, aos quais a Companhia também os agradece pelos relevantes serviços prestados, a saber: Sergio Antonio Garcia Amoroso e Jorge Francisco Henriques, ratificando todos os atos por eles praticados até a presente data e outorgando-lhes ampla, rasa e geral quitação;

(d) Tendo em vista as deliberações supra e a reorganização societária desta Companhia, a acionista decide reformular completamente o Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de proporcionar maior simplicidade, rapidez e eficiência na tomada da Companhia. O Estatuto Social, completamente reformulado, passa a vigorar a partir deste ato na forma do **Anexo I** à presente Ata;

(e) Procedeu-se à eleição dos Diretores, para o mandato de 3 (três) anos, tendo sido reeleitos e neste ato tomam posse os Diretores:

Diretor Presidente:

SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 7.731.467-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 761.086.608-30.

Diretor Vice-Presidente:

JORGE FRANCISCO HENRIQUES, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.024.358-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 819.806.808-25.

Diretores sem Designação Especial:

DINO ANGELO RANZANI, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade RG nº 20.062.865-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 141.302.158-17;

JOÃO ANTONIO PEREIRA PRESTES, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 18.782.053-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 099.350.228-89.

Todos com endereço comercial na Alameda Mamoré, nº 989, 25º andar, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo.

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: Nos termos do parágrafo 4º do artigo 147 da Lei 6.404/76 e parágrafo 1º do artigo 1.011 do Código Civil, os diretores, ora eleitos, declaram, sob as penas da lei, não estarem condenados por nenhum crime, cuja pena vede o acesso à atividade mercantil e/ou a administração da Companhia ou Sociedade.

(f) Outros assuntos de interesse da Companhia: Em razão da acionista Marquesa S.A. ser a detentora da totalidade do capital social, nos termos do §2, artigo 251 da Lei 6.404/76 (LSA), os presentes ratificam que a Companhia passou a ser Subsidiária Integral.

6) DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS: Fazem parte da presente Assembleia e com a mesma são arquivados nos órgãos competentes, os seguintes documentos:

- Pedidos de renúncias do Sr. José Pinto da Rocha Jorge Ferreira a Diretoria e ao Conselho de Administração;
- Pedido de renúncia do Sr. Antonio Manuel Henrique Jorge Ferreira ao Conselho de Administração;
- Termo de Posse dos Diretores Eleitos;
- Lista de Presença dos Acionistas.

7) ENCERRAMENTO, APROVAÇÃO E ASSINATURA: A seguir o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem quisesse fazer uso para tratar de outros assuntos de interesse social. Como ninguém se manifestou, o Sr, Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário a lavratura da presente ata que, após lida, foi aprovada e assinada pelos presentes.

Barueri/SP, 23 de novembro de 2015. **Presidente:** Sergio Antonio Garcia Amoroso. **Secretário:** João Antonio Pereira Prestes. **Acionista:** Marquesa S.A., por Sergio Antonio Garcia Amoroso e João Antonio Pereira Prestes.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.


SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO
Presidente


JOÃO ANTONIO PEREIRA PRESTES
Secretário



JUCESP

JUCESP
21 12 15

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5804 J.D.

ANEXO I ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA

PRINCESA S.A.
CNPJ/MF Nº 13.976.015/0001-31
NIRE Nº 35.300.396.235
Companhia Fechada

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - Da Denominação, Sede, Foro, Prazo e Objeto Social

Artigo 1º - A Companhia tem a denominação de **PRINCESA S.A.** e rege-se pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (conforme alterada, a "Lei das Sociedades por Ações").

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro em Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Mamoré, 989, 25º andar, Parte, Alphaville, CEP 06454-040, a qual opera como escritório administrativo, atualmente possui a seguinte filial:

I – Filial Itapeva: NIRE: 35.904.289.078, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.976.015/0002-12, Estabelecida na Rua Quinto Cavani, nº 101 E, Distrito Industrial, Município de Itapeva, Estado de São Paulo - CEP: 18410-620.

Parágrafo Único: Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá constituir e encerrar filiais e quaisquer outros estabelecimentos, em qualquer ponto do território nacional ou no exterior.

Artigo 3º - A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

Artigo 4º - A Companhia tem por objeto: (i) florestamento e reflorestamento de árvores; (ii) aquisição e venda de propriedades rurais e de ativos florestais; (iii) atuação na cultura de mudas; (iv) indústria e comércio de madeiras e seus derivados, podendo praticar todos os atos e realizar todas as operações relacionadas, direta ou indiretamente a tais produtos, ainda que cultivado e/ou industrializado por terceiros, podendo operar por conta própria ou de terceiros; (v) extração e comércio de goma resina de pinus; e (vi) participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista.

DUCESP

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5905 JM

CAPÍTULO II - Capital Social e das Ações

Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 71.997.306,17 (Setenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, trezentos e seis reais e dezessete centavos), dividido em 24.412.248 (Vinte e quatro milhões, quatrocentos e doze mil, duzentos e quarenta e oito) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo 1º - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - Mediante deliberação da Assembleia Geral, a Sociedade poderá criar novas classes de ações, porém assegurado o direito de voto nas deliberações sociais, somente às ações ordinárias.

Parágrafo 3º - Os Acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações na forma prevista em lei.

CAPÍTULO III – Da administração

Artigo 6º - A administração da sociedade compete a Diretoria. A substituição e o término da gestão dos Diretores se regulam pelo disposto na Lei e neste Estatuto.

Parágrafo 1º - A investidura dar-se-á mediante assinatura da Ata de Eleição ou assinatura do Termo de Posse no livro de Atas das Reuniões de Diretoria.

Parágrafo 2º - Vagando por qualquer motivo cargo de Diretoria, o Diretor Presidente convocará os acionistas dentro do prazo de no máximo 30 (Trinta) dias, para em Assembleia especialmente convocada dar-lhe substituto. Se a vacância for do Diretor Presidente, o Vice-Presidente deverá convocar a Assembleia aqui prevista, no mesmo prazo de 30 (Trinta) dias. Nas ausências e impedimentos temporários de qualquer dos Diretores, suas funções serão acumuladas por outro Diretor designado em reunião da Diretoria, salvo se o impedimento for do Diretor Presidente, quando então suas funções serão exercidas pelo Diretor Vice-Presidente. Se a ausência ou impedimento temporário for de ambos, o Diretor Presidente deverá indicar o substituto.

Artigo 7º – A Diretoria compor-se-á de até 05 (Cinco) Diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente, e até 03 (Três) Diretores sem Designação Especial, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, pelo prazo de três anos, permitida a reeleição, devendo ser a remuneração fixada pela Assembleia Geral. Após o decurso de seu mandato, os Diretores permanecerão em seus cargos até a eleição e posse da nova Diretoria.

Parágrafo Único – A idade mínima para o exercício do cargo de Diretor é de 26 (Vinte e seis) anos, e o elemento designado deverá ter comprovada experiência de administração empresarial. Acionistas representando a maioria do capital votante poderão expressamente dispensar estes requisitos.

JUCESP

01 12 15

Artigo 8º – Compete à Diretoria:

- a) Coordenar e gerir os negócios sociais;
- b) Observar e fazer cumprir o disposto na Lei e neste Estatuto;
- c) Organizar e apresentar, anualmente à Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras e o Relatório da Administração, a serem acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal, quando instalado;
- d) Nomear procurador em nome da Companhia, nos termos do artigo 12º do presente Estatuto;
- e) Declarar dividendos intermediários;
- f) Adquirir, alienar, onerar ou arrendar bens imóveis da sociedade, de acordo com a autorização do Estatuto Social, nos termos do artigo 10º deste Estatuto.

Parágrafo Único – A Diretoria sempre que julgar ser de interesse da Companhia poderá conceder aval e prestar garantias, em operações realizadas pelas suas controladoras, controladas, ligadas; diretas e indiretas, que façam parte do mesmo Grupo Econômico, e ainda, para terceiros, desde que nesta hipótese ocorra com a aprovação mediante assinatura nos moldes das alíneas "a", "b" e "c" do artigo 10º infra.

Artigo 9º - Na primeira reunião da Diretoria, que se realizará após sua eleição, o Diretor Presidente distribuirá entre os Diretores as atribuições cometidas a Diretoria, competindo ainda, ao Diretor-Presidente:

- a) A representação ativa e passiva da sociedade, em juízo e fora dele;
- b) Orientar e coordenar as relações da sociedade com as autoridades Federais, Estaduais e Municipais; e
- c) Coordenar com os demais diretores, distribuindo um plano de ação e substanciado nas políticas executivas e recursos disponíveis.

Artigo 10º - Observadas as aprovações e deliberações exigidas por este Estatuto, a Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

- a) Pela assinatura isolada do Diretor Presidente ou do Diretor Vice-Presidente, para a prática de todos e quaisquer atos;
- b) Pela assinatura em conjunto de 2 (Dois) Diretores, para a prática de quaisquer atos, observado o que dispõe o presente Estatuto Social;
- c) Pela assinatura em conjunto de um Diretor e um procurador, ou dois procuradores, de acordo com a extensão dos poderes que lhe forem conferidos no respectivo instrumento de mandato;
- d) Pela assinatura isolada de um diretor sem designação especial ou de um procurador, legalmente constituído pela sociedade, de acordo com a extensão dos poderes que lhe forem conferidos no respectivo instrumento de mandato.

Parágrafo 1º – A representação da sociedade por um Diretor ou Procurador, isoladamente, está limitada aos seguintes atos:

- a) De representação perante repartições públicas federais, estaduais e municipais em geral, Ministérios, Autarquias, Sociedades de Economia Mista, Agências, Cartórios em geral, Alfândegas, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Civil e Federal, Exército do Brasil, entidades de classes, órgãos estaduais de trânsito, perante instituições públicas, privadas, pessoas físicas e jurídicas e afins;

b) De representação perante o Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Justiça do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho e sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão, rescisão ou demissão de funcionários e/ou acordos trabalhistas, e afins, Receita Federal do Brasil, Juntas Comercial de todos os Estados e afins.

Parágrafo 2º – Nos atos de aquisição, alienação e oneração dos bens do ativo permanente e/ou direitos de qualquer natureza se fará representada na forma das alíneas “a”, “b” e “c” deste Artigo, exceto na alienação e oneração dos bens imóveis da Companhia que deverão necessariamente ser representados na forma das alíneas “a” e “b”.

Artigo 11º - Os atos praticados em desconformidade ao estabelecido no presente Estatuto Social serão nulos e não obrigarão a Companhia.

Artigo 12º – Todas as procurações outorgadas pela Companhia devem ser sempre assinadas isoladamente pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice-Presidente, ou em conjunto de 2 (Dois) Diretores. As procurações terão o prazo de validade máximo de 1 (Um) ano, com exceção daquelas para fins judiciais.

CAPÍTULO IV – Assembleia Geral

Artigo 13º - A Assembleia Geral reunir-se-á na sede social (i) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Artigo 14º - A Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação, com a presença de Acionistas que representem, no mínimo, 100% (cem por cento) do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número de votos presentes.

Artigo 15º - A Assembleia Geral será convocada e presidida pelo Diretor Presidente ou Diretor Vice-Presidente, que convidará um dos presentes para servir de Secretário. Não estando presente o Diretor Presidente ou Diretor Vice-Presidente, a Assembleia será presidida por um dos Diretores. Não estando presente qualquer dos Diretores, os acionistas indicarão quem a presidirá. A prova da qualidade de acionistas e sua representação na Assembleia regem-se pelo disposto na Lei.

Artigo 16º - Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído a menos de 1 (um) ano, que seja acionista ou advogado.

Artigo 17º - Compete à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas a seguir, além daquelas previstas em lei, as quais deverão contar com voto favorável da maioria do capital votante da Companhia, observadas as restrições estabelecidas pela Lei e pelo disposto no parágrafo único deste artigo:

JUCESP

Parágrafo Único – É exigido quorum qualificado da maioria das ações com direito a voto para a aprovação das seguintes matérias:

- a) Aumento de capital, exceto aqueles realizados com reservas de lucros, reservas de capital, adiantamentos para futuro aumento de capital, e aqueles efetuados por obrigação legal;
- b) Incorporação da Companhia por outra;
- c) Incorporação de outra sociedade pela Companhia;
- d) A cisão total ou parcial da companhia;
- e) A fusão da companhia;
- f) A criação de debêntures conversíveis ou não em ações;
- g) A alienação ou oneração de participações societárias, exceto quando realizadas entre sociedades controladas, controladoras, coligadas, ligadas ou pertencentes ao mesmo Grupo Econômico;
- h) A criação ou extinção das classes em que se divide o capital social.

CAPÍTULO V – Conselho Fiscal

Artigo 18º - O conselho fiscal compõe-se de no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros e igual número de suplentes, todos eleitos pela assembleia geral à qual seja aprovado o pedido de sua instalação, por acionistas detentores de quantidade de ações fixadas na Lei. A assembleia geral indicará a respectiva qualificação, atribuições e prazo de duração do mandato dos membros do conselho fiscal, bem como fixará a remuneração. O conselho fiscal não será permanente e somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado.

CAPÍTULO VI – Exercício social e Distribuições de lucros

Artigo 19º - O exercício social inicia-se em 1 de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, elaborando-se ao final dele, as demonstrações financeiras correspondentes.

Parágrafo 1º - A Diretoria poderá proceder ao levantamento de balanços relativos a períodos menores, com o fim de distribuir dividendos intermediários.

Parágrafo 2º - A Diretoria pode declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados e de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 3º - Acionistas representando a maioria das ações com direito a voto poderão determinar capitalização total do lucro líquido, após deduzida a parcela necessária à constituição da reserva legal.

Artigo 20º - O lucro líquido será o resultado do exercício após a dedução de:

- a) Prejuízos acumulados;
- b) Provisão para o imposto de renda;

Parágrafo 1º - O lucro líquido apurado na forma deste artigo terá a destinação que lhe der a assembleia geral ordinária depois de dele deduzidos:

DUCE SP

- a) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até o limite fixado pela Lei; e
- b) A importância suficiente para que seja distribuído um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do mesmo lucro líquido.

Parágrafo 2º - A assembleia geral deliberará sobre a destinação do lucro restante, se houver, distribuindo-o, no todo ou em parte, ou determinando a sua transferência para os exercícios seguintes, ou até mesmo a constituição de reservas de lucros para investimentos.

CAPÍTULO VII – Liquidação

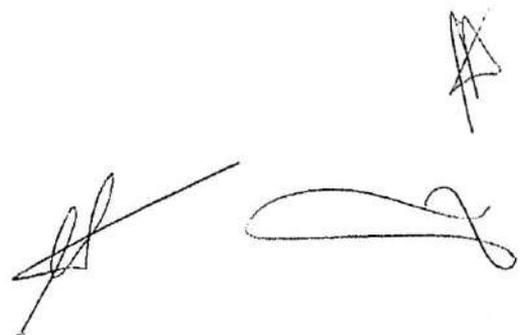
Artigo 21º - A companhia entrará em liquidação nos casos legais ou por deliberação de acionistas que tiver a maioria das ações com direito a voto, reunidos em assembleia geral especialmente convocada para esse fim, a qual estabelecerá o modo e o prazo de liquidação, competindo-lhe nomear o liquidante e os membros do conselho fiscal que, conforme solicitação de acionistas que atinjam o mínimo legal, funcionarão durante o período de liquidação.

CAPÍTULO VIII – Das Disposições Finais

Artigo 22º - Fica eleito o foro da Comarca da Matriz da Companhia, para dirimir as dúvidas e controvérsias oriundas deste Estatuto.

Artigo 23º - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições da Lei nº 6.404/76 e suas atualizações posteriores.

* * *



JUCESP
21 12 15

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5910 JM.

PRINCESA S.A.
CNPJ/MF Nº 13.976.015/0001-31
NIRE Nº 35.300.396.235
Companhia Fechada

LISTA DE PRESENÇA DOS ACIONISTAS

Nome do Acionista	Nº de ações
Marquesa S.A.	12.206.124
Ações em tesouraria	12.206.124
Total	24.412.248

Este documento integra a Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2015.

Barueri/ SP, 23 de novembro de 2015.



MARQUESA S.A.
Sergio Antonio Garcia Amoroso
João Antonio Pereira Prestes

JUCESP
21 12 15

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5971 Jm.

Barueri - SP, 23 de novembro de 2015.

À
PRINCESA S.A.
Alameda Mamoré, 989, 25º andar, Parte, Alphaville
Barueri - SP
06454-040

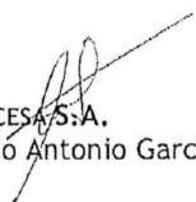
Prezados Senhores,

Venho através da presente comunicar à V.Sas. minha renúncia, a partir desta data, ao cargo estatutário de DIRETOR desta companhia, para o qual fui designado por meio de Ata de Reunião do Conselho de Administração devidamente arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Atenciosamente,


JOSÉ PINTO DA ROCHA JORGE FERREIRA

Ciente:

p. 
PRINCESA S.A.
Sergio Antonio Garcia Amoroso

JUCESP
21 12 15

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5912 Jm

Barueri - SP, 23 de novembro de 2015.

À
PRINCESA S.A.
Alameda Mamoré, 989, 25º andar, Parte, Alphaville
Barueri - SP
06454-040

Prezados Senhores,

Venho através da presente comunicar à V.Sas. minha renúncia, a partir desta data, ao cargo de membro do Conselho de Administração desta companhia, para o qual fui designado, pelas acionistas, por meio de Ata de Assembleia Geral Ordinária devidamente arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Atenciosamente,


JOSÉ PINTO DA ROCHA JORGE FERREIRA

Ciente:

p. 
PRINCESA S.A.
Sergio Antonio Garcia Amoroso

JUCESP
21.12.15
Barueri, SP, de

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5913
de 2015.

À
PRINCESA S.A.
Alameda Mamoré, 989, 25º andar, Parte, Alphaville
Barueri - SP
06454-040

Prezados Senhores,

Venho através da presente comunicar à V.Sas. minha renúncia, a partir desta data, ao cargo de membro do Conselho de Administração desta companhia, para o qual fui designado, pelas acionistas, por meio de Ata de Assembleia Geral Ordinária devidamente arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Atenciosamente,



ANTONIO MANUEL HENRIQUES JORGE FERREIRA

Ciente:

p. 
PRINCESA S.A.
Sergio Antonio Garcia Amoroso

DUCE SP

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5914 JM.

PRINCESSA S.A.
CNPJ/MF N.º 13.976.015/0001-31
NIRE 35.300.396.235
Companhia Fechada

TERMO DE POSSE DOS MEMBROS ELEITOS DA DIRETORIA

Em Assembleia Geral da Extraordinária, realizada no dia 23 de novembro de 2015, são eleitos e tomam posse os membros da Diretoria, para o mandato de 3 (três) anos, conforme relacionados abaixo:

DIRETORIA

Diretor Presidente:

SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 7.731.467-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 761.086.608-30.

Diretor Vice-Presidente:

JORGE FRANCISCO HENRIQUES, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 9.024.358-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 819.806.808-25.

Diretores sem Designação Especial:

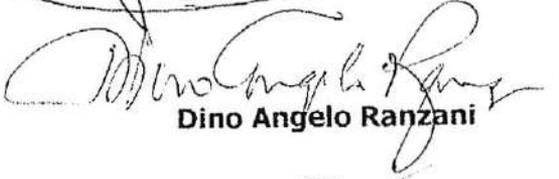
DINO ANGELO RANZANI, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade RG n.º 20.062.865-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 141.302.158-17;

JOÃO ANTONIO PEREIRA PRESTES, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG n.º 18.782.053-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 099.350.228-89.

Barueri/SP, 23 de novembro de 2015.


Sergio Antonio Garcia Amoroso


Jorge Francisco Henriques


Dino Angelo Ranzani


João Antonio Pereira Prestes

JUCESP
17 12 18



VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5915 Jm.
JUCESP PROTOCOLO
2.212.171/18-3



PRINCESA S.A.
CNPJ/MF Nº 13.976.015/0001-31
NIRE 35.300.396.235
Companhia Fechada

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2018.**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 21 (vinte e um) dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às 8:00 horas, em sua Sede Social, localizada na Alameda Mamoré, nº 989, 25º andar, Parte, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP: 06454-040.

CONVOCAÇÃO: Dispensada a Convocação Prévia, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, e suas atualizações.

PUBLICAÇÃO: Publicação do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Gazeta de São Paulo, em edição de 15 de setembro de 2018.

PRESENCAS: Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas no livro de Presença de Acionistas (Anexo I).

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: **Sergio Antonio Garcia Amoroso**;
Secretário: **Jorge Francisco Henriques**.

ORDEM DO DIA:

- (i) Leitura, discussão e aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017;
- (ii) Reeleição da Diretoria;
- (iii) Outros assuntos-de-interesse.

JUCESP
17 12 18

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5916jm.

DELIBERAÇÕES: O Senhor presidente deu por instalada a Assembleia, leu a Ordem do Dia, restando aprovada por unanimidade pelos presentes as seguintes deliberações:

(i) O balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017;

(ii) Procedeu-se à reeleição da Diretoria, para o mandato de 3 (três) anos, que encerrar-se-á na Assembleia Geral, que aprovar as contas do exercício social que findar-se-á em 31 de dezembro de 2021, permitida a reeleição. Após o decurso de seus mandatos, os Diretores permanecerão em seus cargos até a eleição e posse de uma nova Diretoria. Assim, tendo sido reeleitos, tomam posse os Diretores:

Diretor Presidente:

SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 7.731.467-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 761.086.608-30.

Diretor Vice-Presidente:

JORGE FRANCISCO HENRIQUES, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.024.358-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 819.806.808-25.

Diretores sem Designação Especial:

DINO ANGELO RANZANI, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade RG nº 20.062.865-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 141.302.158-17;

Todos com endereço comercial na Alameda Mamoré, nº 989, 25º andar, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo.

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: Nos termos do artigo 147 da Lei 6.404/76 e parágrafo 1º do artigo 1.011 do Código Civil, os diretores, ora eleitos, declaram, sob as penas da lei, não estarem condenados por nenhum crime, cuja pena vede o acesso à atividade mercantil e/ou a administração da Companhia.

DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS: Faz parte da presente Assembleia e com a mesma ficam arquivados nos órgãos competentes:

a) Publicação do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras, encerradas em 31/12/2016;

JUCESP
17 12 18

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5977

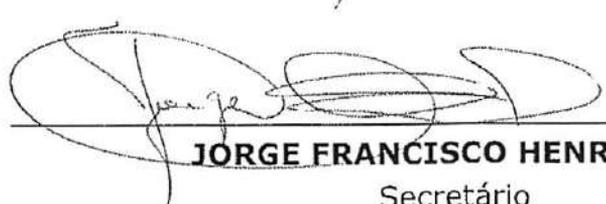
- b) Anexo I - Lista de Presença dos Acionistas;
- c) Termo de Posse dos Diretores reeleitos.

Barueri/ SP, 21 de Novembro de 2018. **Presidente:** Sergio Antonio Garcia Amoroso. **Secretário:** Jorge Francisco Henriques.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.



SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO
Presidente



JORGE FRANCISCO HENRIQUES
Secretário



DUCESP
17 10 18

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5918 Jm.

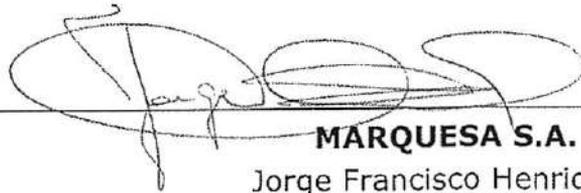
PRINCESA S.A.
CNPJ/MF Nº 13.976.015/0001-31
NIRE Nº 35.300.396.235
Companhia Fechada

LISTA DE PRESENÇA DOS ACIONISTAS

NOME DO AÇIONISTA	Nº DE AÇÕES	%
Marquesa S.A.	12.206.124	50
Santa Andréa Agro-Pecuária LTDA.	12.206.124	50
Total	24.412.248	100

Este documento integra a Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2018.

Barueri/ SP, 21 de novembro de 2018.



MARQUESA S.A.
Jorge Francisco Henriques
Diretor Presidente



Santa Andréa Agro-Pecuária LTDA.
Sergio Antonio Garcia Amoroso
Diretor Presidente

TERMO DE POSSE DOS MEMBROS ELEITOS DA DIRETORIA

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2018, tomam posse os membros eleitos da Diretoria, para o mandato de 3 (três) anos, que encerrar-se-á na assembleia que aprovar as contas do exercício de 31 de dezembro de 2021, tendo sido assim eleitos:

Diretor Presidente:

SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 7.731.467-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 761.086.608-30.

Diretor Vice-Presidente:

JORGE FRANCISCO HENRIQUES, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.024.358-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 819.806.808-25.

Diretor sem Designação Especial:

DINO ANGELO RANZANI, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade RG nº 20.062.865-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 141.302.158-17;

Todos com endereço comercial na Alameda Mamoré, nº 989, 25º andar, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo – CEP: 06454-040.

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: Nos termos do artigo 147 da Lei 6.404/76 e parágrafo 1º do artigo 1.011 do Código Civil, os diretores, ora eleitos, declaram, sob as penas da lei, não estarem condenados por nenhum crime, cuja pena vede o acesso à atividade mercantil e/ou a administração da Companhia.

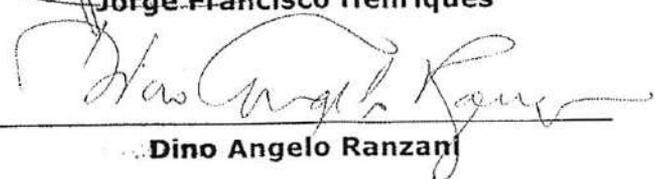
Barueri/SP, 21 de novembro de 2018.



Sergio Antonio Garcia Amoroso



Jorge Francisco Henriques



Dino Angelo Ranzani

PRINCESA S/A, CNPJ: 13.976.015/0001-31

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

PRINCESA S/A, sociedade empresária inscrita no CNPJ/MF n.º 13.976.015/0001-31, com sede na Alameda Mamoré, n.º 989, 25º andar, Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP 06454-040, neste ato representada por seu representante legal, pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus bastante procuradores os advogados **DR. RENATO DE LUIZI JÚNIOR**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP sob o n.º 52.901; **DR. VICENTE ROMANO SOBRINHO**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP sob o n.º 83.338; **DR. FERNANDO FIOREZZI DE LUIZI**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/BA n.º 36.254; **DR. GERALDO GOUVEIA JUNIOR**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP 182.188, e **DR. CRISTIANO GUSMAN**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob n.º 186.004, todos com escritório na Avenida Paulista, n.º 1.048, 9º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01311-200, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judicium et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-o, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, assim como, representá-la perante credores, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, especialmente para requerer os benefícios da Recuperação Judicial, conforme previsto pela Lei n.º 11.101/05, bem como representar a outorgante perante seus credores, com o propósito específico de notificá-los e/ou contransmitir notifiá-los seja judicial ou extrajudicialmente.



PRINCESA S/A

PRINCESA S/A, CNPJ: 13.976.015/0001-31

CUSTAS JUDICIAIS

PRINCESA S/A, CNPJ: 13.976.015/0001-31

(REQUISITOS DO ART. 48, DA LEI 11.101/05)

CERTIDÕES JUDICIAIS



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS
ADJUNTOS**

Nº 2019.0002221699

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5924 JB.

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente na Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária de São Paulo, com sede em São Paulo / Capital e jurisdição no Estado de São Paulo, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **PRINCESA S/A**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **13.976.015/0001-31**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 13 (treze) dias do mês de maio de 2019, às 15:05.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) Certidões e/ou informações a respeito do(s) processo(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente na respectiva Secretaria do Órgão Julgador, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver localizado, conforme endereços disponibilizados em nosso site;
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **377c341c 4422fc83 c90b545c 18fdff35 4fab4b41**, no endereço **http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- d) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- e) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) constantes dos aludidos documentos;
- h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- i) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) A pesquisa abrange registros desde 25/04/1967 até a presente data, na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo;
- l) Esta certidão abrange os processos em tramitação no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 1º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Núcleo de Apoio Judiciário
admmsp-nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225-8666



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES CÍVEIS, FISCAIS E CRIMINAIS

Nº 2019.0002221747

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5925 Jm.

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo / Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **PRINCESA S/A**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **13.976.015/0001-31**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 13 (treze) dias do mês de maio de 2019, às 15:06.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) Certidões e/ou informações a respeito do(s) processo(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente na respectiva Secretaria do Órgão Julgador, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver localizado, conforme endereços disponibilizados em nosso site;
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **36244dd2 be11a2a3 4d350666 b4dd2512 97892612**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- d) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- e) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) constantes dos aludidos documentos;
- h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- i) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) A pesquisa abrange registros desde 30/03/1989 até a presente data, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul;
- l) Esta certidão abrange os processos em tramitação no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 2º Grau e no PJe – Sistema Processual Eletrônico.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região / Secretaria Judiciária
seju@trf3.jus.br - Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



13/05/2019

2753718

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5926 JM

CERTIDÃO Nº: 3624688

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, no período de 10 (dez) anos anteriores a 13/05/2019, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

PRINCESA S/A, CNPJ: 13.976.015/0001-31, conforme indicação constante do pedido de certidão.

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos em tramitação cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI n.º 22/2019.

Esta certidão aponta os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em grau de recurso, e não aponta os processos distribuídos há mais de 10 anos da data limite, ainda que estejam em andamento.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e as filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 14 de maio de 2019.

PEDIDO Nº:

2753718





VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
n.º 5927

CERTIDÃO DE AÇÃO TRABALHISTA EM TRAMITAÇÃO

Dados Pesquisados:

CNPJ: 13.976.015/0001-31

Nome: PRINCESA S.A.

Certidão n° 403686 / 2019

CERTIFICA-SE que em pesquisa aos registros eletrônicos armazenados nos Sistemas de Acompanhamento e Informações Processuais do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, até 01/05/2019, **NÃO CONSTA** ação trabalhista em tramitação em face da pessoa natural ou jurídica identificada acima, de acordo com os dados fornecidos pelo solicitante.

IMPORTANTE

- a. A validade da presente certidão está condicionada à conferência do nome e do CPF/CNPJ indicado, bem como à verificação de sua autenticidade pelo recebedor em <https://www.trtsp.jus.br/valida-certidao> em até 90 (noventa) dias após a sua expedição;
- b. A informação do n° do CPF/CNPJ e do nome indicado acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão;
- c. Estão compreendidos nesta certidão, no caso de pessoa jurídica, todos os seus estabelecimentos, agência ou filiais vinculados à raiz do CNPJ;
- d. Certidão emitida gratuitamente.



13/05/2019

2753683

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5928

CERTIDÃO Nº: 3594597**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 12/05/2019, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

PRINCESA S/A, CNPJ: 13.976.015/0001-31, conforme indicação constante do pedido de certidão.

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 13 de maio de 2019.

PEDIDO Nº:

2753683





Certidão N° 598027/2019

CERTIFICA-SE que, após consulta eletrônica ao banco de dados de processos físicos e eletrônicos de 1ª e 2ª instâncias do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pesquisando-se os termos digitados - **CNPJ: 13.976.015/0001-31** - foram encontrados os seguintes processos em face de PRINCESA S.A.:

CNPJ: 13.976.015/0001-31

Vara do Trabalho de Itapeva

0011477-41.2017.5.15.0047 Pet-PJe

0011515-53.2017.5.15.0047 Pet-PJe

0010131-84.2019.5.15.0047 Pet-PJe

O andamento processual poderá ser consultado no sítio do Tribunal, por meio dos links:
-<http://portal.trt15.jus.br/web/guest/consulta-processual> (para processos físicos)
-<http://portal.trt15.jus.br/acesso-ao-sistema-pje-jt> >> 1º Grau >> Consulta Pública Processos (para processos eletrônicos).

A conferência dos dados da parte pesquisada é de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade do documento/nome ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.

Ressalta-se que o resultado obtido corresponde exatamente ao número de documento digitado pelo solicitante, como acima indicado. Em se tratando de Pessoa Jurídica, a pesquisa abrange os processos relacionados à raiz (número de inscrição) do CNPJ de matriz e filiais.

A validade da presente certidão está condicionada à conferência do nome e/ou do CPF/CNPJ, bem como à verificação de sua autenticidade pela autoridade recebedora. A autenticidade deve ser confirmada no sítio do TRT da 15.ª Região, portal.trt15.jus.br, seguindo-se o seguinte caminho: Serviços >> Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas - CEAT, menu "Reimpressão/Verificação de Autenticidade", o qual também será utilizado para reimpressão desta certidão dentro de seu prazo de validade (30 dias).

Código verificador: 0-00313-00000-56823-80015-46942

Certidão válida até: 01/06/2019

Os dados de processos eletrônicos, de 1ª e 2ª instância, estão atualizados até o momento da emissão dessa certidão, conforme abaixo datado, assim como os processos físicos de 2ª instância. Os processos físicos de 1ª instância consultados para emissão dessa certidão estão atualizados até 01/05/2019.

Não são objeto de consulta para certidão os processos que são: AÇÃO



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Carta n.º 5930/19

Pág. 2 de 2

RESCISÓRIA(AR), CARTA DE ORDEM(CARTORD), CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO(CONPAG), CORREIÇÃO PARCIAL(CORPAR), EMBARGOS DE TERCEIRO(ET), INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE(IAFG), MANDADO DE SEGURANÇA(MS), MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO(MSCOL), conforme classificação adotada pelo CNJ.

Para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho o interessado poderá obter a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, no sítio do Tribunal Superior do Trabalho, <http://www.tst.jus.br/certidao>, nos termos da Lei nº 12.440/2011 e da Resolução Administrativa TST nº1470/2011.

Certidão emitida em 02/05/2019 às 15:50:03.

MARQUESA

Doc. 1.18

MARQUESA S/A, CNPJ: 46.886.040/0001-83

Art. 51, II

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS
AOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS
(2014-2015-2016) E ESPECIALMENTE
LEVANTADAS PARA O PEDIDO

- **BALANÇO PATRIMONIAL;**
- **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ACUMULADOS;**
- **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DESDE O ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL;**
- **RELATÓRIO GERENCIAL DE FLUXO DE CAIXA E DE SUA PROJEÇÃO;**

VARQUESA S.A.

Período: 01/05/2019 A 31/05/2019

18/06/2019 - 11:08

Título	Saldo Inicial	Debito	Crédito	Saldo Final
01.000.000 - ATIVO	198.763.034,60D	1.052.571,53	1.242.422,88	198.573.183,25D
01.100.000 - ATIVO CIRCULANTE	19.073.114,40D	816.042,37	822.965,64	19.066.191,13D
01.110.000 - DISPONIVEL	1.724,12D	393.164,63	392.640,37	2.248,38D
01.112.000 - BANCO CONTA MOVIMENTO	1.724,12D	393.164,63	392.640,37	2.248,38D
01.112.100 - BANCO CONTA MOVIMENTO	1.724,12D	393.164,63	392.640,37	2.248,38D
01.112.502 - BANCO BRASIL C/C 101027-1 ALMIRANTE	0,00	387.070,58	386.563,82	506,76D
01.112.511 - BANCO CCB C/C 14.100240-3	1.026,97D	0,00	0,00	1.026,97D
01.112.512 - BANCO ORIGINAL C/C 440000680	697,15D	0,00	0,00	697,15D
01.112.515 - BANCO BRASILESCO C/C 0073850-6	0,00	6.094,05	6.076,55	17,50D
01.120.000 - REALIZAVEL A CURTO PRAZO	19.071.390,28D	422.877,74	430.325,27	19.063.942,75D
01.121.000 - CREDITOS	5.694.403,42D	422.877,74	430.325,27	5.696.955,89D
01.121.100 - ADIANTAMENTOS	1.048.201,22D	60.810,38	66.131,56	1.042.860,04D
01.121.101 - ADIANTAMENTOS FORNECEDORES	1.048.951,22D	60.210,38	66.131,56	1.043.050,04D
01.121.151 - ADIANTAMENTOS DESP VIAGEM	750,00C	600,00	0,00	150,00C
01.121.200 - CLIENTES	1.526.915,44D	301.380,62	307.494,01	1.520.802,05D
01.121.201 - CLIENTES NO PAIS	3.052.825,32D	301.380,62	307.494,01	3.046.711,93D
01.121.299 - PROVISAO CREDITOS DUVIDOSOS	758.863,52C	0,00	0,00	758.863,52C
01.121.297 - PERDAS NO RECEBIMENTO DE CREDITO	767.046,36C	0,00	0,00	767.046,36C
01.121.500 - OUTROS CREDITOS	2.380.601,81D	0,00	0,00	2.380.601,81D
01.121.599 - OUTROS CREDITOS DE TERCEIROS	2.380.601,81D	0,00	0,00	2.380.601,81D
01.121.600 - CREDITOS A FUNCIONARIOS	39.953,70D	32.810,48	34.025,54	38.738,64D
01.121.601 - ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	0,00	18.869,13	18.869,13	0,00
01.121.603 - ADIANTAMENTO DE FERIAS	36.522,20D	13.831,80	15.101,64	35.252,36D
01.121.604 - ADIANTAMENTO DE 13 SALARIO	510,93D	0,00	0,00	510,93D
01.121.613 - INSUFICIENCIA SALDO RENEGOCIADO	1.746,52D	109,55	54,77	1.801,30D
01.121.651 - ANTECIPACAO DE FERIAS COM CONV COLETIVA	1.174,05D	0,00	0,00	1.174,05D
01.121.700 - CONTAS A RECEBER DE TERCEIROS	221.258,66D	0,00	0,00	221.258,66D
01.121.701 - CONTAS A RECEBER DE TERCEIROS	221.258,66D	0,00	0,00	221.258,66D
01.121.800 - IMPOSTOS A RECUPERAR	477.472,59D	27.876,26	22.674,16	482.674,69D
01.121.804 - PIS A RECUPERAR	8.894,67D	1.625,08	4.044,63	6.475,12D
01.121.805 - COFINS A RECUPERAR	41.320,93D	7.500,34	16.629,53	30.591,71D
01.121.806 - IRRF A RECUPERAR DO EXERCICIO	11.568,02D	2.500,11	0,00	14.068,13D
01.121.807 - IRRF/IRRF A COMPENSAR EXERCICIO ANTERIOR	105.933,31D	0,00	0,00	105.933,31D
01.121.808 - CSLL A COMPENSAR EXERCICIO ANTERIOR	136.358,61D	0,00	0,00	136.358,61D
01.121.817 - CSLL A RECUPERAR DO EXERCICIO	11.568,02D	2.500,11	0,00	14.068,13D
01.121.822 - INSS A COMPENSAR	161.429,06D	13.750,62	0,00	175.179,68D
01.122.000 - IMOVEIS VENDIDOS A RECEBER	12.898.171,88D	0,00	0,00	12.898.171,88D
01.122.100 - IMOVEIS VENDIDOS A RECEBER	12.898.171,88D	0,00	0,00	12.898.171,88D
01.122.101 - IMOVEIS VENDIDOS A RECEBER	12.898.171,88D	0,00	0,00	12.898.171,88D
01.133.000 - OUTROS VALORES	478.814,98D	0,00	0,00	478.814,98D
01.133.100 - MUTUO DEVEDORES EM CONTA DE PARTICIPACAO	478.814,98D	0,00	0,00	478.814,98D
01.133.108 - PINHALZINHO 6	478.814,98D	0,00	0,00	478.814,98D
01.200.000 - REALIZAVEL A LONGO PRAZO	110.641.025,78D	236.529,16	403.366,08	110.474.188,86D
01.210.000 - CREDITOS	98.061.861,71D	236.529,16	391.028,08	97.907.362,79D
01.212.000 - OUTROS VALORES	592.320,73D	184,55	66,63	592.438,65D
01.212.100 - DEPOSITOS EFETUADOS EM JUIZO	592.320,73D	184,55	66,63	592.438,65D
01.212.101 - PROCESSOS TRABALHISTAS	592.320,73D	184,55	66,63	592.438,65D
01.215.000 - OUTROS CREDITOS	97.469.540,98D	236.344,61	390.961,45	97.314.924,14D
01.215.100 - IMPOSTOS A RECUPERAR	1.208.836,21D	0,00	1.504,44	1.207.331,77D
01.215.102 - IRRPJ DEFERIDO	710.529,31D	0,00	0,00	710.529,31D
01.215.103 - CSLL DEFERIDO	255.790,55D	0,00	0,00	255.790,55D
01.215.152 - IOMS RECUPERAR	242.516,35D	0,00	1.504,44	241.011,91D
01.215.200 - EMPRESTIMOS A CONTRIBUIDOS/CONTROLADORES	93.545.927,90D	236.143,80	389.457,01	93.392.614,69D
01.215.202 - SAGA INVESTIM. E PARTIC. DO BRASIL S A	84.694.737,94D	224.824,81	389.457,01	84.535.105,74D
01.215.203 - SANTA CLARA AGR COMERCIAL LTDA.	3.550.482,31D	0,00	0,00	3.550.482,31D
01.215.209 - VALE DO CONGUS IND DE MADEIRAS LTDA.	4.003.469,63D	0,00	0,00	4.003.469,63D

RG130468 - 1.00.01.096

MARQUESA S.A.

Período: 01/05/2019 A 31/05/2019

Título	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
01.215.222 - BRASIL TIMBER PRODUTOS MADEIREIROS S.A.	1.292.238,02D	11.318,99	0,00	1.303.557,01D
01.215.300 - EMPRESTIMOS A LIGADAS	2.714.776,87D	200,81	0,00	2.714.977,68D
01.215.301 - JARI FROD E MATERIAIS DE MINERACAO LITR.	2.714.776,87D	200,81	0,00	2.714.977,68D
01.314.000 - PROJETOS INDIVS - FOMENTO	12.579.164,07D	0,00	12.338,00	12.566.826,07D
01.314.100 - INVESTIMENTOS FOMENTO	12.579.164,07D	0,00	12.338,00	12.566.826,07D
01.314.101 - INVESTIMENTOS FOMENTO	12.579.164,07D	0,00	12.338,00	12.566.826,07D
01.300.000 - PERMANENTE	69.048.894,42D	0,00	16.091,16	69.032.803,26D
01.310.000 - INVESTIMENTOS	57.399.811,92D	0,00	0,00	57.399.811,92D
01.311.000 - PART. PERMANENTE OUTRAS SOCIEDADES	57.399.811,92D	0,00	0,00	57.399.811,92D
01.311.100 - PART. PERMANENTE OUTRAS SOCIEDADES	57.399.811,92D	0,00	0,00	57.399.811,92D
01.311.128 - PRINCESA S.A	37.999.425,15D	0,00	0,00	37.999.425,15D
01.311.129 - BARONSA S.A	19.400.386,77D	0,00	0,00	19.400.386,77D
01.320.000 - IMOBILIZADO TECNICO	9.816.742,24D	0,00	16.091,16	9.800.651,08D
01.321.000 - IMOBILIZADO NAO DEPRECIAVEL	1.413.426,47D	0,00	0,00	1.413.426,47D
01.321.100 - IMOBILIZADO NAO DEPRECIAVEL	1.413.426,47D	0,00	0,00	1.413.426,47D
01.321.101 - TERRENS	97.655,39D	0,00	0,00	97.655,39D
01.321.107 - TERRAS PARA REFORESTAMENTO	146.626,08D	0,00	0,00	146.626,08D
01.321.108 - TERRAS PARA REFORESTAMENTO - AAP	1.169.145,00D	0,00	0,00	1.169.145,00D
01.322.000 - IMOBILIZADO DEPRECIAVEL	8.342.116,00D	0,00	0,00	8.342.116,00D
01.322.100 - IMOBILIZADO DEPRECIAVEL	8.342.116,00D	0,00	0,00	8.342.116,00D
01.322.102 - EDIFICACOES	238.634,13D	0,00	0,00	238.634,13D
01.322.103 - EQUIPAMENTOS FERRAMENTAS E ACESSORIOS	960.319,64D	0,00	0,00	960.319,64D
01.322.104 - MOVEIS E UTENSILIOS	115.322,84D	0,00	0,00	115.322,84D
01.322.105 - EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	241.373,05D	0,00	0,00	241.373,05D
01.322.106 - VEICULOS	5.816.216,34D	0,00	0,00	5.816.216,34D
01.322.192 - VEICULOS - CPC-27	970.250,00D	0,00	0,00	970.250,00D
01.323.000 - IMOBILIZADO REVALIACOES	8.204.193,62D	0,00	0,00	8.204.193,62D
01.323.100 - IMOBILIZADO REVALIACOES	8.204.193,62D	0,00	0,00	8.204.193,62D
01.323.151 - TERRAS PARA REFORESTAMENTO	8.204.193,62D	0,00	0,00	8.204.193,62D
01.327.000 - DEPRECIACAO IMOBILIZADO	8.142.993,85C	0,00	16.091,16	8.159.085,01C
01.327.100 - DEPRECIACAO IMOBILIZADO	8.142.993,85C	0,00	16.091,16	8.159.085,01C
01.327.102 - EDIFICACOES	238.634,13C	0,00	0,00	238.634,13C
01.327.103 - EQUIPAMENTOS FERRAMENTAS E ACESSORIOS	866.812,22C	0,00	2.320,75	869.132,97C
01.327.104 - MOVEIS E UTENSILIOS	89.257,18C	0,00	500,04	89.757,22C
01.327.105 - EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	232.252,59C	0,00	603,34	232.855,93C
01.327.106 - VEICULOS	5.745.707,73C	0,00	12.667,03	5.758.374,76C
01.327.192 - VEICULOS - CPC-27	970.250,00C	0,00	0,00	970.250,00C
01.340.000 - IMOBILIZADO FLORESTAL	1.832.340,26D	0,00	0,00	1.832.340,26D
01.342.000 - ARRENDAMENTO FLORESTAL	1.832.340,26D	0,00	0,00	1.832.340,26D
01.342.100 - ARRENDAMENTO FLORESTAL	1.832.340,26D	0,00	0,00	1.832.340,26D
01.342.111 - FLORESTAS ARRENDADAS 2002	173.402,12D	0,00	0,00	173.402,12D
01.342.114 - FLORESTAS ARRENDADAS 2005	943.708,46D	0,00	0,00	943.708,46D
01.342.115 - FLORESTAS ARRENDADAS 2006	337.465,07D	0,00	0,00	337.465,07D
01.342.116 - FLORESTAS ARRENDADAS 2007	175.999,02D	0,00	0,00	175.999,02D
01.342.122 - FLORESTAS ARRENDADAS 2013	101.380,14D	0,00	0,00	101.380,14D
01.342.199 - FLORESTAS - ATIVO BIOLOGICO	100.385,45D	0,00	0,00	100.385,45D
02.000.000 - PASSIVO	200.639.081,47C	1.171.721,18	1.064.651,24	200.532.011,53C
02.100.000 - PASSIVO CIRCULANTE	43.897.583,65C	1.081.617,98	1.048.326,04	43.864.291,71C
02.110.000 - EXIGIVEL A CURTO PRAZO	43.897.583,65C	1.081.617,98	1.048.326,04	43.864.291,71C
02.111.000 - OBRIGACOES COM PESSOAL	2.311.880,76C	570.685,49	661.560,26	2.402.745,53C
02.111.100 - SALARIOS E ORDENADOS	1.708.134,16C	479.761,08	541.195,13	1.769.567,61C
02.111.101 - SALARIOS E ORDENADOS	0,00	198.386,49	198.386,49	0,00
02.111.102 - RESCISOES	109.221,01C	390,15	390,15	109.221,01C
02.111.103 - PENSAO JUDICIAL	117,85C	810,46	810,46	117,85C
02.111.199 - OBRIGACOES COM PESSOAL A PAGAR	1.598.795,30C	280.174,58	341.608,00	1.660.228,75C
02.111.300 - PROVISAO PARA FERIAS E 13 SALARIO	534.194,49C	20.500,76	46.365,99	559.979,67C

MARQUESA S.A.

Período: 01/05/2019 a 31/05/2019

Título	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
02.111.301 - FERIAS E ENCARGOS	379.077,60C	20.580,76	28.721,03	387.217,87C
02.111.302 - 13 SALARIO	71.995,45C	0,00	17.644,91	89.640,36C
02.111.303 - PROVISAO PPR/SGD	83.121,44C	0,00	0,00	83.121,44C
02.111.400 - ENCARGOS SOCIAIS	69.552,11C	70.353,05	73.999,19	73.198,25C
02.111.401 - INSS FUNCIONARIOS E AUTONOMOS	56.658,61C	57.459,55	60.415,07	59.614,13C
02.111.402 - FGTS	12.893,50C	12.893,50	13.584,12	13.584,12C
02.112.000 - IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUICOES	15.661.859,62C	271.439,83	177.307,79	15.557.727,59C
02.112.100 - IMPOSTOS A RECOLHER	14.843.168,02C	125.011,17	126.782,26	14.844.939,11C
02.112.101 - ICMS A RECOLHER	0,00	1.504,44	1.504,44	0,00
02.112.103 - IRRF - SERVS. TERCEIROS A RECOLHER	64.502,14C	0,00	59,07	64.561,21C
02.112.104 - IRRF - RALHA PAGO. A RECOLHER	3.694,29C	2.809,68	4.213,87	5.018,48C
02.112.105 - INSS - PRESTACAO SERVICIOS	919.337,03C	0,00	145,20	919.482,23C
02.112.106 - PIS/COFINS/CSSL SOBRE SERVICIOS	54.559,87C	0,00	194,97	54.754,84C
02.112.107 - ISS A RECOLHER	1.903.801,52C	0,00	74,61	1.903.876,13C
02.112.114 - ICMS SUBSTITUICAO TRIBUTARIA	26,95C	26,95	0,00	0,00
02.112.162 - T.O.F. A RECOLHER	11.879.080,71C	0,00	0,00	11.879.080,71C
02.112.199 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR	18.165,51C	120.590,10	120.590,10	18.165,51C
02.112.200 - CONTRIBUICOES A RECOLHER	0,00	25.701,24	25.701,24	0,00
02.112.201 - PIS A RECOLHER	0,00	4.263,77	4.263,77	0,00
02.112.202 - COFINS A RECOLHER	0,00	19.639,08	19.639,08	0,00
02.112.203 - CONTRIBUICAO SINDICAL A RECOLHER	0,00	1.798,39	1.798,39	0,00
02.112.300 - IMPOSTOS E CONTRIBUICOES PARCELAMENTOS	809.691,60C	120.727,42	24.824,29	712.788,47C
02.112.301 - PARCELAMENTO LEI 11.941	232.837,54C	19.540,45	20.194,76	233.491,85C
02.112.311 - PARCELAMENTO REFIN LEI 12.996/14	40.040,53C	3.336,71	3.462,62	40.166,44C
02.112.315 - PROG. ESPEC. REGUL. TRIBUT LEI 13.496/17	273.480,51C	39.069,79	1.146,91	235.565,63C
02.112.316 - PARCELAMENTO IGIS	262.325,02C	58.780,47	0,00	203.544,55C
02.113.000 - FOMECEDORES	10.245.609,50C	95.642,20	82.218,34	10.232.185,61C
02.113.100 - FOMECEDORES	10.245.609,50C	95.642,20	82.218,34	10.232.185,61C
02.113.101 - FOMECEDORES NO PAIS	10.245.609,50C	95.642,20	82.218,34	10.232.185,61C
02.116.000 - OUTRAS CONTAS A PAGAR	7.634.337,72C	143.840,46	127.239,65	7.617.136,91C
02.116.100 - ADIANTAMENTO DE CLIENTES	160.532,68C	0,00	0,00	160.532,68C
02.116.101 - CLIENTES NO PAIS	160.532,68C	0,00	0,00	160.532,68C
02.116.200 - FRETES A PAGAR	1.755,00C	0,00	0,00	1.755,00C
02.116.201 - FRETEIROS NO PAIS	1.755,00C	0,00	0,00	1.755,00C
02.116.400 - OUTRAS CONTAS A PAGAR	7.472.050,01C	143.840,46	127.239,65	7.455.449,23C
02.116.401 - SERVICIOS DIVEROS A PAGAR	3.387.072,63C	105.075,69	71.965,12	3.353.982,06C
02.116.406 - OUTRAS CONTAS A PAGAR	4.084.977,41C	38.764,77	55.254,53	4.101.467,17C
02.117.000 - OUTRAS EXIGIBILIDADES	8.053.896,05C	0,00	0,00	8.053.896,05C
02.117.800 - PROVISAO PARA PERDA COM INVESTIMENTO	8.053.896,05C	0,00	0,00	8.053.896,05C
02.117.810 - VALE CD COMAS IND. DE MADEIRAS LTDA	2.691.728,29C	0,00	0,00	2.691.728,29C
02.117.817 - SANTA CLARA AGR COMERCIAL LTDA	5.362.167,76C	0,00	0,00	5.362.167,76C
02.200.000 - EXIGIVEL A LONGO PRAZO	119.850.829,63C	90.103,20	16.325,20	119.777.051,63C
02.210.000 - IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUICOES	5.243.168,01C	22.446,40	4.125,20	5.224.846,81C
02.213.000 - IMPOSTOS E CONTRIBUICOES PARCELAMENTOS	2.022.101,82C	22.446,40	4.125,20	2.003.780,62C
02.213.100 - IMPOSTOS E CONTRIBUICOES PARCELAMENTOS	2.022.101,82C	22.446,40	4.125,20	2.003.780,62C
02.213.101 - PARCELAMENTO LEI 11.941	1.105.978,31C	20.194,76	3.845,08	1.089.628,63C
02.213.108 - PARCELAMENTO REFIN LEI 12.996/14	391.473,47C	2.251,64	280,12	389.501,95C
02.213.112 - PARCELAMENTO IGIS	524.650,04C	0,00	0,00	524.650,04C
02.214.000 - IMPOSTOS E CONTRIB DIFERIDOS	3.221.066,19C	0,00	0,00	3.221.066,19C
02.214.100 - IMPOSTOS E CONTRIB DIFERIDOS	3.221.066,19C	0,00	0,00	3.221.066,19C
02.214.151 - IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	2.368.431,02C	0,00	0,00	2.368.431,02C
02.214.152 - CONTRIBUICAO SOCIAL DIFERIDA	852.635,17C	0,00	0,00	852.635,17C
02.250.000 - CREDITOS COM EMPRESAS	111.057.473,56C	67.656,80	12.200,00	111.002.016,76C
02.251.000 - CREDITOS CONTROLADORAS/CONTROLADAS	104.064.104,75C	42.999,03	12.200,00	104.033.305,72C
02.251.100 - CREDITOS CONTROLADORAS/CONTROLADAS	104.064.104,75C	42.999,03	12.200,00	104.033.305,72C
02.251.112 - PRINCESA S.A	21.572.859,96C	21.884,93	0,00	21.550.975,03C

BARONESA S.A.

Período: 01/05/2019 A 31/05/2019

Título	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
02.251.113 - BARONESA S.A	62.491.244,79C	21.114,10	12.200,00	82.462.330,69C
02.252.000 - CREDITOS COM LIGADOS	6.993.369,81C	24.657,77	0,00	6.968.711,04C
02.252.100 - CREDITOS COM LIGADOS	6.993.369,81C	24.657,77	0,00	6.968.711,04C
02.252.114 - SRA. ANDREA AGRICULTURA LTERA	6.993.369,81C	24.657,77	0,00	6.968.711,04C
02.270.000 - CONTINGENCIAS JUDICIAIS	3.550.188,06C	0,00	0,00	3.550.188,06C
02.271.000 - CONTINGENCIAS JUDICIAIS	3.550.188,06C	0,00	0,00	3.550.188,06C
02.271.100 - CONTINGENCIAS JUDICIAIS	3.550.188,06C	0,00	0,00	3.550.188,06C
02.271.101 - CONTINGENCIAS TRABALHISTAS	564.412,87C	0,00	0,00	564.412,87C
02.271.153 - CONTINGENCIAS CIVEIS	2.985.775,19C	0,00	0,00	2.985.775,19C
02.400.000 - PATRIMONIO LIQUIDO	36.890.668,19C	0,00	0,00	36.890.668,19C
02.410.000 - CAPITAL REALIZADO	136.483.724,18C	0,00	0,00	136.483.724,18C
02.411.000 - CAPITAL REALIZADO	136.483.724,18C	0,00	0,00	136.483.724,18C
02.411.100 - CAPITAL SOCIAL	136.483.724,18C	0,00	0,00	136.483.724,18C
02.411.101 - CAPITAL SOCIAL	136.483.724,18C	0,00	0,00	136.483.724,18C
02.420.000 - RESERVAS DE CAPITAL	6.271.012,84C	0,00	0,00	6.271.012,84C
02.421.000 - RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS	84.609,36C	0,00	0,00	84.609,36C
02.421.100 - INCENTIVOS FISCAIS	84.609,36C	0,00	0,00	84.609,36C
02.421.103 - INCENTIVOS FISCAIS	84.609,36C	0,00	0,00	84.609,36C
02.422.000 - AJUSTE AVALIACAO PATRIMONIAL	6.186.403,48C	0,00	0,00	6.186.403,48C
02.422.100 - AJUSTE AVALIACAO PATRIMONIAL	6.186.403,48C	0,00	0,00	6.186.403,48C
02.422.159 - AJUSTES AVALIACAO PATRIMONIAL	9.373.338,62C	0,00	0,00	9.373.338,62C
02.422.160 - IMPOSTO RENDA DIFERIDO	2.343.334,66D	0,00	0,00	2.343.334,66D
02.422.161 - CONTRIB. SOCIAL DIFERIDO	843.600,48D	0,00	0,00	843.600,48D
02.430.000 - LUCROS (PREJUIZOS) ACUMULADOS	105.864.068,83D	0,00	0,00	105.864.068,83D
02.431.000 - LUCROS (PREJUIZOS) ACUMULADOS	105.864.068,83D	0,00	0,00	105.864.068,83D
02.431.100 - LUCROS (PREJUIZOS) ACUMULADOS	105.864.068,83D	0,00	0,00	105.864.068,83D
02.431.102 - PREJUIZOS ACUMULADOS	105.864.068,83D	0,00	0,00	105.864.068,83D
03.000.000 - RESULTADO DO EXERCICIO	1.876.046,87D	474.345,17	391.563,76	1.958.828,20D
03.100.000 - RESULTADO OPERACIONAL	1.876.046,87D	474.345,17	391.563,76	1.958.828,20D
03.110.000 - CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	1.305.866,10D	297.470,75	39.694,90	1.563.641,95D
03.113.000 - DESPESA COM PESSOAL AREA FABRIL	701.307,92D	211.227,16	34.652,66	677.882,42D
03.113.100 - DESPESA COM PESSOAL	463.590,60D	136.578,53	21.780,68	578.388,45D
03.113.101 - SALARIOS	395.417,70D	99.905,03	700,71	494.622,02D
03.113.102 - HORAS EXTRAS E ADICIONAIS	23.848,94D	4.338,39	0,00	28.187,33D
03.113.112 - FERIAS	41.570,18D	10.796,92	0,00	52.367,10D
03.113.115 - INSUFICIENCIA SALDO SALARIO	2.753,78D	21.538,19	21.079,97	3.212,00D
03.113.200 - PROVISORES	76.644,98D	34.839,26	12.871,98	98.612,26D
03.113.201 - PROVISORES 13 SALARIO	50.578,38D	12.247,67	0,00	62.826,05D
03.113.202 - PROVISORES DE FERIAS	26.066,60D	22.591,59	12.871,98	35.786,21D
03.113.300 - ENCARGOS TRABALHISTAS	161.072,34D	39.809,37	0,00	200.881,71D
03.113.301 - INSS	124.529,40D	30.792,65	0,00	155.322,05D
03.113.302 - FURTS	36.542,94D	9.016,72	0,00	45.559,66D
03.114.000 - BENEFICIOS AREA FABRIL	328.822,98D	63.336,16	3.813,55	388.345,59D
03.114.100 - BENEFICIOS	328.822,98D	63.336,16	3.813,55	388.345,59D
03.114.101 - REFEITORIO - ALIMENTACAO	117.715,88D	5.045,02	636,00	122.124,90D
03.114.102 - TRANSPORTE	10.939,49D	2.099,60	0,00	13.039,09D
03.114.103 - PLANO DE SAUDE	33.720,66D	5.208,06	150,00	38.778,72D
03.114.104 - PLANO ODONTOLOGICO	63.823,67D	17.808,90	0,00	81.632,57D
03.114.105 - CESTA BASICA	47.464,51D	14.885,54	0,03	62.350,02D
03.114.106 - SEGURO DE VIDA	409,05D	945,15	287,00	1.067,20D
03.114.108 - BOLSA DE ESTUDOS	13.062,00D	3.265,65	0,00	16.327,65D
03.114.110 - MEDICAMENTOS SUBSIDIADOS	534,53D	0,00	0,00	534,53D
03.114.114 - ALIQUOT DE COLABORADORES	41.152,39D	13.468,24	2.740,52	51.900,11D
03.115.000 - GASTOS GERAIS DE FABRICACAO	275.735,20D	22.907,43	1.228,69	297.413,94D
03.115.100 - GASTOS GERAIS DE FABRICACAO	219.571,11D	22.907,43	0,00	242.478,54D
03.115.102 - SERVICOS PERMANENTES DE MANUTENCAO	27.030,75D	0,00	0,00	27.030,75D

MARQUESA S.A.

Período: 01/05/2019 a 31/05/2019

16/06/2019 - 11:08

Título	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
03.115.104 - SERVIÇOS FLORESTAIS	94.286,57D	0,00	0,00	94.286,57D
03.115.106 - OUTROS SERVIÇOS CONTRATADOS	0,00	256,00	0,00	256,00D
03.115.109 - MATERIAIS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	81,70D	0,00	0,00	81,70D
03.115.112 - MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	337,00D	0,00	0,00	337,00D
03.115.114 - DESPESAS JURÍDICAS E CARTÓRIOS	127,74D	0,00	0,00	127,74D
03.115.116 - COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	26.649,71D	7.200,00	0,00	33.849,71D
03.115.119 - VIAGENS E ESTÁDIAS	10.785,19D	0,00	0,00	10.785,19D
03.115.121 - ÁGUA/LUZ/ESCOLO	1.165,22D	365,95	0,00	1.531,17D
03.115.122 - TELEFONES COMÉRCIO E PRÍVATOS	415,45D	90,20	0,00	505,65D
03.115.123 - COPA E ALOJAMENTO	43,31D	7,50	0,00	50,81D
03.115.135 - DEPRECIACÕES E AMORTIZACÕES	58.648,67D	14.967,78	0,00	73.616,25D
03.115.200 - IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	56.164,69D	0,00	1.228,69	54.935,40D
03.115.201 - DIFERENÇA ALÍQUOTA/COMPLEMENTAR - ICMS	49,25D	0,00	0,00	49,25D
03.115.203 - ENCARGOS DEBÍTO PIS - LEI 10.367/02	846,33C	0,00	219,14	1.067,47C
03.115.204 - ENCARGOS DEBÍTO COFINS - LEI 10.367/02	3.917,84C	0,00	1.009,55	4.917,39C
03.115.206 - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	15.684,82D	0,00	0,00	15.684,82D
03.115.299 - OUTRAS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	45.187,19D	0,00	0,00	45.187,19D
03.210.000 - DESPESAS COMERCIAIS	198.559,88D	0,00	0,00	198.559,88D
03.211.000 - DESPESAS COMERCIAIS	198.559,88D	0,00	0,00	198.559,88D
03.211.100 - DESPESAS COMERCIAIS MERCADO INTERNO	198.559,88D	0,00	0,00	198.559,88D
03.211.109 - PERDA RECEBIMENTO CREDITOS	198.559,88D	0,00	0,00	198.559,88D
03.410.000 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.237.349,34D	134.431,53	12.611,53	1.359.169,33D
03.413.000 - DESPESAS COM PESSOAL	271.105,81D	89.079,51	7.768,78	352.475,77D
03.413.100 - DESPESAS COM PESSOAL	269.812,05D	57.611,82	0,00	267.443,88D
03.413.101 - SALÁRIOS	154.206,81D	45.710,69	0,00	199.917,50D
03.413.102 - HORAS EXTRAS E ADICIONAIS	13.637,80D	3.867,79	0,00	17.505,59D
03.413.103 - INDUZIÇÕES TRABALHISTAS	2.379,39D	0,00	0,00	2.379,39D
03.413.112 - FÉRIAS	39.193,46C	8.053,34	0,00	47.246,80C
03.413.113 - 13 SALÁRIO	394,60D	0,00	0,00	394,60D
03.413.200 - PROVISÕES	9.640,57C	11.526,68	7.768,78	5.622,67C
03.413.201 - PROVISÕES 13 SALÁRIO	21.417,07D	5.397,24	0,00	26.814,31D
03.413.202 - PROVISÕES DE FÉRIAS	31.057,64C	6.129,44	7.768,78	32.636,98C
03.413.300 - ENCARGOS TRABALHISTAS	70.933,55D	19.921,01	0,00	90.854,56D
03.413.301 - INSS	54.681,69D	15.353,61	0,00	70.035,29D
03.413.302 - FGTS	16.251,87D	4.567,40	0,00	20.819,27D
03.414.000 - BENEFÍCIOS	87.912,72D	10.249,40	647,89	97.514,23D
03.414.100 - BENEFÍCIOS	87.912,72D	10.249,40	647,89	97.514,23D
03.414.101 - REFEITÓRIO - ALIMENTAÇÃO	12.263,87D	934,58	50,88	13.147,57D
03.414.102 - TRANSPORTE	1.294,30D	335,40	0,00	1.629,70D
03.414.103 - PLANO SAÚDE	36.505,38D	0,00	360,00	36.145,38D
03.414.104 - PLANO ODONTOLÓGICO	5.662,79D	1.400,70	0,00	7.063,49D
03.414.105 - CESTA BÁSICA	19.757,86D	4.019,58	0,13	23.777,51D
03.414.106 - SEGURO DE VIDA	407,60D	187,09	17,00	577,69D
03.414.114 - AJUÍZEL DE COLABORADORES	12.020,72D	3.372,06	219,88	15.112,50D
03.515.000 - DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	878.331,57D	35.102,62	4.254,86	909.179,33D
03.515.100 - DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	833.211,69D	34.336,58	4.227,91	863.320,31D
03.515.103 - SERVIÇOS DE ASSES. CONSULT. E AUDITORIA	9.023,00D	3.210,00	0,00	12.233,00D
03.515.106 - OUTROS SERVIÇOS CONTRATADOS	2.337,00D	598,00	4.057,50	1.250,50C
03.515.111 - MATERIAIS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	1.183,77D	280,33	0,00	1.464,10D
03.515.112 - MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	28,70D	138,00	0,00	166,70D
03.515.114 - DESPESAS JURÍDICAS E CARTÓRIOS	6.135,49D	12.961,00	0,00	19.096,49D
03.515.117 - LOCAÇÕES DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS	3.032,75D	0,00	0,00	3.032,75D
03.515.118 - COMBUSTÍVEIS E LOCAÇÃO VEÍCULOS	6.041,71D	4.074,66	0,00	10.116,37D
03.515.119 - VIAGENS E ESTÁDIAS	888,48D	0,00	0,00	888,48D
03.515.121 - ÁGUA/LUZ/ESCOLO	10.532,55D	2.566,09	170,41	12.928,23D
03.515.122 - TELEFONES COMÉRCIO E PRÍVATOS	13.037,10D	3.533,43	0,00	17.370,53D

MAPQUESA S.A.
Período: 01/05/2019 a 31/05/2019

Título	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
03.515.123 - COPA E ALMOJENTO	799,57D	242,69	0,00	1.042,26D
03.515.124 - ANUNCIOS E PUBLICACOES	3.159,00D	0,00	0,00	3.159,00D
03.515.126 - DESPESAS AMBULATORIO	2.084,00D	727,00	0,00	3.411,00D
03.515.135 - DEPRECIACOES E AMORTIZACOES	6.576,82D	1.103,38	0,00	7.680,30D
03.515.140 - PROCESSOS TRABALHISTAS	1.806.332,91D	800,00	0,00	1.807.132,91D
03.515.141 - PROCESSOS CIVIS / TRIBUTARIAS	156.090,21C	0,00	0,00	156.090,21C
03.515.151 - CONTINGENCIAS TRABALH/CIVIL / TRIBUTARIA	774.050,97C	0,00	0,00	774.050,97C
03.515.199 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	109.210,13C	4.200,00	0,00	105.010,13C
03.525.200 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES	45.119,83D	766,04	26,95	45.859,02D
03.525.201 - IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO	33.135,77D	738,00	0,00	34.473,77D
03.525.204 - TAXA DE LICENCA E FUNCIONAMENTO	6.645,60D	0,00	0,00	6.645,60D
03.525.299 - OUTRAS TAXAS E CONTRIBUICOES	4.738,56D	28,04	26,95	4.739,65D
03.610.000 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	4.116,00C	0,00	0,00	4.116,00C
04.611.000 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	4.116,00C	0,00	0,00	4.116,00C
04.611.100 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	4.116,00C	0,00	0,00	4.116,00C
04.611.103 - VENDAS DE OUTROS MATERIAIS	4.116,00C	0,00	0,00	4.116,00C
03.710.000 - RESULTADOS FINANCEIROS LIQUIDOS	303.805,74D	7.035,15	0,00	310.840,89D
03.711.000 - DESPESAS FINANCEIRAS	303.863,00D	7.035,15	0,00	310.898,15D
03.711.100 - DESPESAS FINANCEIRAS	303.863,00D	7.035,15	0,00	310.898,15D
03.711.101 - JUROS PAGOS OU INOBRIDOS	16.397,42D	0,00	0,00	16.397,42D
03.711.103 - DESPESAS BANCARIAS	4.472,66D	588,82	0,00	5.061,48D
03.711.104 - DESPESAS BANCARIAS - RECEBIMENTO	697,00D	80,56	0,00	777,56D
03.711.109 - ENCARGOS SOBRE FINANCIAMENTOS	238.674,90D	0,00	0,00	238.674,90D
03.711.110 - JUROS S/ IMPOSTOS EM ATRASO/PRORCIADOS	43.621,02D	6.365,77	0,00	49.986,79D
04.711.000 - RECEITAS FINANCEIRAS	57,26C	0,00	0,00	57,26C
04.711.100 - RECEITAS FINANCEIRAS	57,26C	0,00	0,00	57,26C
04.711.101 - JUROS RECEBIDOS OU AFERIDOS	1,00C	0,00	0,00	1,00C
04.711.105 - DESCONTOS OBTIDOS	56,26C	0,00	0,00	56,26C
04.000.000 - RECEITAS OPERACIONAIS	1.054.501,71C	35.407,74	258.409,13	1.277.503,10C
04.001.000 - RECEITA LIQUIDA DE VENDAS	1.054.501,71C	35.407,74	258.409,13	1.277.503,10C
04.001.210 - RECEITA BRUTA VENDA DE PRODS. FLORESTAIS	70.261,70C	0,00	8.398,00	78.759,70C
04.001.211 - VENDAS DE TORAS	70.261,70C	0,00	8.398,00	78.759,70C
04.001.230 - IMPOSTOS SOBRE VENDAS	26.049,77D	5.678,79	0,00	31.728,56D
04.001.231 - ICMS	12.871,39D	1.504,44	0,00	14.301,83D
04.001.232 - PIS	2.445,98D	763,55	0,00	3.209,53D
04.001.233 - COFINS	10.726,40D	3.410,80	0,00	14.137,20D
04.001.610 - RECEITA BRUTA DE VENDA DE SERVIÇOS	1.156.802,21C	0,00	250.011,13	1.406.813,34C
04.001.611 - VENDAS DE SERVIÇOS / ALUGUEL	1.156.802,21C	0,00	250.011,13	1.406.813,34C
04.001.630 - IMPOSTOS SOBRE VENDAS	146.612,43D	29.728,95	0,00	176.341,38D
04.001.632 - PIS	17.802,32D	3.500,22	0,00	21.302,54D
04.001.633 - COFINS	82.538,05D	16.228,28	0,00	98.766,33D
04.001.639 - ISS	46.272,06D	10.000,45	0,00	56.272,51D
03.800.000 - OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	110.916,47C	0,00	80.848,20	191.764,67C
03.810.000 - OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	110.916,47C	0,00	80.848,20	191.764,67C
04.811.000 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	110.916,47C	0,00	80.848,20	191.764,67C
04.811.100 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	110.916,47C	0,00	80.848,20	191.764,67C
04.811.102 - GANHOS BAIXA DE IMOBILIZADO	110.916,47C	0,00	80.848,20	191.764,67C
05.000.000 - TRANSITORIAS	0,00	685.495,29	685.495,29	0,00
01.000.001 - TRANSITORIA DE CLIENTES	0,00	301.380,62	301.380,62	0,00
01.000.007 - TRANSITORIA DE TRANSFERENCIA	0,00	30.668,16	30.668,16	0,00
01.000.008 - TRANSITORIA DE TRANSFERENCIA AP	0,00	287.155,54	287.155,54	0,00
02.000.001 - TRANSITORIA DE FORNECEDORES	0,00	66.096,00	66.096,00	0,00
02.000.002 - TRANSITORIA DE IMPOSTOS	0,00	194,97	194,97	0,00

Total de Débitos
Total de Créditos

3.384.133,17

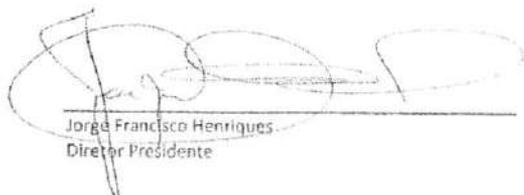
3.384.133,17

FCI3078 - 1.00.01.036

VARQUESA S.A.
Período: 01/05/2019 A 31/05/2019

18/06/2019 - 11:08

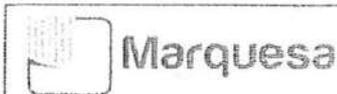
01	-	198.763.034,60D	198.573.183,25D
02	-	200.639.081,47C	200.532.011,53C
03	-	3.045.638,31D	3.432.269,31D
04	-	1.169.591,44C	1.473.441,03C
5	-	0,00	0,00
Lucros e Perdas		1.876.046,87D	1.958.828,28D
01/02/5		1.876.046,87C	1.958.828,28C



Jorge Francisco Henriques
Diretor Presidente



Robson Ederaldo de Mello
CRC 15P 189409/O-4



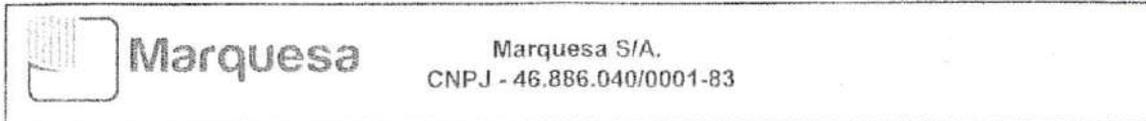
Marquesa S/A.
CNPJ - 46.886.040/0001-83

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5939 J

Balancos patrimoniais
Em milhares de reais

Ativo	31 de maio de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2	2
Contas a receber	1.521	2.194
Adiantamento a fornecedores	1.043	1.463
Impostos a recuperar	483	457
Demais contas a receber	15.539	15.550
	<u>18.588</u>	<u>19.668</u>
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Mútuo - partes relacionadas	96.107	100.633
Impostos a recuperar	241	255
Depósitos judiciais	592	2.537
Devedores por sociedades em conta de participação	479	479
Adiantamento a fornecedores - Fomento	12.567	12.619
	<u>109.986</u>	<u>116.523</u>
Investimentos	49.346	49.346
Imobilizado	9.801	9.882
Ativo biológico	1.832	1.832
	<u>60.979</u>	<u>61.060</u>
	<u>170.965</u>	<u>177.583</u>
Total do ativo	<u>189.553</u>	<u>197.249</u>

Passivo e patrimônio líquido	31 de maio de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante		
Fornecedores	13.588	16.999
Fornecedores - partes relacionadas	-	1.232
Financiamentos	-	919
Impostos parcelados	713	922
Adiantamentos de clientes	160	157
Salários e encargos sociais	2.330	1.911
Contribuições sociais e impostos a recolher	14.918	14.967
Outros passivos	4.102	1.054
	<u>35.811</u>	<u>38.161</u>
Não circulante		
Impostos parcelados	2.004	2.246
Mútuo - partes relacionadas	111.002	112.060
Tributos diferidos	2.255	2.255
Outros Passivos	-	615
Provisão para contingências	3.550	5.022
	<u>118.811</u>	<u>122.198</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	136.484	136.484
Reserva de capital	84	84
Ajustes de avaliação patrimonial	6.186	6.186
Prejuízos acumulados	(107.823)	(105.864)
	<u>34.931</u>	<u>36.890</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>189.553</u>	<u>197.249</u>



Marquesa

Marquesa S/A.
CNPJ - 46.886.040/0001-83

Demonstrações do resultado
Em milhares de reais, exceto quando indicado

	31 de maio de 2019	31 de dezembro de 2018
Receita líquida de vendas e serviços	1.277	12.794
Custo dos produtos e serviços vendidos	(1.564)	(18.089)
Prejuízo bruto	(287)	(5.295)
Despesas operacionais		
Com vendas	(198)	3.982
Gerais e administrativas	(1.359)	(5.309)
Outras receitas	4	1.811
	(1.553)	484
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias	(1.840)	(4.811)
Resultado Financeiro		
Despesas financeiras	(311)	(1.539)
Receitas financeiras	-	314
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	(639)
	(311)	(1.864)
Resultado das participações societárias		
Equivalência patrimonial	-	(4.646)
Resultado na venda de ativos	192	(2.849)
	192	(7.495)
Prejuízo antes dos tributos	(1.959)	(14.170)
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido	-	2.222
	-	2.222
Prejuízo líquido do exercício	(1.959)	(11.948)
Prejuízo líquido por ação do capital social no fim do exercício - R\$	(0,024)	(0,149)

 Marquesa	Marquesa S/A. CNPJ - 46.886.040/0001-83
---	--

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em milhares de reais

	31 de maio de 2019	31 de dezembro de 2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(1.959)	(14.170)
Ajustes		
Provisão contingências trabalhistas e civis	(1.472)	-
Resultado da venda de imobilizado	(192)	2.849
Resultado de participações societárias	-	4.640
Depreciação e exaustão	81	966
Encargos financeiros sobre parcelamentos	47	364
Encargos financeiros sobre financiamentos	75	502
Varição cambial sobre compromissos a pagar	-	630
	(3.420)	(4.213)
Varições no ativos e passivos		
Contas a receber	673	17.513
Estoques	-	167
Adiantamentos a fornecedores	420	3.031
Impostos a recuperar	(12)	-
Demais contas a receber	11	17.728
Depósitos judiciais	1.945	(66)
Adiantamentos a fornecedores - Fomento	52	93
Fornecedores	(3.411)	(7.528)
Fornecedores - partes relacionadas	(1.232)	(2.403)
Salários e encargos sociais	419	(2.752)
Contribuições sociais e impostos a recolher	(113)	(917)
Adiantamento de clientes	3	(1.293)
Outros passivos	2.433	(4.511)
Caixa proveniente das operações	(2.232)	14.852
Juros sobre financiamentos	-	-
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais	(2.232)	14.852
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Valor da venda de bens do imobilizado	192	6.378
Valor da venda de bens do ativo biológico	-	5.090
Partes relacionadas - concessão de recursos, líquidos	3.468	98.765
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	3.660	110.233
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de impostos parcelados	(434)	(712)
Adição de impostos parcelados	-	1.458
Amortização de principal de financiamentos	(994)	(125.838)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) das atividades de financiamentos	(1.428)	(125.094)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	(9)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2	11
No final do exercício	2	2
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	(9)





Marquesa

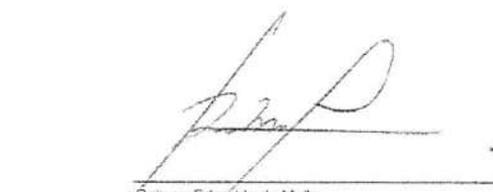
Marquesa S/A.
CNPJ - 46.886.040/0001-83

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Reservas de capital				Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Ágio	Incentivos fiscais	Incrementos florestais		Retenção de lucros	Legal		
Em 31 de dezembro de 2016	136.484	1.228	15	66	31.881			(94.544)	75.133
Resultado abrangente do exercício									
Prejuízo líquido do exercício em curso								(26.295)	(26.295)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido					(19.553)			19.553	
Em 31 de dezembro de 2017	136.484	1.228	15	66	12.328			(101.286)	48.838
Resultado abrangente do exercício									
Prejuízo líquido do exercício em curso								(11.948)	(11.948)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido					(6.142)			6.142	
Transferência de Ágio para Prejuízos acumulados		(1.228)						1.228	
Em 31 de dezembro de 2018	136.484	-	15	69	6.186			(105.864)	36.890
Resultado abrangente do exercício									
Prejuízo líquido do exercício em curso								(1.959)	(1.959)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido									
Em 30 de abril de 2019	136.484	-	15	69	6.186			(107.823)	34.931


 Jorge Francisco Henriques
 Diretor Presidente


 Robson Edgardo de Melo
 CRC 1SP/189409/C-4

VARA DISTRICTAL DE
 MONTE DOURADO
 Folha: n.º 5942/17

Marquesa S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016
e relatório de revisão dos auditores
independentes

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
Marquesa S.A.

- 1 Revisamos as demonstrações financeiras individuais da Marquesa S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Marquesa S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

- 2 A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

- 3 Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações financeiras (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao conhecimento do auditor independente que o leve a acreditar que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura aplicável de relatórios financeiros. Uma revisão de demonstrações financeiras de acordo com as referidas normas é um trabalho de assecuração limitada. Os procedimentos de revisão aplicados consistem, principalmente, em indagações à administração e a outros dentro da Companhia, conforme apropriado, bem como na execução de procedimentos analíticos, e avalia as evidências obtidas. Os procedimentos executados em uma revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Bases para conclusão com ressalva

Limitação de escopo

- 4 As demonstrações financeiras das empresas coligadas Princesa S.A. e Baronesa S.A. demonstradas na Nota 12, cujos investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, não foram examinadas nem revisadas por auditores independentes. O valor dos investimentos em 31 de dezembro de 2016 e dos prejuízos por eles produzidos no exercício findo nessa data totalizam, na controladora e no consolidado, R\$ 63.070 mil e R\$ 1.145 mil, respectivamente. Consequentemente, não foi praticável

2

Marquesa S.A.

determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações financeiras da Companhia, caso as informações financeiras das referidas empresas tivessem sido revisadas por auditores independentes.

Desvios contábeis

- 5 Como mencionado na Nota 12, a Companhia efetuou aportes de capital com projetos florestais (terras e florestas) nos exercícios de 2012 e 2013 nas empresas Princesa S.A. e Baronesa S.A. Considerando que a Companhia somente apura o valor justo dos ativos biológicos ao final de cada exercício, os referidos aportes foram realizados tomando como base o valor justo ao final do exercício anterior ao do aporte. Por falta de análises e controles específicos, não foi praticável, nas circunstâncias, mensurar os efeitos decorrentes desse assunto sobre o saldo dos investimentos mantidos pela Companhia naquelas empresas e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e seus correspondentes reflexos no resultado do exercício findo nessa data, bem como sobre as informações comparativas do exercício anterior.
- 6 Não estão sendo apresentadas de forma completa as notas explicativas às demonstrações financeiras relacionadas com gestão de risco financeiro, gestão de capital, qualidade de créditos dos ativos financeiros, divulgação de cláusulas restritivas (*convenants*) dos empréstimos e conciliação da alíquota efetiva dos tributos sobre a renda, como requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

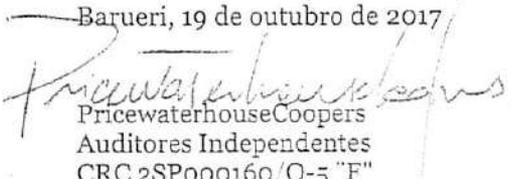
Conclusão com ressalva

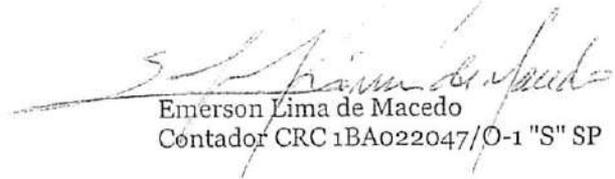
- 7 Com base em nossa revisão, exceto pelos eventuais efeitos decorrentes do assunto mencionado no parágrafo 4, pelos efeitos não quantificados, do assunto mencionado no parágrafo 5 e pela ausência das divulgações mencionadas no parágrafo 6 da seção "Bases para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marquesa S.A. e da Marquesa S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase - Continuidade operacional

- 8 Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 236.215 mil na controladora e de R\$ 239.248 mil no consolidado. Apesar dessa situação, entre outras descritas na Nota 1, suscitar dúvida substancial sobre sua continuidade operacional, a administração da Companhia desenvolveu plano de negócios, que projeta receitas futuras suficientes para atender aos compromissos de curto prazo, assegurar a realização dos ativos, assim como absorver os prejuízos acumulados pela Companhia até 31 de dezembro de 2016. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude das incertezas associadas à realização das premissas contidas nos planos da Administração. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Barueri, 19 de outubro de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"


Emerson Lima de Macedo
Contador CRC 1BA022047/O-1 "S" SP

Marquesa S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015		2016	2015	2016	2015
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	103	2.049	107	2.055	Fornecedores	22.476	22.295	23.229	23.358
Contas a receber (Nota 7)	11.303	11.548	12.311	12.157	Fornecedores - partes relacionadas (Nota 11)	2.646	792	2.646	780
Estoques	1.818	2.270	1.842	3.584	Financiamentos (Nota 15)	112.477	120.960	112.477	120.960
Adiantamentos a fornecedores	878	1.132	1.127	1.290	Impostos parcelados (Nota 16)	263	600	263	600
Impostos a recuperar (Nota 8)	506	358	506	477	Adiantamentos de clientes	267	273	267	427
Despesas antecipadas		558		558	Salários e encargos sociais	9.269	5.704	10.486	6.254
Demais contas a receber	278	234	278	234	Contribuições sociais e impostos a recolher	11.422	7.523	11.743	7.577
	14.886	18.149	16.171	20.355	Compromissos por compra de bens (Nota 17)	4.377	5.120	4.377	5.120
					Outros passivos	4.900	2.255	5.195	2.494
						168.097	165.522	170.683	167.570
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Financiamentos (Nota 15)	1.863	5.926	1.863	5.926
Mútuo - partes relacionadas (Nota 11)	128.894	150.496	123.601	146.285	Impostos parcelados (Nota 16)	1.886	1.724	1.886	1.724
Impostos a recuperar (Nota 8)	5.356	5.827	5.356	5.829	Mútuo - partes relacionadas (Nota 11)	63.866	43.391	63.866	43.391
Depósitos judiciais (Nota 19)	2.382	2.219	2.382	2.219	Tributos diferidos (Nota 18)	10.660	11.560	12.392	13.292
Devedores por sociedades em conta de participação (Nota 9)	479	479	479	479	Provisão para contingências (Nota 19)	4.729	1.100	4.729	1.100
Adiantamentos a fornecedores - fomento (Nota 10)	13.182	14.463	13.182	14.463		83.004	63.701	84.736	65.433
Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 11)	3.162	3.162							
	153.455	176.646	145.000	169.275	Total do passivo	251.101	229.223	255.419	233.003
					Patrimônio líquido (Nota 21)				
Investimentos (Nota 12)	58.632	62.327	63.070	64.215	Capital social	136.484	136.484	136.484	136.484
Imobilizado (Nota 13)	42.977	44.917	48.588	50.555	Reservas de capital	1.312	1.312	1.312	1.312
Ativo biológico (Nota 14)	56.284	53.706	56.284	53.706	Ajustes de avaliação patrimonial	31.881	32.013	31.881	32.013
	311.348	337.596	312.942	337.751	Prejuízos acumulados	(94.544)	(43.287)	(94.544)	(43.287)
						75.133	126.522	75.133	126.522
					Participação dos não controladores			(1.439)	(1.419)
					Total do patrimônio líquido	75.133	126.522	73.694	125.103
Total do ativo	326.234	355.745	329.113	358.106	Total do passivo e do patrimônio líquido	326.234	355.745	329.113	358.106

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marquesa S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita líquida de vendas (Nota 22)	71.661	95.707	72.357	96.954
Custo das vendas (Nota 23)	(81.441)	(95.732)	(84.015)	(97.816)
Varição do valor justo dos ativos biológicos (Nota 14)	(2.918)	(4.709)	(2.918)	(4.709)
Prejuízo bruto	(12.698)	(4.734)	(14.576)	(5.571)
Despesas operacionais				
Com vendas (Nota 23)	(1.239)	(2.919)	(1.245)	(3.051)
Gerais e administrativas (Nota 23)	(5.485)	(4.821)	(6.017)	(5.733)
Outras receitas (despesas), líquidas	(2.674)	7.197	(2.786)	7.197
	(9.398)	(543)	(10.058)	(1.587)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias	(22.096)	(5.277)	(24.624)	(7.158)
Resultado financeiro (Nota 25)				
Despesas financeiras	(27.206)	(25.157)	(27.248)	(25.242)
Receitas financeiras	250	263	250	263
Variações monetárias e cambiais, líquidas	458	(2.751)	458	(2.751)
	(26.498)	(27.645)	(26.540)	(27.730)
Resultado de participações societárias (Nota 12(c))				
Equivalência patrimonial	(3.695)	(70.980)	(1.145)	(69.014)
	(3.695)	(70.980)	(1.145)	(69.014)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(52.289)	(103.902)	(52.309)	(103.902)
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 18)	900	3.827	900	3.827
Prejuízo líquido do exercício	(51.389)	(100.075)	(51.409)	(97.369)
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			(51.389)	(100.075)
Acionistas não controladores			(20)	
	(51.389)		(51.409)	(100.075)
Prejuízo por ação (expresso em R\$ por ação) - básico e diluído (Nota 21(c))	(0,641)	(1,249)	(0,641)	(1,249)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Marquesa S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(51.389)	(100.075)	(51.409)	(100.075)
Outros componentes do resultado abrangente				
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido (Nota 13)	<u>132</u>	<u>137</u>	<u>132</u>	<u>137</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(51.257)</u>	<u>(99.938)</u>	<u>(51.277)</u>	<u>(99.938)</u>
Atribuível				
Acionistas da Companhia			(51.277)	(99.938)
Participação dos não controladores			<u>(20)</u>	<u> </u>
			<u>(51.297)</u>	<u>(99.938)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Atribuível aos controladores da Controladora											
	Reservas de capital					Reserva de lucros						Participação dos controladores
	Capital social	Ágio	Incentivos fiscais	Incrementos florestais	Total	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros não realizados	Reserva Legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	
Em 31 de dezembro de 2014	136.484	1.228	15	69	1.312	32.150	32.469	6.235	17.947		226.597	(1.419)
Resultado abrangente do exercício:												
Prejuízo líquido do exercício										(100.075)	(100.075)	
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido (Nota 13)						(137)				137		
Absorção dos prejuízos acumulados							(32.469)	(6.235)	(17.947)	56.651		
Em 31 de dezembro de 2015	136.484	1.228	15	69	1.312	32.013				(43.287)	126.522	(1.419)
Resultado abrangente do exercício:												
Prejuízo líquido do exercício										(51.389)	(51.389)	(20)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido (Nota 13)						(132)				132		
Em 31 de dezembro de 2016	136.484	1.228	15	69	1.312	31.881				(94.544)	75.133	(1.439)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marquesa S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(52.289)	(103.902)	(52.309)	(103.902)
Ajustes				
Provisão para créditos de realização duvidosa	(32)	(257)	(32)	(257)
Provisão (reversão) para perdas – impostos a recuperar		(5.717)		(5.717)
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	3.629	(1.479)	3.629	(1.479)
Ganho na venda de participação societária				
Resultado de participações societárias	3.695	70.980	1.145	69.014
Varição do valor justo de ativos biológicos	2.918	4.709	2.918	4.709
Depreciação e exaustão	3.855	6.870	3.882	6.893
Encargos financeiros sobre parcelamentos	60	142	60	142
Encargos financeiros sobre financiamentos	20.908	20.689	20.908	20.689
Varição cambial sobre financiamentos e compromissos a pagar	125	1.438	125	1.438
	(17.131)	(6.527)	(19.675)	(8.470)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	277	(1.482)	227	(2.333)
Estoques	452	(1.810)	1.742	(2.951)
Adiantamentos a fornecedores	254	(243)	163	(308)
Impostos a recuperar	323	250	444	337
Demais contas a receber	(44)	61	(44)	61
Despesas antecipadas	558	(558)	558	(558)
Depósitos judiciais	(163)	(127)	(163)	(127)
Adiantamentos a fornecedores - fomento	1.281	(527)	1.281	(527)
Fornecedores	181	9.870	2.094	10.994
Fornecedores - partes relacionadas	1.854	(9.946)	(706)	(9.795)
Salários e encargos sociais	3.565	3.060	4.232	3.557
Contribuições sociais e impostos a recolher	3.899	3.936	4.166	3.987
Adiantamentos de clientes	(6)	(262)	(160)	(360)
Outros passivos	2.644	917	2.701	917
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	(2.056)	(3.388)	(3.140)	(5.576)
Juros pagos sobre financiamentos	(16.514)	(16.804)	(16.514)	(16.804)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) das atividades operacionais	(18.570)	(20.192)	(19.654)	(22.380)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado		(471)		(589)
Baixa de bens do imobilizado	222		222	
Custos apropriados ao ativo biológico	(6.104)	(7.422)	(6.104)	(7.422)
Adiantamentos a fornecedores – compra de madeira e imobilizado	(1.529)	2.549	(1.529)	2.549
Partes relacionadas	42.078	2.392	43.160	4.686
Caixa líquido gerado (aplicado nas) das atividades de investimentos	34.667	(2.952)	35.749	(776)

Marquesa S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

(continuação)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Amortização de parcelamentos	(235)	(181)	(235)	(181)
Ingresso de financiamento	6.374	29.744	6.374	29.744
Amortização de principal de financiamentos	(24.182)	(5.784)	(24.182)	(5.784)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de financiamentos	(18.043)	23.779	(18.043)	23.779
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.946)	635	(1.948)	623
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.049	1.414	2.055	1.432
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	103	2.049	107	2.055

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Marquesa S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Rua Quinto Cavani, 101B - Quadra G, Setor Industrial no município de Itapeva, Estado de São Paulo, tendo como principal acionista controlador a Saga Investimentos e Participações do Brasil S.A. ("SAGA").

A Companhia e suas controladas (o "Grupo") tem por atividades preponderantes a sustentabilidade e manutenção de florestas, a implementação e administração de projetos de reflorestamento, a industrialização e comercialização de madeira e seus subprodutos, a prestação de serviços de plantio e manutenção de florestas e a participação em outras sociedades, inclusive Sociedades em Conta de Participação (SCPs).

A Companhia e suas controladas fazem a gestão de uma área total de 28.000 hectares (2015 – 28.000) de florestas próprias, áreas arrendadas e de fomento florestal e firmaram com a International Paper Embalagens S.A. em 14 de janeiro de 2013 contrato denominado como "Fornecimento de Madeira", tendo como objetivo o fornecimento de produtos florestais (madeira) destinados ao processo de fabricação de celulose e/ou produção de energia por um prazo de 25 anos, contados a partir de sua assinatura. Neste contexto, existe cláusula de comprometimento comercial, onde a Companhia e suas investidas assumiram a responsabilidade de fornecer no mínimo 50% (cinquenta por cento) do volume necessário à plena atividade da unidade de fabricação de celulose e papel para celulose da International Paper S.A. situada em Nova Campina – SP.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia, por força da alteração do seu controle de reestruturação societária dentro do mesmo Grupo Econômico, passou a deter créditos a receber da sua nova controladora Saga Investimentos e Participações do Brasil S.A. por assunção de débitos da Jari Celulose Papel e Embalagens S.A., originados inicialmente por aportes de recursos à Jari Celulose Papel e Embalagens S.A. em período de transformação do parque fabril.

O plano previsto para realização desse crédito, no montante de R\$ 120.956 (2015 – R\$ 139.434) (Nota 11), pela Controladora consiste fundamentalmente na obtenção de recursos financeiros pela própria atividade de uma de suas controladas Jari Celulose Papel e Embalagens S.A. através de quatro parcelas previstas para os exercícios de 2017 (R\$ 27.500) 2018 (R\$ 27.500) 2019 (R\$ 30.000) 2020 (R\$ 35.956). Considerando que a Jari Celulose Papel e Embalagens S.A. é subsidiária integral da Saga Investimentos e Participações do Brasil S.A., esses valores seriam vertidos via posicionamento de dividendos, caso as condições permitam, ou alternativamente pela liquidação de débitos existentes com outras Holdings de controle do Grupo.

Adicionalmente a Controladora também poderá gerar outros recursos para a liquidação do montante do crédito vertido para a Marquesa S.A. tais como:

- venda de parte do maciço florestal em áreas arrendadas;
- venda de outros ativos pertencentes como por exemplo cessão de direitos sobre exploração do subsolo, direito minerais sobre jazidas identificadas nas áreas da Jari Celulose Papel e Embalagens S.A e Marquesa S.A;
- parcerias societárias ou novos negócios com terceiros via participação em sociedades, ou direitos de privilégio, utilizando-se das condições existentes nos negócios afins;

A administração da Companhia possui convicção que a sua Controladora possui vários elementos a sua disposição, para explorá-los, mediante o que se demonstrar mais viável e conveniente às circunstâncias e interesses, possibilitando liquidar os créditos mantidos.

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2016, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam prejuízo de R\$ 51.389 (2015 – R\$ 100.075) na controladora e no consolidado e uma variação negativa de caixa de R\$ 1.946 (2015 - positiva de R\$ 635) na controladora e R\$ 1.498 (2015 – positiva de R\$ 623) no consolidado, gerada principalmente pela redução da dívida em R\$ 18.043 (2015 – aumento da dívida em R\$ 23.779) na controladora e consolidado. Apesar da redução do prejuízo, mas por apresentar alto índices de endividamento, a Companhia projeta uma melhora significativa nas Receitas e no EBITDA decorrentes, principalmente do negócio de serrados, que era inexpressivo até o ano de 2016 e deverá ser uma fonte importante de receita a partir de 2017 e principal fonte de receita a partir de 2018.

Segundo projeções da administração da Companhia, além da Companhia vender madeira bruta para a produção de papel, a unidade de negócios de Serrados deverá vender kits de moldura para o setor de construção civil nos Estados Unidos da América, aproveitando-se da desestruturação da cadeia produtiva norte americana.

Os acionistas da Companhia e suas controladas tem o compromisso e a capacidade financeira para manter aportes de recursos necessários para manter a continuidade das suas operações, motivo pelo qual a administração da Companhia determinou que as demonstrações financeiras sejam elaboradas com base nos princípios contábeis no pressuposto de continuidade.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 19 de outubro de 2017.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de determinadas classes de bens do ativo imobilizado, remensuração de ativos biológicos ao seu valor justo e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme aplicável.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(ii) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio (quando aplicável) identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(iii) Sociedades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Marquesa S.A. e de suas sociedades controladas, direta ou indiretamente, como mencionadas a seguir:

	Percentual de participação da Marquesa S.A.	
	2016	2015
Controladas diretas		
Santa Clara Agro Comercial Ltda.	100,00	100,00
Vale das Conchas Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.	65,00	65,00
Controladas indiretas (controladora Santa Clara Agro Comercial Ltda.)		
Brasil Timber Produtos Madeireiros S.A.	100,00	100,00

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas e *joint-ventures* são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto os saldos e as transações com as coligadas e ligadas são mantidos ao valor de custo. Os mesmos ajustes são feitos nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajustes de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do consolidado são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. As controladas e joint-ventures também adotam o real como moeda funcional e de apresentação.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa.

2.5 Ativos financeiros

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem principalmente "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber de clientes", "Partes relacionadas" e "Depósitos judiciais".

2.5.1 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5.2 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.3 Impairment de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem dentre outros:

- (a) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (b) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (c) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.

2.6 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia e suas controladas não mantém operações com instrumentos financeiros derivativos refletidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, assim como não realizou operações com derivativos financeiros (contratos de *swap*, troca de moedas ou indexadores, contratos futuros, mercado a termo e de opções, entre outros), nesses exercícios.

2.7 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de realização duvidosa (*impairment*). Na prática, são normalmente reconhecidas pelo valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente.

2.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

2.10 Investimentos em controladas e coligadas ou *joint venture*

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O excesso: (i) de contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Quando o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a mensuração da participação mantida anteriormente for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. O ágio (Nota 11(b)) está fundamentado pelo valor das terras e não sofre amortização, estando sujeito a testes anuais de recuperação.

Os investimentos em empresas controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

Quando a participação da Companhia nas perdas acumuladas das controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia reconhece perdas adicionais. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada na conta "provisão para passivo a descoberto".

(b) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, sendo Princesa S/A e Baronesa S/A.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

A Companhia e suas controladas optaram por adotar o custo atribuído (*deemed cost*) para os bens da rubrica "Terras para reflorestamento" e "Veículos pesados". Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários correspondentes.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Terrenos e terras para reflorestamento não são depreciados. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos ou seus valores reavaliados aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como apresentada a seguir. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a administração da Companhia e de suas controladas avaliou as taxas atuais e entenderam que são adequadas, considerando que não houve nenhuma mudança operacional relevante.

	<u>Anos</u>
Veículos pesados	9
Edificações e benfeitorias	25
Equipamentos de informática	5
Equipamentos, ferramentas e instalações, instalações industriais e móveis e utensílios	10

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas ou despesas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem bens do ativo imobilizado que esperam abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

2.12 Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem a florestas de eucalipto e pinus, os quais são destinados para venda a terceiros, além de desdobramento de toras e produção de produtos madeireiros, quando exauridos. O processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de 12 - 18 anos, variável com base na cultura e material genético a que se refere. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento do corte. Sua exaustão é calculada com base no corte das florestas. A avaliação dos ativos biológicos é feita anualmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado no período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "Variação do valor justo dos ativos biológicos". O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período, menos os custos incorridos de plantio no desenvolvimento dos ativos biológicos e ativos biológicos exauridos no período.

2.13 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.14 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.15 Fornecedores

Correspondem a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar serão apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, considerando o prazo médio de 30 dias para pagamento aos fornecedores, sendo esse prazo considerado como parte das condições comerciais

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

inerentes às operações da Companhia e suas controladas, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16 Financiamentos

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor a pagar ao banco incluindo os custos de transação) e subsequentemente demonstrado pelo custo amortizado.

As despesas de juros são reconhecidas com base no método de taxas de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras, no resultado do exercício.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado quando gerado lucro tributável, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do relatório.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, ou de prejuízos ou créditos fiscais não utilizados. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.19 Outros ativos e passivos circulante e não circulante

Os demais ativos circulante e não circulantes estão demonstrados ao valor de custo ou de realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias auferidos.

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.20 Benefícios a funcionários - participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação nos lucros é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas não mantêm planos de pensão, de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios para seus funcionários e dirigentes após a saída da Companhia.

2.21 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios e inclui os rendimentos encargos e variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulante e não circulante, quando aplicável, e os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e (c) quando os respectivos riscos e recompensas são transferidos para o comprador.

2.22 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social.

3 Estimativas e julgamento contábeis críticos

As estimativas e julgamento contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, são: redução ao valor recuperável de contas a receber (Nota 7); revisão da vida útil e recuperação do ativo imobilizado (Nota 13); ativo biológico (Nota 14); tributos diferidos (Nota 18); e passivos contingentes (Nota 19).

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Política de gestão de riscos financeiros

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi e suas controladas definida pela Diretoria. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(a) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2016, os financiamentos totalizavam R\$ 114.340 controlada e consolidado, com encargos financeiros variáveis, baseados na flutuação do CDI (Nota 15).

(ii) Risco com taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuíam passivos denominados em dólares norte-americanos no montante de US\$ 1.151 (2015 - US\$ 1.151). Em virtude da baixa exposição ao risco não foi contratado nenhum instrumento financeiro de proteção.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, exposições de crédito de contas a receber em aberto e operações com partes relacionadas. A área de Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito dos clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas definidas pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para os clientes são geralmente interrompidas quando há evidência de inadimplência. Para os clientes com histórico de inadimplências, a administração exige em alguns casos o recebimento antecipado. A Companhia trabalha com instituições financeiras de primeira linha, *rating* mínimo "A", e com bancos regionais. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, exceto pela provisão para créditos de realização duvidosa, apresentada na Nota 7.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Companhia, sempre que necessitou de ajuste em sua estrutura de capital, pode contar com o aporte financeiro de seus acionistas.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área financeira.

Como mencionado na Nota 1 - Informações gerais, a Companhia no início de 2013, por força do contrato de fornecimento firmado com a empresa Orsa International Paper Embalagens S.A., vem fornecendo cerca

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de 50% do volume de madeira necessária a manutenção operacional da unidade de celulose e papel para celulose, situada em Nova Campina - SP, o que representa uma concentração de 70% de suas vendas para àquela empresa. A administração da Companhia entende que, com base nos fundamentos financeiros do negócio em si (fornecimento ainda que concentrado em um único cliente), a operação não apresenta risco de problemas financeiros no recebimento destes fornecimentos, pelas consequências advindas de eventuais inadimplementos ou suspensão no fornecimento. Independente desta operação específica (madeira para celulose), a administração vem desenvolvendo estudos de mercado, bem como da formação de outras parcerias comerciais e societárias, visando ampliar o campo de atuação comercial da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa		10	3	13
Banco - conta-movimento	2	174	3	177
Aplicações financeiras (*)	101	1.865	101	1.865
	<u>103</u>	<u>2.049</u>	<u>107</u>	<u>2.055</u>

(*) As aplicações financeiras possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A remuneração dessas aplicações financeiras é equivalente a 100% do CDI.

6 Instrumentos financeiros por categorias

	Controladora	
	2016	2015
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	103	2.039
Contas a receber	11.303	11.548
Demais contas a receber	278	234
Depósitos judiciais	2.382	2.219
Partes relacionadas	128.894	150.496
	<u>142.960</u>	<u>166.536</u>
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	22.476	22.295
Fornecedores - partes relacionadas	2.646	792
Financiamentos	114.340	126.886
Partes relacionadas	63.866	43.391
Compromissos por compra de bens	4.377	5.120
Outros passivos	4.900	2.255
	<u>212.605</u>	<u>200.739</u>

Marquesa S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	2016	2015
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	104	2.042
Contas a receber	12.311	12.157
Demais contas a receber	278	234
Depósitos judiciais	2.382	2.219
Partes relacionadas	123.601	146.285
	<u>138.676</u>	<u>162.937</u>
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	23.229	23.358
Fornecedores - partes relacionadas	2.646	780
Financiamentos	114.340	126.886
Partes relacionadas	63.866	43.391
Compromissos por compra de bens	4.377	5.120
Outros passivos	5.195	2.494
	<u>213.653</u>	<u>202.029</u>

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Clientes nacionais - terceiros	6.618	8.105	7.626	9.051
Clientes internacionais - terceiros	1.198	342	1.198	342
Clientes - partes relacionadas (Nota 11)	5.318	4.964	5.318	4.627
Provisão para créditos de realização duvidosa	(1.831)	(1.863)	(1.831)	(1.863)
	<u>11.303</u>	<u>11.548</u>	<u>12.311</u>	<u>12.157</u>

O prazo médio de recebimento é de 30 dias, sendo esse prazo considerado como parte das condições comerciais inerentes às operações da Companhia. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
A vencer	5.004	4.330	5.192	4.082
Vencidas de 1 a 30 dias	809	4.695	809	4.743
Vencidas de 31 a 60 dias	6	522	86	522
Vencidas há mais de 60 dias	7.315	3.864	8.055	4.673
	<u>13.134</u>	<u>13.411</u>	<u>14.142</u>	<u>14.020</u>

A provisão para créditos de realização duvidosa (*impairment*) é registrada no resultado do exercício como "Despesas com vendas". As movimentações na provisão para *impairment* de contas a receber são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Em 1º de janeiro	(1.863)	(1.607)	(1.863)	(1.607)
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(1.831)	(1.863)	(1.831)	(1.863)
Valores não usados, estornados	1.863	1.607	1.863	1.607
Em 31 de dezembro	<u>(1.831)</u>	<u>(1.863)</u>	<u>(1.831)</u>	<u>(1.863)</u>

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	118	118	118	129
Contribuição Social Retida na Fonte (CSLL)	49	93	49	93
Programa de Integração Social (PIS)	48	6	48	16
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	220	30	220	76
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	5.427	5.938	5.427	5.992
	5.862	6.185	5.862	6.306
Ativo não circulante - realizável a longo prazo	<u>(5.356)</u>	<u>(5.827)</u>	<u>(5.356)</u>	<u>(5.829)</u>
Ativo circulante	<u>506</u>	<u>358</u>	<u>506</u>	<u>477</u>

9 Devedores por sociedades em conta de participação

Refere-se aos valores a receber das sociedades em conta de participação e dos projetos administrados pela Companhia, regulamentados pela Lei nº 5.106, sendo substancialmente representados por:
(a) gastos de manutenção das florestas; (b) atualização monetária, até 31 de dezembro de 1995,

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

decorrente da captação de recursos de terceiros responsáveis por financiar esse ativo; (c) custos diretos e indiretos alocados aos projetos; e (d) receita de gerenciamento cobrada pela administração prestada a cada projeto.

A composição do saldo, por projeto administrado pela Companhia, é assim demonstrada:

	Consolidado e Controladora	
	Pinhalzinho 6	Total
Em 31 de dezembro de 2014	479	479
Em 31 de dezembro de 2015	479	479
Em 31 de dezembro de 2016	479	479

Com base em análise de recuperação procedida pela administração, estima-se que a realização desses ativos será a longo prazo e com rentabilidade positiva, que se dará por meio do reembolso dos custos incorridos pelos cotistas das sociedades e projetos, pelo desbaste das florestas ou pela aquisição de tais florestas pela própria Companhia, caso haja desistência formalizada desses participantes.

10 Adiantamentos a fornecedores - fomento

Está representado por investimentos em terras de terceiros, para os quais a Companhia efetua adiantamentos para cultivo do plantio, abatendo futuramente do valor de compra da madeira, não estando sujeitos a atualização monetária ou juros. Considerando o ciclo de formação florestal para a maturidade destes plantios, que variam de 12 a 18 anos, é comum na atividade, em determinadas fases de implementação do fomento, que os valores apresentem-se crescentes e por alguns exercícios sem movimentação.

A movimentação ocorrida está representada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2013	15.030	15.030
Adiantamentos concedidos	619	619
Abatimento pela aquisição de madeira	(364)	(364)
Transferência para florestas próprias	(1.349)	(1.349)
Em 31 de dezembro de 2014	13.936	13.936
Adiantamentos concedidos	32	32
Transferência para florestas próprias	495	495
Em 31 de dezembro de 2015	14.463	14.463
Abatimento pela aquisição de madeira	(1.281)	(1.281)
Em 31 de dezembro de 2016	13.182	13.182

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Partes relacionadas

	Contratadas										Total
	Controladora	Controladas			Ligadas			Ligadas			
	Saga Investimentos e Participações do Brasil S.A	Vale do Conchas Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.	Santa Clara Agro Comercial Ltda.	Princesa S.A.	Baronesa S.A.	Jari Produtos e Materiais de Mineração Ltda.	Santa Andréa Agro-Pecuária Ltda.	Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.	Jari Pulp LLC	Jari Florestal S.A	
Saldos											
Ativo circulante											
Contas a receber (Nota 7)								307	4.987	24	5.318
Realizável a longo prazo											
Mútuo (a)	120.956	813	4.480			2.645					128.894
Adiantamento para futuro aumento de capital		3.162									3.162
Passivo circulante											
Fornecedores					(86)		(2.560)				(2.646)
Mútuo				(16.090)	(40.545)		(7.231)				(63.866)
Transações											
Vendas				7.327	107		191		2.059		9.684
Prestação de serviços florestais								3.846		138	3.984
Compra de madeira em pé (pinus)				197	5.612						(5.809)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora							Ligadas		Consolidado
								2016	2015	
	Saga Investimentos e Participações do Brasil S.A.	Princesa S.A.	Baronesa S.A.	Jari Produtos e Materiais de Mineração Ltda.	-Santa Andréa Agro Pecuária Ltda.	Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.	Jari Pulp LLC.	Jari Florestal S.A..	Total	Total
Saldos										
Ativo circulante										
Contas a receber (Nota 7)						307	4.987	24	5.318	4.627
Realizável a longo prazo										
Mútuo (a)	120.956			2.645					123.601	146.285
Passivo circulante										
Fornecedores			(86)		(2.560)				(2.646)	(780)
Mútuo		(16.090)	(40.545)		(7.231)				(63.866)	(43.391)
Transações										
Vendas		7.327	107		191		2.059		9.684	4.244
Prestação de serviços florestais						3.846		138	3.984	8.903
Compra de madeira em pé (pinus)		197	5.612						(5.809)	(9.474)

(a) Através de “Contrato de Compra e Venda de Ações” firmado em 31 dezembro de 2014, a empresa Saga Investimentos e Participações S.A. adquiriu da então controladora Jari Celulose Pap Embalagens S.A. o controle acionário da Companhia, não gerando ganho ou perda na operação. Na mesma data foi celebrado o “Instrumento Particular de Cessão Onerosa e Transferência Crédito”, onde o valor de mútuo (2014- R\$ 105.055) mantido entre a Companhia e a JCPE em 31 de dezembro de 2014, foi cedido para Saga Investimentos e Participações S.A.

Os créditos e obrigações com partes relacionadas não estão sujeitos a encargos financeiros, como também não possuem garantias e vencimentos.

Remuneração da administração

A remuneração total dos administradores para o exercício foi de R\$ 538 (2015 - R\$ 214), que corresponde em sua totalidade a benefícios de curto prazo. Não há benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e nenhuma remuneração baseada em ações.

Em AGE realizada em 30 de dezembro de 2015, a controladora converteu o saldo de mútuo mantido com a controlada em aumento de capital no montante de R\$ 2.0 sendo assim, o capital da Companhia passou de R\$ 1.137 para R\$ 3.220 em consequência desta deliberação.

- (iv) Em 7 de julho de 2011, visando a busca de parcerias em projetos de reflorestamento, a Companhia, em conjunto com sua ligada "Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.", constituíram a SPE Baronesa S.A. e Princesa S.A., as quais tem como atividade a sustentabilidade e manutenção de florestas, a implementação e administração de projet reflorestamento, a industrialização e comercialização de madeiras e seus subprodutos. Após diversas movimentações societárias, a participação da Marquesa e outras empresas do Grupo Jari representa 50% das ações da Baronesa S.A. e Princesa S.A., e os outros 50% pertencem ao Grupo Resinas Brasil.

Em 30 de setembro de 2015, conforme AGE a sociedade Duquesa S.A. foi incorporada a Princesa S.A., por pertencerem ao mesmo grupo econômico e desempenharem mesma atividade econômica.

Em 23 de novembro de 2015, o Grupo Jari e o Grupo Resinas decidiram proceder à reorganização societária das empresas e determinados bens imóveis detidos pela Princesa S.A. e Baronesa S.A. foram revertidos a uma nova sociedade denominada "Agroflorestal 2HH", a título de integralização de aumento de capital social. Em razão reorganização societária, as partes decidiram proceder a permuta de ações de emissão da sociedade Princesa S.A. e Baronesa S.A. e de quotas do capital social da nova sociedade. Através do contrato de permuta de ações e de quotas e outras avenças, passando o Grupo Jari a deter 100% da participação societária da Princesa S.A. e Ba S.A.

Em 23 de fevereiro de 2016, conforme AGE a administração da sociedade Baronesa S.A optou pelo cancelamento de 7.346.965 ações mantidas em tesouraria, sem a redução do capital social. Em função do cancelamento das ações ora deliberado, o capital social da companhia de R\$ 28.639.281,04 passou a ser dividido em 7.346.965 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

(c) Movimentação dos investimentos

	Controladora				Total
	Santa Clara Agro Comercial Ltda.	Princesa S.A.	Baronesa S.A.	Vale do Conchas Indústria Madeiras Ltda.	
Em 31 de dezembro de 2014	2.714	153.695	16.097	(2.636)	169.870
Equivalência patrimonial	(1.966)	(68.632)	(382)		(70.980)
Dividendos recebidos		(36.563)			(36.563)
Em 31 de dezembro de 2015	748	48.500	15.715	(2.636)	62.327
Equivalência patrimonial	(2.514)	(5.929)	4.784	(36)	3.695
Em 31 de dezembro de 2016	(1.766)	42.571	20.499	(2.672)	58.632

	Consolidado		
	Princesa S.A.	Baronesa S.A.	Total
Em 31 de dezembro de 2014	153.695	16.097	169.792
Equivalência patrimonial	(68.632)	(382)	(69.014)
Dividendos recebidos	(36.563)		(36.563)
Em 31 de dezembro de 2015	48.500	15.715	64.215
Equivalência patrimonial	(5.929)	4.784	(1.145)
Em 31 de dezembro de 2016	42.571	20.499	63.070

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5973
Jm.

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Princesa S.A.

Em Assembleia de Constituição de Sociedade Anônima realizada em 7 de julho de 2011, foi constituída a Princesa S.A. com capital social de R\$ 10, mediante a emissão de 10.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, tendo como acionistas a Marquesa S.A. ("Marquesa") e a Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A. ("JCPE"), com 50% de participação cada uma.

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 21 de julho de 2011, foram aprovadas as seguintes deliberações: (a) laudo de avaliação de bens para aumento do capital social, (b) aumento do patrimônio líquido, mediante a capitalização dos ativos constantes do laudo de avaliação com data base de 31 de maio de 2011 (terras e florestas), representando o montante de R\$ 115.078 (Marquesa - R\$ 76.627 e JCPE - R\$ 38.451, representando 66,58% e 33,42% do capital social), mediante a emissão de 21.990.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em AGE realizada em 25 de outubro de 2011, foram aprovadas as seguintes deliberações: (a) Protocolo e Justificação da Cisão Parcial, (b) laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil em 30 de setembro relacionadas, nos montantes de R\$ 13.719 e R\$ 185, respectivamente). A posição acionária após a cisão parcial realizada é a seguinte: Marquesa - 63,31% correspondente a 8.218.435 ações e JCPE - 36,69% correspondente a 4.762.355 ações.

Em 26 de outubro de 2011, a Marquesa e a JCPE venderam, respectivamente, 6.305.067 e 4.762.355 ações ordinárias nominativas sem valor nominal para a Resinas Brasil Indústria e Comércio Ltda. - "Resinas" (2.213.225 ações) e para a Socer Brasil Indústria e Comércio Ltda. - "Socer" (8.854.197 ações). No caso da Marquesa a venda totalizou R\$ 33.066, sendo apurado um lucro na venda de R\$ 100. Após a venda realizada a posição acionária é a seguinte: Marquesa - 14,74%, Resinas - 17,05% e Socer - 68,21%.

Em AGE realizada em 15 de março de 2012 foram aprovadas as seguintes deliberações: (a) laudo de avaliação de bens para aumento de capital e (b) aumento do patrimônio líquido, mediante a capitalização dos ativos constantes do laudo de avaliação com data-base de 29 de fevereiro de 2012 (terras e florestas), representando o montante de R\$ 49.444 (Marquesa e JCPE - R\$ 34.026 e R\$ 15.418, respectivamente), mediante a emissão de 8.059.668 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A posição acionária após o referido aumento de capital social é a seguinte: Marquesa - 35,46%, JCPE - 11,94%, Resinas - 10,52% e Socer - 42,08%.

Em 4 de abril de 2012, a Marquesa e a JCPE venderam, respectivamente, 85.459 e 2.513.037 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal para Resinas (519.638 ações) e para a Socer (2.078.858 ações). No caso da Marquesa a venda totalizou R\$ 448, sendo apurado um prejuízo na venda de R\$ 167. A posição acionária após a referida venda é a seguinte: (a) Marquesa - 35,05%, (b) Resinas - 12,99% e (c) Socer - 51,96%.

Em AGE realizada em 30 de setembro de 2013, foram aprovadas as seguintes deliberações: (a) laudo de avaliação de bens para aumento do capital social, (b) aumento do patrimônio líquido, mediante a capitalização dos ativos constantes do laudo de avaliação com data base de 31 de agosto de 2013 (florestas), representando o montante de R\$ 10.003 realizado pela Marquesa, mediante a emissão de 3.371.790 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A posição acionária após o referido aumento de capital social é a seguinte: Marquesa - 44,02%, Resinas - 11,19% e Socer - 44,79%.

Visando efetuar a conclusão do acordo societário firmado entre o Grupo Jari e o Grupo Resinas Brasil, o qual estabeleceu a parceria em duas empresas com atividades e ativos florestais, a Baronesa S.A. e a Princesa S.A., cujo objetivo estabelecido foi compartilhar tanto a administração como a participação

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

societária em 50% (cinquenta por cento) para cada Grupo Econômico, em 22 de novembro de 2013, a Resinas Brasil (291.638 ações) e a Socer Brasil (1.168.156 ações), cederam e transferiram, por permuta definitiva, a quantidade de 1.459.794 ações que detinham na Princesa S.A. para a Companhia. A posição acionária após a referida transferência passou a ter a seguinte configuração:

- Marquesa S.A. - 50%
- Resinas Brasil Indústria e Comércio Ltda. - 10%
- Socer Brasil Indústria e Comércio Ltda. - 40%

Em 23 de novembro de 2015, conforme contrato de ações e de quotas, as sociedades decidiram desfazer a "joint venture" mantida entre o Grupo Jari e o Grupo Resinas, onde o Grupo Jari permaneceu como único acionista da Sociedade Princesa S.A. A posição acionária após a referida transferência passou a ter a seguinte configuração:

- Marquesa S.A. - 50%
- Santa Andrea Agropecuária Ltda. - 50%

Baronesa S.A.

Em Assembleia de Constituição de Sociedade Anônima realizada em 7 de julho de 2011, foi constituída a Baronesa S.A. com capital social de R\$ 10, mediante a emissão de 10.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, tendo como acionistas a Marquesa S.A. ("Marquesa") e a Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A. ("JCPE"), com 50% de participação cada uma.

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 22 de julho de 2011, foram aprovadas as seguintes deliberações: (a) laudo de avaliação de bens para aumento do capital social, (b) aumento do patrimônio líquido, mediante a capitalização dos ativos constantes do laudo de avaliação com data base de 31 de maio de 2011 (terras e florestas), representando o montante de R\$ 135.762 (Marquesa - R\$ 58.147, JCPE - R\$ 16.554 e Santa Andrea Agropecuária Ltda. ("Santa Andrea") - R\$ 61.061), representando 42,83%, 12,20% e 44,97% do capital social), mediante a emissão de 21.990.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em AGE realizada em 28 de janeiro de 2012, foram aprovadas as seguintes deliberações: (a) Protocolo e Justificação da Cisão Parcial, (b) laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil em 31 de dezembro de 2011 e (c) cisão parcial com conseqüente redução do capital social e do patrimônio líquido, com versão da parcela cindida em dimensões desproporcionais para a Marquesa e para a Santa Andrea, observadas, respectivamente, a origem de cada ativo cindido, em franca observação de propriedade existente antes da capitalização realizada na Companhia em AGE de 22 de julho de 2011 (Marquesa - R\$ 57.872 e Santa Andrea - R\$ 24.305, representados por terras e florestas) e (d) aumento de capital mediante a conferência de bens e créditos, no montante de R\$ 3.726 (Marquesa - terras e florestas, no montante de R\$ 2.543 e JCPE - contas a receber da Companhia, no montante de R\$ 1.183).

Em 22 de março de 2012, a Marquesa, a JCPE e a Santa Andrea venderam, respectivamente, 1.777.321, 2.846.639 e 955.893 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal para a Resinas (4.463.882 ações) e para a Socer (1.115.971 ações). No caso da Marquesa a venda totalizou R\$ 13.150, sendo apurado um lucro na venda de R\$ 288. Após a venda realizada a posição acionária é a seguinte: Santa Andrea - 50%, Resinas - 40% e Socer - 10%.

Em AGE realizada em 30 de setembro de 2013, foram aprovadas as seguintes deliberações: (a) laudo de avaliação de bens para aumento do capital social, (b) aumento do patrimônio líquido, mediante a capitalização dos ativos constantes do laudo de avaliação com data base de 31 de agosto de 2013 (terras e

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

florestas), representando o montante de R\$ 25.023 (Marquesa - R\$ 24.788 e JCPE - R\$ 235), mediante a emissão de 3.534.224 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A posição acionária após o referido aumento de capital social é a seguinte: Santa Andrea - 37,97%, Marquesa - 23,83%, JCPE - 0,23%, Resinas - 30,38% e Socer - 7,59%.

Visando efetuar a conclusão do acordo societário firmado entre o Grupo Jari e o Grupo Resinas Brasil, o qual estabeleceu a parceria em duas empresas com atividades e ativos florestais, a Baronesa S.A. e a Princesa S.A., cujo objetivo estabelecido foi compartilhar tanto a administração como a participação societária em 50% (cinquenta por cento) para cada Grupo Econômico, em 22 de novembro de 2013, a Companhia cedeu e transferiu, por permuta definitiva a quantidade de 1.767.112 ações da Baronesa S.A., sendo 1.413.600 ações para a Resinas Brasil e 353.422 para a Socer Brasil. A posição acionária após a referida transferência passou a ter a seguinte configuração:

- Marquesa S.A. - 11,80%
- Saga Investimentos e Participações do Brasil S.A. - 0,23%
- Resinas Brasil Indústria e Comércio Ltda. - 40%
- Socer Brasil Indústria e Comércio Ltda. - 10%
- Santa Andrea Agropecuária Ltda. - 37,97%

Em 23 de novembro de 2015, conforme contrato de ações e de quotas, as sociedades decidiram desfazer a "joint venture" mantida entre o Grupo Jari e o Grupo Resinas, onde o Grupo Jari permaneceu como único acionista da Sociedade Baronesa S.A. A posição acionária após a referida transferência passou a ter a seguinte configuração:

- Santa Andrea Agropecuária Ltda. - 37,97%
- Marquesa S.A. - 11,80%
- Jari Celulose Papel e Embalagens S.A. - 0,23%
- Ações em tesouraria - 50%

Em 23 de fevereiro de 2016, conforme AGE a administração da sociedade Baronesa S.A optou pelo cancelamento de 7.346.965 ações mantidas em tesouraria, sem a redução do capital social. Em função do cancelamento das ações ora deliberado, o capital social da companhia de R\$ 28.639.281,04 passou a ser dividido em 7.346.965 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal. A posição acionária após o referido cancelamento passou a ter a seguinte configuração:

- Santa Andrea Agropecuária Ltda. - 75,94%
- Marquesa S.A. - 23,60%
- Jari Celulose Papel e Embalagens S.A. - 0,46%

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imobilizado

	Controladora				
	Imobilizado florestal			Imobilizado operacional	Imobilizado total
	Veículos pesados	Terras para reflorestamento	Total		
Em 31 de dezembro de 2014	6.234	39.190	45.424	548	45.972
Aquisições	455		455	235	690
Depreciação	(1.625)		(1.625)	(120)	(1.745)
Em 31 de dezembro de 2015	5.064	39.190	44.254	663	44.917
Baixas				(222)	(222)
Depreciação	(1.610)		(1.610)	(108)	(1.718)
Em 31 de dezembro de 2016	3.454	39.190	42.644	333	42.977

	Consolidado				
	Imobilizado florestal			Imobilizado operacional	Imobilizado total
	Veículos pesados	Terras para reflorestamento	Total		
Em 31 de dezembro de 2014	6.234	44.528	50.762	753	51.515
Aquisições	455		455	353	808
Depreciação	(1.625)		(1.625)	(143)	(1.768)
Em 31 de dezembro de 2015	5.064	44.528	49.592	963	50.555
Baixas				(222)	(222)
Depreciação	(1.610)		(1.610)	(135)	(1.745)
Em 31 de dezembro de 2016	3.454	44.528	47.982	606	48.588

A composição do imobilizado operacional pode ser assim demonstrada:

	Controladora			
			2016	2015
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	108		108	108
Equipamentos, ferramentas e instalações	1.007	(873)	134	208
Móveis e utensílios	175	(135)	40	50
Equipamentos de informática	298	(247)	51	77
Imobilização em andamento				220
	1.588	(1.255)	333	663

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
			2016	2015
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	210		210	210
Equipamentos, ferramentas e instalações	1.174	(905)	269	359
Móveis e utensílios	181	(136)	45	56
Equipamentos de informática	348	(266)	82	118
Imobilização em andamento				220
	<u>1.913</u>	<u>(1.307)</u>	<u>606</u>	<u>963</u>

Adoção do custo atribuído (*deemed cost*)

Conforme faculdade prevista no CPC 27 e na ICPC 10, a Companhia adotou em 31 de dezembro de 2009 o valor justo como custo atribuído aos bens do ativo imobilizado, que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ao seu valor justo; ou seja, os custos a serem atribuídos aos bens foram apurados para que estes ativos refletissem seu valor justo passando este a ser considerado como novo valor de custo do imobilizado. O momento do referido ajuste, líquido dos efeitos tributários, teve como contrapartida a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido.

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Depreciação do ajuste de avaliação patrimonial IRPJ e CSLL diferidos	200 (68)	207 (70)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	<u>132</u>	<u>137</u>

Perdas pela não recuperabilidade do imobilizado (*impairment*)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima de seu valor recuperável e, dessa forma, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Ativo biológico

	Controladora		
	Arrendamento florestal	Florestas de pinus	Total
Em 1 ^a de janeiro de 2015			
Ajuste do valor justo	(118)	(4.591)	(4.709)
Reapropriação do custo florestal	(2.826)	2.826	
Gastos com plantio e outros		2.051	2.051
Adiantamento a fornecedores		2.601	2.601
Exaustão		(5.123)	(5.123)
Em 31 de dezembro de 2015	<u>1.709</u>	<u>51.997</u>	<u>53.706</u>
Custo total	5.672	121.563	127.235
Exaustão acumulada	<u>(3.963)</u>	<u>(69.566)</u>	<u>(73.529)</u>
Valor contábil, líquido	<u>1.709</u>	<u>51.997</u>	<u>53.706</u>
Em 1 ^a de janeiro de 2016			
Ajuste do valor justo	56	(2.974)	(2.918)
Reapropriação do custo florestal	587	(587)	
Gastos com plantio e outros		6.104	6.104
Adiantamento a fornecedores		1.529	1.529
Exaustão	(626)	(1.511)	(2.137)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>1.726</u>	<u>54.558</u>	<u>56.284</u>
Custo total	6.315	125.635	131.950
Exaustão acumulada	<u>(4.589)</u>	<u>(71.077)</u>	<u>(75.666)</u>
Valor contábil, líquido	<u>1.726</u>	<u>54.558</u>	<u>56.284</u>

Marquesa S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	Arrendamento florestal	Florestas de pinus	Total
Em 1º de janeiro de 2015			
Ajuste do valor justo	(118)	(4.591)	(4.709)
Reapropriação do custo florestal	(2.826)	2.826	
Gastos com plantio e outros		2.051	2.051
Adiantamento a fornecedores		2.601	2.601
Exaustão		(5.123)	(5.123)
Em 31 de dezembro de 2015	<u>1.709</u>	<u>51.997</u>	<u>53.706</u>
Custo total	5.672	121.563	127.235
Exaustão acumulada	(3.963)	(69.566)	(73.529)
Valor contábil, líquido	<u>1.709</u>	<u>51.997</u>	<u>53.706</u>
Em 1º de janeiro de 2016			
Ajuste do valor justo	56	(2.974)	(2.918)
Reapropriação do custo florestal	587	(587)	
Gastos com plantio e outros		6.104	6.104
Adiantamento a fornecedores		1.529	1.529
Exaustão	(626)	(1.511)	(2.137)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>1.726</u>	<u>54.558</u>	<u>56.284</u>
Custo total	6.315	125.635	131.950
Exaustão acumulada	(4.589)	(71.077)	(75.666)
Valor contábil, líquido	<u>1.726</u>	<u>54.558</u>	<u>56.284</u>

Os ativos biológicos da Companhia, compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel e vendas de toras de madeira para terceiros. A Companhia e suas controladas fazem a gestão de uma área total de 28.000 hectares de florestas próprias, áreas arrendadas e de fomento florestal, desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento a legislação ambiental brasileira.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo.

A Companhia contratou a empresa especializada Solufor Soluções Florestais Ltda., que realizou a avaliação de suas florestas para o ano de 2016, emitindo laudo de avaliação técnica observando os procedimentos estabelecidos no CPC 29 - "Ativo Biológico e Produto Agrícola", assim como em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para avaliação de propriedade rural, que consiste em apurar o valor econômico dos plantios florestais, retratando a situação existente na Companhia em 31 de dezembro de 2016, quanto aos plantios existentes. O período dos fluxos de caixa foi projetado de acordo com o ciclo de produtividade das áreas objeto de avaliação.

Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, material genético, potencial produtivo, rotação e idade das florestas. O conjunto dessas características compõe um índice denominado Incremento Médio Anual (IMA), expresso em

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade. O plano de corte das culturas mantidas pela Companhia é variável entre seis e sete anos para eucalipto e entre quatorze e quinze anos para pinus.

Os preços dos ativos biológicos, denominados em reais/metro cúbico, são obtidos através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referentes a terras, em decorrência de se tratarem de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo.

Em 2016, a administração adotou a taxa de desconto de 8,6% (8,5% em 2015) para apuração dos valores presentes, por entender que a referida taxa reflete com maior propriedade os juros e descontos praticados no mercado financeiro e empresarial.

15 Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Em moeda nacional				
Capital de Giro (CPR – Cédula de Crédito Rural)	106.277	116.686	106.277	116.686
Financiamentos de equipamentos – FINAME	3.051	4.218	3.051	4.218
Adiantamento de Contrato de Câmbio e Cambiais Entregues (ACC / ACE)	5.012	5.982	5.012	5.982
	114.340	126.886	114.340	126.886
Passivo circulante	(112.477)	(120.960)	(112.477)	(120.960)
Passivo não circulante	1.863	5.926	1.863	5.926

O montante do endividamento em moeda nacional se divide em:

- Capital de Giro e Cédula de Produtor Rural (CPR) com encargos financeiros de CDI + 5,5% ao ano, com pagamentos mensais de juros e carência de principal no ano de 2015. Garantidos por penhor florestal, além de notas promissórias e avais dos acionistas controladores.
- Operações FINAME/PSI com encargos financeiros fixos de 6% ao ano, com carência de 6 meses e prazo total de 60 meses. São garantidos por alienação fiduciária dos bens objetos do financiamento e aval dos acionistas controladores.
- Operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio e Cambiais Entregues (ACC / ACE) com taxa pré-fixada de 7% ao ano, garantido por aval dos acionistas controladores.

O montante em longo prazo descrito acima tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ano	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
2017		4.063		4.063
2018	1.061	1.061	1.061	1.061
2019	802	802	802	802
	<u>1.863</u>	<u>5.926</u>	<u>1.863</u>	<u>5.926</u>

A Companhia possui entre suas operações, um contrato que prevê cláusulas de "covenants" ligados a índices financeiros e obrigações assumidas. A Companhia encontra-se em estágio avançado de negociação com o Banco credor, para repactuação e alongamento desse contrato. Desta forma não haverá impacto futuro nos fluxos de caixa da Companhia e do consolidado pela exigência de antecipação do pagamento, considera ainda que atualmente, possui todas as condições de arcar com as liquidações previstas no contrato.

16 Impostos parcelados - passivo circulante e não circulante

Em junho de 2011, a Companhia utilizou-se dos benefícios da Lei nº 11.941/09, aderindo ao parcelamento dos débitos junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil, incluindo todos os processos que constavam em discussão judicial relativos ao Imposto Territorial Rural (ITR). O saldo já se encontra consolidado e foi parcelado em 161 parcelas com vencimento final em outubro de 2024.

A movimentação do referido parcelamento pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2014	2.363	2.363
Atualização monetária	142	142
Pagamentos realizados	(181)	(181)
Em 31 de dezembro de 2015	2.324	2.324
Atualização monetária	60	60
Pagamentos realizados	(235)	(235)
Em 31 de dezembro de 2016	2.149	2.149
Passivo circulante	(263)	(263)
Passivo não circulante	<u>1.886</u>	<u>1.886</u>

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Compromissos por compra de bens

	Controladora	
	2016	2015
Por compra de quotas do capital (*)		
Em moeda estrangeira	3.753	4.496
Em moeda nacional	624	624
	<u>4.377</u>	<u>5.120</u>
	Consolidado	
	2016	2015
Por compra de quotas do capital (*)		
Em moeda estrangeira	3.753	4.496
Em moeda nacional	624	624
	<u>4.377</u>	<u>5.120</u>

(*) Está representado pelo saldo remanescente a pagar decorrente da aquisição de quotas do capital social da empresa Santa Andréa Agro-Pecuária Ltda. (pertencente a Saga Investimentos), equivalente a US\$ 1.151 mil em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Sobre o saldo devedor em moeda estrangeira incidem variação cambial.

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição dos saldos de tributos diferidos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativo não circulante				
Prejuízos fiscais a compensar	3.359	3.643	3.359	3.643
Bases de cálculo negativa da contribuição social	1.209	1.311	1.209	1.311
	<u>4.568</u>	<u>4.954</u>	<u>4.568</u>	<u>4.954</u>
Passivo não circulante				
Valor justo de ativos biológicos	(108)	(1.326)	(108)	(1.326)
Custo atribuído (<i>deemed cost</i>) sobre terras para reflorestamento e veículos pesados	(3.071)	(3.139)	(4.803)	(4.871)
Reavaliação de terras para reflorestamento	(12.049)	(12.049)	(12.049)	(12.049)
	<u>(15.228)</u>	<u>(16.514)</u>	<u>(16.960)</u>	<u>(18.246)</u>
Líquido	<u>(10.660)</u>	<u>(11.560)</u>	<u>(12.392)</u>	<u>(13.292)</u>

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas controladas possuíam prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável, para serem compensados com lucros tributáveis futuros, nos montantes de R\$ 121.680 (2015 - R\$ 86.626), R\$ 121.710 (2015 - R\$ 86.656) e R\$ (3.597) (2015 - R\$ (256)), respectivamente. Os prejuízos fiscais e as bases de cálculo negativas da contribuição social não possuem prazo de prescrição, todavia, por não serem atendidas todas as premissas estabelecidas nas normas contábeis, foi registrado crédito tributário limitado ao montante da obrigação tributária diferida passiva, montantes esses calculados observando a limitação de 30% para compensação dos prejuízos fiscais e das bases de cálculo negativa da contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, decorrem do valor justo de ativos biológicos, custo atribuído e reavaliação. A realização dos referidos tributos diferidos considera os prazos de depreciação, exaustão e venda ou baixa dos ativos avaliados.

A movimentação líquida do imposto de renda e contribuição social diferidos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
No início do exercício	(11.560)	(15.387)	(13.292)	(17.119)
Realização do imposto de renda diferido ativo	(385)	(1.640)	(385)	(1.640)
Realização do imposto de renda diferido passivo	1.285	5.467	1.285	5.467
Efeito no resultado	900	3.827	900	3.827
No final do exercício	(10.660)	(11.560)	(12.392)	(13.292)

19 Provisão para causas judiciais

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas apresentavam os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a contingências:

	Controladora e Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2016	2015	2016	2015
Contingências trabalhistas	2.231	2.219	3.998	1.100
Contingências cíveis	151		731	
	<u>2.382</u>	<u>2.219</u>	<u>4.729</u>	<u>1.100</u>

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2014	2.579	2.579
Estorno provisão	<u>(1.479)</u>	<u>(1.479)</u>
Em 31 de dezembro de 2015	1.100	1.100
Adições	<u>3.629</u>	<u>3.629</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>4.729</u>	<u>4.729</u>

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e calculadas pela administração, amparadas pela opinião de seus consultores legais externos.

As ações de natureza trabalhista são provisionadas considerando o valor estimado de perda, independentemente de sua classificação de risco enquanto que as ações de natureza cível e tributária são provisionadas considerando sua classificação de risco quando "provável". No ano de 2016, conforme opinião dos consultores legais externos houve uma mudança de classificação de risco em processos já existentes de natureza cível no montante de R\$ 731.

A Companhia e suas controladas não possuíam ações de natureza tributária e cível classificadas como "possíveis" no exercício de 2015. No ano de 2016 existem ações de natureza cível no montante de R\$ 1.949, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como "possíveis", com base na avaliação de seus assessores legais externos, para quais não há provisão constituída.

Não é esperado nenhum passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles já provisionados.

20 Imposto de renda e contribuição social

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(52.289)	(103.902)
Adições		
Depreciação do custo atribuído e ajuste decorrente da revisão da vida útil estimada	649	657
Provisão para créditos de realização duvidosa	1.831	256
Provisão para contingências	3.629	
Exaustão de ativos biológicos - valor justo	584	1.273
Variação do valor justo dos ativos biológicos	2.918	4.709
Resultado de participações societárias	8.916	71.194
Outras	3	7
Exclusões		
Resultado de participações societárias	(5.221)	(214)
Reversão de provisões	<u>(1.863)</u>	<u>(7.197)</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	<u>(40.843)</u>	<u>(33.217)</u>

*Não houve base tributável para os exercícios de 2016 e 2015.

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Está representado por 80.110.774 ordinárias nominativas sem valor nominal.

(b) Direito das ações e dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

(c) Lucro (prejuízo) por ação-básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(51.389)	(100.075)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em milhares)	<u>80.111</u>	<u>80.111</u>
Prejuízo básico por ação	<u>(0,641)</u>	<u>(1,249)</u>

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros que tenham impacto no capital social, tais como plano de opções de compra de ações, dívidas conversíveis, entre outros. Dessa forma, o lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

(d) Reservas legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, excluindo os recursos provenientes de incentivos fiscais, não podendo exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

(e) Reserva de lucros não realizados

A reserva de lucros não realizados ocorre no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder da soma dos seguintes valores:

I - o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial.

II - o lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. A reserva de lucros a realizar somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório, serão considerados como integrantes da reserva os lucros a realizar de cada exercício que forem os primeiros a serem realizados em dinheiro.

(f) Reserva de retenção de lucros

Administração propôs a constituição de reserva de retenção de lucros por meio da retenção de parcela do lucro líquido do exercício previsto em orçamento de capital por ela aprovado. Esta retenção será objeto de

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

deliberação da assembleia geral ordinária.

22 Receitas

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta de vendas de produtos	74.691	98.793	74.691	100.025
Receita bruta de vendas de serviços	4.872	9.267	5.803	9.729
Impostos incidentes sobre vendas	(7.831)	(11.983)	(8.066)	(12.260)
Devoluções de vendas de produtos	(71)	(370)	(71)	(540)
	<u>71.661</u>	<u>95.707</u>	<u>72.357</u>	<u>96.954</u>

23 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	45.220	53.933	46.917	53.933
Serviços contratados	20.548	24.961	20.594	24.961
Despesas com salários e benefícios a empregados	11.344	12.304	13.055	13.804
Gastos com locação de máquinas, equipamentos e veículos	8.574	8.322	8.587	8.322
Exaustão florestal	2.137	5.123	2.137	5.123
Outras despesas	1.923	343	1.533	1.923
Depreciação	1.718	1.745	1.745	1.745
Despesas com transporte	1.196	2.643	1.198	2.643
Impostos, taxas e contribuições	432	238	438	238
	<u>93.092</u>	<u>109.612</u>	<u>96.204</u>	<u>112.744</u>
Parcela alocada ao ativo biológico	(4.927)	(6.140)	(4.927)	(6.140)
Custo das vendas, com vendas gerais e despesas administrativas	<u>88.165</u>	<u>103.772</u>	<u>91.277</u>	<u>106.604</u>

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Despesas com salários e benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Salários	8.473	8.960	9.764	9.936
Benefícios	2.055	2.228	2.161	2.354
Custos previdenciários	1.954	2.100	2.255	2.531
Participação nos lucros	39	298	52	298
	12.521	13.586	14.232	15.119
Parcela alocada ao ativo biológico	(1.177)	(1.282)	(1.177)	(1.282)
	11.344	12.304	13.055	13.837
Número de empregados em 31 de dezembro	205	231	245	272

25 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas financeiras				
Encargos sobre financiamentos	(23.157)	(21.923)	(23.157)	(21.923)
Impostos sobre operações financeiras	(2.905)	(2.590)	(2.905)	(2.590)
Juros sobre impostos em atraso e parcelados	(207)	(143)	(246)	(143)
Desconto concedido	(161)	(242)	(161)	(242)
Outras despesas	(776)	(259)	(779)	(344)
	(27.206)	(25.157)	(27.248)	(25.242)
Receitas financeiras				
Receita sobre aplicação financeira	224	170	224	170
Juros sobre impostos a compensar	22	78	22	78
Outras receitas	4	15	4	15
	250	263	250	263
Variações cambiais e monetárias, líquidas	458	(2.751)	458	(2.751)
Resultado financeiro, líquido	(26.498)	(27.645)	(26.540)	(27.730)

Marquesa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas buscam no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações.

As florestas e os reflorestamentos de propriedade da Companhia e suas controladas, bem como os administrados por elas, não estão cobertos por seguro contra incêndio. No entanto, são tomadas medidas preventivas de forma a minimizar eventuais riscos.

27 Eventos subsequentes

A administração da Companhia e de suas controladas após revisão de seu plano de negócios, em 31 de janeiro de 2017 decidiu encerrar as atividades da Filial de sua controlada Brasil Timber Produtos Madeireiros S.A., localizada em Itapeva- SP, cuja atividade principal era a montagem de "kits de portas" para o mercado da construção nacional.

* * *

Marquesa S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Marquesa S.A.

Opinião com ressalva

- 1 Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Marquesa S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Marquesa S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
- 2 Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto mencionado no parágrafo 3, se houver, pelos efeitos não quantificados do assunto mencionado no parágrafo 4 e pela ausência de divulgações mencionadas no parágrafo 5 da seção a seguir intitulada "Bases para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marquesa S.A. e da Marquesa S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Bases para opinião com ressalva

- 3 As demonstrações financeiras das empresas coligadas Princesa S.A. e Baronesa S.A. apresentadas na Nota 12, cujos investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, não foram examinadas nem revisadas por auditores independentes. O valor dos investimentos em 31 de dezembro de 2017 e dos prejuízos por eles produzidos no exercício findo nessa data totalizam, na controladora e no consolidado, R\$ 59.408 mil e R\$ 3.662 mil, respectivamente. Consequentemente, não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações financeiras, caso as demonstrações financeiras das referidas empresas tivessem sido revisadas ou examinadas por auditores independentes.
- 4 A Companhia efetuou aportes de capital com projetos florestais (terras e florestas) nos exercícios de 2012 e 2013 nas empresas Princesa S.A. e Baronesa S.A. Considerando que a Companhia somente apura o valor justo dos ativos biológicos ao final de cada exercício, os referidos aportes foram realizados tomando como base o valor justo ao final do exercício anterior ao do aporte. Por falta de análises e controles específicos, não foi praticável, nas circunstâncias, mensurar os efeitos decorrentes desse assunto sobre o saldo dos investimentos mantidos pela Companhia naquelas empresas e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e seus correspondentes reflexos no resultado do exercício findo nessa data, bem como sobre as informações comparativas do exercício anterior.

Marquesa S.A.

- 5 Não estão sendo apresentadas de forma completa as notas explicativas às demonstrações financeiras relacionadas com gestão de risco financeiro, gestão de capital, qualidade de créditos dos ativos financeiros, asseguarção da geração de caixa para manter a continuidade operacional, divulgação da localização, área, garantias, gravames e cláusulas restritivas de bens imóveis e ativos florestais alienados, divulgação de cláusulas restritivas (*convenants*) dos empréstimos, divulgação da natureza dos processos judiciais, divulgação das condicionantes constantes no contrato de alienação de bens imóveis e ativos florestais necessárias para recebimento do valor da venda, divulgação das classes das reservas de capital, contidas no patrimônio líquido e conciliação da alíquota efetiva dos tributos sobre a renda, como requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 6 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase - Continuidade operacional

- 7 Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício de 2017 no montante de R\$ 89.889 mil na controladora e de R\$ 89.699 mil no consolidado. Apesar dessa situação, entre outras descritas na Nota 1, suscitar dúvida substancial sobre sua continuidade operacional, a administração da Companhia desenvolveu plano de negócios, que projeta receitas futuras suficientes para atender aos compromissos de curto prazo, assegurar a realização dos ativos, assim como absorver os prejuízos acumulados pela Companhia até 31 de dezembro de 2017. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude das incertezas associadas à realização das premissas contidas nos planos da Administração. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Valores correspondentes ao exercício anterior

- 8 Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins comparativos, e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

- 9 A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas

Marquesa S.A.

operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

- 10 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

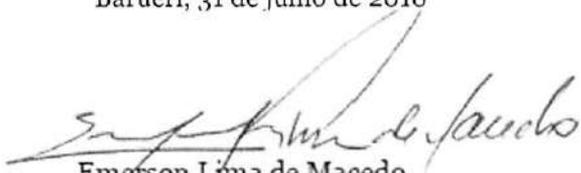
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Marquesa S.A.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- 11 Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Barueri, 31 de julho de 2018



Emerson Lima de Macedo
Contador CRC 1BA022047/O-1

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º _____

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5955 Jm

Marquesa S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016		2017	2016	2017	2016
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	11	103	14	107	Fornecedores	24.527	26.286	25.065	26.929
Contas a receber (Nota 7)	19.707	11.303	20.856	12.311	Fornecedores - partes relacionadas (Nota 11)	3.635	2.646	3.635	2.646
Contas a receber venda ativos (Nota 26)	32.188		32.188		Financiamentos (Nota 15)	95.952	112.477	95.952	112.477
Estoques	167	1.818	167	1.842	Impostos parcelados (Nota 16 (a))	306	263	417	263
Adiantamentos a fornecedores	4.494	878	4.743	1.127	Adiantamentos de clientes	1.447	267	1.447	267
Impostos a recuperar (Nota 8)	622	506	622	506	Salários e encargos sociais	4.663	9.269	4.675	10.486
Demais contas a receber	1.090	278	1.089	278	Contribuições e impostos a recolher (Nota 16 (b))	15.884	11.422	16.091	11.743
					Compromissos por compra de bens (Nota 17)	4.433	4.377	4.433	4.377
					Outros passivos	717	1.090	1.059	1.495
	<u>58.279</u>	<u>14.886</u>	<u>59.679</u>	<u>16.171</u>		<u>151.564</u>	<u>168.097</u>	<u>152.774</u>	<u>170.683</u>
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Financiamentos (Nota 15)	30.303	1.863	30.303	1.863
Mútuo - partes relacionadas (Nota 11)	94.416	132.056	87.472	123.601	Impostos parcelados (Nota 16a)	1.754	1.886	1.961	1.886
Impostos a recuperar (Nota 8)	90	5.356	90	5.356	Mútuo - partes relacionadas (Nota 11)	7.078	63.866	7.078	63.866
Depósitos judiciais (Nota 19)	2.471	2.382	2.471	2.382	Tributos diferidos (Nota 18)	4.477	10.660	4.477	12.392
Devedores por sociedades em conta de participação (Nota 9)	479	479	479	479	Contratos a pagar	400		400	
Adiantamentos a fornecedores - fomento (Nota 10)	12.712	13.182	12.712	13.182	Provisão para contingências (Nota 19)	5.022	4.729	5.022	4.729
	<u>110.168</u>	<u>153.455</u>	<u>103.224</u>	<u>145.000</u>		<u>49.034</u>	<u>83.004</u>	<u>49.241</u>	<u>84.736</u>
					Total do passivo	<u>200.598</u>	<u>251.101</u>	<u>202.015</u>	<u>255.419</u>
Investimentos (Nota 12)	53.992	58.632	59.408	63.070	Patrimônio líquido (Nota 21)				
Imobilizado (Nota 13)	14.703	42.977	14.805	48.588	Capital social	136.484	136.484	136.484	136.484
Ativo biológico (Nota 14)	12.294	56.284	12.294	56.284	Reservas de capital	1.312	1.312	1.312	1.312
	<u>191.157</u>	<u>311.348</u>	<u>189.731</u>	<u>312.942</u>	Ajustes de avaliação patrimonial	12.328	31.881	12.328	31.881
					Prejuízos acumulados	(101.286)	(94.544)	(101.286)	(94.544)
						<u>48.838</u>	<u>75.133</u>	<u>48.838</u>	<u>75.133</u>
					Participação dos não controladores			(1.443)	(1.439)
					Total do patrimônio líquido	<u>48.838</u>	<u>75.133</u>	<u>47.395</u>	<u>73.694</u>
Total do ativo	<u>249.436</u>	<u>326.234</u>	<u>249.410</u>	<u>329.113</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>249.436</u>	<u>326.234</u>	<u>249.410</u>	<u>329.113</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marquesa S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita líquida de vendas (Nota 22)	40.148	71.661	40.155	72.357
Custo das vendas (Nota 23)	(53.673)	(81.441)	(53.762)	(84.015)
Varição do valor justo dos ativos biológicos (Nota 14)	(140)	(2.918)	(140)	(2.918)
Prejuízo bruto	(13.665)	(12.698)	(13.747)	(14.576)
Despesas operacionais				
Com vendas (Nota 23)	(4.906)	(1.239)	(4.906)	(1.245)
Gerais e administrativas (Nota 23)	(7.849)	(5.485)	(8.012)	(6.017)
Venda ativos florestais, líquidas (Nota 26)	16.660		13.551	
Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 26)	(1.466)	(2.674)	(1.466)	(2.786)
	2.439	(9.398)	(833)	(10.058)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias	(11.226)	(22.096)	(14.580)	(24.624)
Resultado financeiro (Nota 25)				
Despesas financeiras	(27.513)	(27.206)	(28.230)	(27.248)
Receitas financeiras	2.830	250	3.225	250
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(28)	458	(28)	458
	(24.711)	(26.498)	(25.033)	(26.540)
Resultado de participações societárias (Nota 12(c))				
Equivalência patrimonial	(4.639)	(3.695)	(3.663)	(1.145)
	(4.639)	(3.695)	(3.663)	(1.145)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(40.576)	(52.289)	(43.276)	(52.309)
Liquidação de tributos (Nota 16)	8.098		9.062	
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 18)	6.183	900	7.915	900
Prejuízo líquido do exercício	(26.295)	(51.389)	(26.299)	(51.409)
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			(26.295)	(51.389)
Acionistas não controladores			(4)	(20)
	(26.295)	(51.389)	(26.299)	(51.409)
Prejuízo por ação (expresso em R\$ por ação) - básico e diluído (Nota 21(c))	(0,328)	(0,641)	(0,328)	(0,641)

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO.

Folhas nº 3998 JP.

EM BRANCO

EM BRANCO

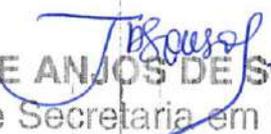


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMARCA DE ALMEIRIM
VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Nesta data, procedo ao encerramento do **XXX Volume** do processo n.º **0002487-69.2019.8.14.9100** - **Classe: Recuperação Judicial**, o qual contém as fls. 5.801 à 6.000, devidamente numeradas e rubricadas. Do que, para constar, lavro o presente termo.

Distrito de Monte Dourado, 09 de julho de 2019.


JOSANE ANJOS DE SOUSA
Diretora de Secretaria em Exercício
Portaria n.º 012/2019- G.J.